



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JULIANA LIMA DA COSTA

**IR, VIR E RESISTIR: A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS EM
ITABAIANA/SE**

São Cristóvão

2021

JULIANA LIMA DA COSTA

**IR, VIR E RESISTIR: A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS EM
ITABAIANA/SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito para a obtenção do título de mestre em Geografia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Marleide Maria Santos Sergio

Instituição financiadora: CAPES

São Cristóvão

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Costa, Juliana Lima da

C837i Ir, vir e resistir : a mobilidade do trabalho camponês em Itabaiana/SE / Juliana Lima da Costa ; orientadora Marleide Maria Santos Sergio. - São Cristóvão, SE, 2021.

163 f. : il.

Dissertação (mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2021.

1. Geografia agrícola. 2. Geografia econômica. 3. Mobilidade ocupacional. 4. Camponeses – Itabaiana (SE). 5. Capitalismo. 6. Posse da terra. 7. Interação rural-urbana. I. Sergio, Marleide Maria Santos, orient. II. Título.

CDU 911.3:63:331.55(813.7)

JULIANA LIMA DA COSTA

**IR, VIR E RESISTIR: A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS EM
ITABAIANA/SE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia,
da Universidade Federal de Sergipe, como
requisito para a obtenção do título de mestre
em Geografia.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Marleide Maria Santos Sergio (PPGEO/UFS)

Presidente da Banca

Prof^a Dr^a Fabrícia de Oliveira Santos (DGEI/UFS)

1º Examinadora

Prof^a Dr^a Josefa de Lisboa Santos (PPGEO/UFS)

2º Examinadora

Dissertação defendida e aprovada em 30/07/2021

São Cristóvão, 2021

A meus pais

A meu tio Luiz e tio João (*in
memorian*).

AGRADECIMENTOS

Escrever/pesquisar não é uma tarefa fácil. E todas as dificuldades se elevaram nesses últimos 16 meses, vivendo em meio a uma pandemia que já vitimou milhões de pessoas ao redor do mundo. Pandemia essa que nos obrigou a ficar isolados. Distantes da Universidade, sem poder ter acesso a uma biblioteca, sem poder ter a orientação presencial dos professores, sem poder ter contato com os amigos para discutir sobre as leituras e dificuldades em comum. Tudo teve que ser adaptado ao contexto pandêmico que enfrentamos.

Durante o processo de escrita perdi dois tios, um deles para a Covid-19. Não tem sido fácil viver em meio a tantas mortes e assistir as pessoas agindo como se nada estivesse acontecendo, e o pior, negando a ciência, negando a verdade. É como se tivessem sido acometidos por um vírus ainda pior e mais letal. O vírus da ignorância, do negacionismo, da crueldade, da falta de empatia. É preciso ser forte para conviver em meio a tanta “loucura”.

Me sinto feliz e vitoriosa por finalizar essa dissertação em meio a tantos problemas que enfrentamos. É chegada a hora de agradecer a todos que me apoiaram e me ajudaram durante esse processo.

Agradeço aos meus pais **Josefa Lima da Costa** e **José da Costa Lima**, por todo o incentivo, por me ajudarem com as entrevistas, por me fazerem ser quem sou, por nunca terem medido esforços para que eu pudesse estudar e ir em busca de um futuro melhor. Vocês são minha base, amo muito vocês.

A meu irmão **Júnio**, que apesar das birras (normais entre os irmãos), sei que torce por mim.

A minha Madrinha **Natália** e meu tio **Luiz** (in memorian), por me acolherem em sua casa durante minha trajetória de estudos. E não foi diferente durante o mestrado, quando eu chegava as 21:00 horas e acordava as 4:00 da manhã para ir pegar o ônibus para ir a São Cristóvão assistir as aulas, sem o auxílio de vocês tudo teria sido mais difícil. Muito Obrigada por tudo.

Aos meus avós **Carlos** e **Marli**, aos meus tios(as), primos(as), em especial a **Patrícia** e **Larissa** que sempre perguntava “e aí como vai o mestrado?” Obrigada pelo incentivo!

A minha orientadora, Professora **Marleide Sergio**, obrigada por aceitar me orientar, por todo o apoio, pelas orientações, por sua competência e sensibilidade e por ser tão compreensiva comigo. Meu interesse em estudar Geografia Agrária surgiu no 4º período da graduação, quando conheci sua disciplina e o jeito como você partilhava o conhecimento. Lembro que tudo começou a fazer sentido para mim... a partir de suas aulas eu passei a compreender a realidade da qual eu faço parte, a do campo, e a entender por que vivemos em meio a tanta desigualdade. Muito obrigada Marleide, saiba que eu te admiro muito.

A Professora **Fabrícia**, por ter me dado a oportunidade de fazer parte de seu Projeto de Iniciação Científica, lá no 2º período da graduação, e que até hoje mantenho laços com o seu grupo de estudos, o GEFTI (Grupo de Estudos sobre a Formação Territorial de Itabaiana). Foi a partir do GEFTI que eu pude almejar participar da seleção do mestrado e aqui estou. Muito obrigada por ter acreditado em mim Fabrícia, por sempre me incentivar, e por todas as suas orientações que levarei para a vida. Te admiro pela pessoa que és, sensível, guerreira e que realiza seu trabalho com maestria.

A todos os membros do GEFTI: **João Pedro, Franciely Cunha, Daniel, Rafael, Mislene, Franciele, Ageu** e **Lucas**, agradeço pelos momentos divertidos durante as reuniões, e por todo o apoio de vocês.

Aos membros do LATER, em especial a **Camila, Andressa** e **Bruno**, com quem dividi o laboratório em momentos de descontração, estudos e também dividi as angústias. Obrigada pelo suporte que vocês me deram, contem comigo para o que precisarem.

A Banca de Qualificação dessa dissertação, representada nas Professoras **Fabrícia de Oliveira Santos** e **Josefa de Lisboa Santos**, pelas sugestões e contribuições, fundamentais para o percurso e elaboração da pesquisa.

As camponesas e camponeses entrevistados, por terem compartilhado suas histórias que me permitiram analisar a realidade do árduo trabalho ao qual estão submetidos.

A todos os professores do Departamento de Geografia campus de Itabaiana e também do Núcleo de Pós Graduação em Geografia de São Cristóvão pelos ensinamentos.

A **CAPES** pelo apoio financeiro com a bolsa de pesquisa.

EPÍGRAFE

Ao entardecer

Ao entardecer, debruçado pela janela,
E sabendo de soslaio que há campos em frente.

Leio até me arderem os olhos

O livro de Cesário Verde.

Que pena que tenho dele! Ele era um camponês

Que andava preso em liberdade pela cidade.

Mas o modo como olhava para as casas,

E o modo como reparava nas ruas,

E a maneira como dava pelas coisas,

É o de quem olha para árvores,

E de quem desce os olhos pela estrada por onde vai andando

E anda a reparar nas flores que há pelos campos...

Por isso ele tinha aquela grande tristeza

Que ele nunca disse bem que tinha,

Mas andava na cidade como quem anda no campo

E triste como esmagar flores em livros

E pôr plantas em jarros...

Alberto Caeiro (Fernando Pessoa)

RESUMO

O processo circunscrito ao esvaziamento do campo no bojo do desenvolvimento do capitalismo como tendência mundial, segue no Brasil, particularmente, a partir da década de 1930. Nesse período, o Estado intensifica sua ação com o intento de uma maior inserção do país na dinâmica reprodutiva do capital, o que resultou em profundas transformações nas relações de trabalho e de produção no campo e na cidade. A base da economia até então agrário-exportadora, passa a ser, em sua concepção, urbano-industrial, não obstante frações significativas da burguesia de origem agrária continuarem vinculadas aos propósitos econômicos, políticos e sociais que consideravam a atividade industrial como perspectiva de superação do atraso. No interior da dinâmica espacial, registra-se uma progressiva redução da população do campo com o correlato e acelerado processo de urbanização. Constatase, sobretudo a partir da década de 1960, uma mobilidade do trabalho cada vez mais intensa. Essa mobilidade, compreendida como um fenômeno que promove o deslocamento espacial, setorial e profissional do trabalhador, com o objetivo do Capital explorar sua força de trabalho e acumular excedente econômico, materializa sua condição de sujeição ao Capital. Partindo desse pressuposto, o objetivo da pesquisa é analisar a mobilidade do trabalho camponês em Itabaiana, haja vista o crescente número de camponeses que residem na cidade mas continuam a trabalhar em seus sítios. Buscou-se entender se tal fato faz parte do processo de desemprego estrutural que subordina o trabalhador, ou configura-se como uma forma de resistência do campesinato ao continuar reproduzindo seu modo de vida na terra, mesmo residindo na cidade. A partir do método de interpretação Materialismo Histórico Dialético, bem como dos procedimentos metodológicos próprios de uma pesquisa qualitativa, tais como, entrevistas e aplicação de questionários, foi possível analisar as singularidades presentes no contexto de expansão do capitalismo no campo. Observou-se que os motivos que levaram os camponeses a migrar para a cidade são diversos, haja vista que o campesinato é uma classe não homogênea e possui diferenciações. Mas, sobretudo, destaca-se a ausência efetiva da propriedade da terra, impossibilitada pelo aumento do valor das terras, resultante do processo de valorização e especulação. No recorte escolhido, a herança e o comodato predominam como forma de posse das terras. Desse modo, o terreno é fragmentado, e com o tamanho reduzido, muitas vezes acaba impossibilitando a reprodução de toda a família, o que resulta na ida para a cidade. Portanto, morar na cidade e trabalhar no campo tem se configurado como uma forma do camponês continuar se reproduzindo em meio a lógica do Capital que o subordina ao se apropriar da renda da terra como forma de acumulação, tornando esse bem natural uma forma de capital fictício.

Palavras chave: Mobilidade do trabalho; Camponês; Terra; Capital.

ABSTRACT

The process circumscribed to the emptying of the countryside, in the midst of the development of the capitalism as a world trend, occurs in Brazil starting especially in the 1930's. During this period, the State intensified its action in order to get a bigger insertion of the country in the reproductive dynamic of the capital, which resulted in deep transformations in work and production relationships in the countryside and in the city. The basis of the economy, until then agrarian-exporting, becomes, in its conception, urban-industrial, although significant fractions of the bourgeoisie, from agrarian origin, remain linked to economic, political and social purposes that considered industrial activity as a perspective to overcome the delay. Within the spatial dynamics, there is a progressive reduction of the population from the countryside with the correlated and accelerated urbanization process. It is remarkable that, especially starting in the 1960's, there's an increasingly intense labor mobility. This mobility, understood as a phenomenon that promotes the spatial, sectoral and professional displacement of the worker, with the goal of the Capital to explore its workforce and to accumulate economic surplus, materializes its condition of subjection to the Capital. Based on this assumption, the goal of the research is to analyze the mobility of the peasant labor in Itabaiana, given the growing number of peasants who live in the city but continue to work in their small properties. It was sought to understand whether this fact is part of the process of structural unemployment that subordinates the worker or it is configured, as a way of resistance of the peasants to continuing to reproduce their way of life on the land, even residing in the city. From the dialectical historical materialism interpretation method, as well as from the methodological procedures proper to a qualitative research, such as interviews and questionnaire application, it was possible to analyze the singularities existed in the context of the expansion of capitalism in the countryside. It was observed that the reasons that led the peasants to migrate to the city are diverse, given that the peasantate is a non-homogeneous class with its differentiations. But, above all, it was highlighted the effective absence of the land ownership, made impossible by the increase in the value of the land, resulting from the process of valorization and speculation. In the area investigated, inheritance and free lending predominate as a way of land ownership. Thus, the land is fragmented, and with the reduced size, oftentimes it ends up making it impossible to hold the whole family, which results in the going to the city. Therefore, living in the city and working in the countryside has been configured as a way for the peasants to continue holding themselves in the midst of the logic of the Capital that subordinates it by appropriating the income of the land as a way of accumulation, making this natural good a form of fictitious capital.

Keywords: Labor mobility; Peasant; Land; Capital.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Localização da área de estudo.....	20
Figura 02 – Mulheres no processo de colheita/lavagem da batata doce no povoado Pé do Veado em Itabaiana.....	88
Figura 03 – Policulturas em terra camponesa.....	89
Figura 04 – Plantação para o mercado e para consumo próprio.....	90
Figura 05 – Plantação de batata doce com o auxílio de irrigação no povoado Pé do Veado.....	107
Figura 06 – Couve com folhas estragadas por lagartas.....	119
Figura 07 – Pimentão estragado por pragas.....	120
Figura 08 - Preços médios de arrendamentos e venda de terras no município de Itabaiana.....	131

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Distribuição da população brasileira por situação de domicílio.....	44
Gráfico 02 - Distribuição da população da Região Nordeste por situação de domicílio.....	45
Gráfico 03 - Distribuição da população da Região Norte por situação de domicílio.....	47
Gráfico 04 - Distribuição da população da Região Sudeste por situação de domicílio.....	47
Gráfico 05 - Distribuição da população da Região Sul por situação de domicílio.....	48
Gráfico 06 - Distribuição da população da Região Centro Oeste por situação de domicílio.....	49
Gráfico 07 - Distribuição da população do estado de Sergipe por situação de domicílio.....	50
Gráfico 08 - Distribuição da população do Município de Itabaiana por situação de domicílio.....	51
Gráfico 09 - Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.....	102
Gráfico 10 – Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.....	104
Gráfico 11 – Meios de transporte utilizados na mobilidade campo-cidade.....	137

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia censos 2006 e 2017.....	100
--	-----

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantidade produzida dos principais cultivos produzidos em Itabaiana.....	106
Tabela 02 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo tipologia...	108
Tabela 03 – Número de estabelecimentos segundo condição do produtor em relação as terras.....	109
Tabela 04 – Pessoal ocupado no campo (pessoas).....	110
Tabela 05 – Número de estabelecimentos por tipo de pessoal ocupado (unidades).....	110

LISTA DE SIGLAS

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares

EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra

PCB – Partido Comunista Brasileiro

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	17
2 CAPÍTULO I - EXPANSÃO DO CAPITALISMO E O ESVAZIAMENTO DO CAMPO.....	27
2.1 O “desenraizamento” do trabalhador e a acumulação primitiva.....	28
2.2 Mudanças no padrão de desenvolvimento econômico: do modelo agro exportador ao urbano-industrial e o papel do Estado.....	39
2.3 O papel do capital financeiro no campo.....	55
3 CAPÍTULO II - CAMPESINATO: UMA CLASSE “ESTRANHA”.....	67
3.1 A compreensão da categoria camponês.....	68
3.2 Relações de trabalho no campo: as contradições no interior do capitalismo.....	80
3.3 Presença e desafios do campesinato.....	92
3.4 O camponês em Itabaiana.....	104
4 CAPÍTULO III - RELAÇÃO CAMPO CIDADE E A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS EM ITABAIANA.....	112
4.1 A renda da terra e a subordinação do campesinato.....	113
4.1.2 Renda da terra e Capital fictício.....	127
4.2 Os camponeses e a mobilidade do trabalho.....	132
4.3 “Desenraizamento” ou esvaziamento do campo?.....	138
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	146
REFERÊNCIAS.....	152
ANEXOS.....	160

INTRODUÇÃO

A força de trabalho é a única mercadoria cujo consumo é capaz de criar mais valor. Mas para que haja o consumo dessa mercadoria, cuja virtude transforma dinheiro em capital, é necessário que ocorra um processo de produção da força de trabalho. Esse processo pressupõe a transformação do trabalhador em um trabalhador livre. Isto é, livre de todos os meios de produção necessários para a sua existência, para que com sua “liberdade” possa vender a única mercadoria que lhe pertence. Assim surge a mobilidade do trabalho, como condição do trabalhador de exercer sua liberdade e de se sujeitar ao Capital, para se tornar a mercadoria que cria valor e produz cada vez mais Capital (GAUDEMAR, 1977).

A expansão do Capital, de acordo com Martins (1981), tem suas raízes diretamente relacionadas à separação do trabalhador de seus meios de produção, condição para que seja efetivada a relação capitalista, podendo ocorrer, segundo o autor, mecanismos de acumulação primitiva que são incorporados ao processo de reprodução ampliada do capital.

Assim sendo, a mobilidade da força de trabalho é uma condição necessária no modo de produção capitalista, pois, ela torna a força de trabalho mercadoria, permitindo que o trabalhador se torne móvel para se submeter ao Capital. Desse modo as condições da existência do capitalismo são: a produção da força de trabalho, a sua utilização no processo de produção e a circulação entre os diferentes tipos de atividades (GAUDEMAR, 1977).

No campo, a mobilidade do trabalho ocorre quando o capital se territorializa (OLIVEIRA, 1998) concentrando terras e riqueza, investindo na compra ou arrendamento das terras para controlar a produção, explorando os trabalhadores através do assalariamento, resultando numa expropriação dos trabalhadores. Ou ainda, quando ocorre a monopolização do território (OLIVEIRA, 1998), controlando a produção camponesa e sujeitando a renda da terra, motivo pelo qual, às vezes se torna difícil o camponês se reproduzir apenas

com o trabalho agrícola. Nesse caso o capital não se torna proprietário fundiário, mas se expande no campo por meio do controle da produção que se efetiva nas propriedades rurais. (SANTOS, CONCEIÇÃO, 2019). Nesse processo, entende Oliveira (1998) que são recriadas as formas de reprodução camponesa e respectivos sujeitos que, nem sempre são expulsos do campo, mas estão cada vez mais inseridos na produção capitalista, atendendo ao mercado.

O Estado desde a origem do capitalismo desempenha importante papel no processo de acumulação. No caso brasileiro, o Estado adotou um modelo de “desenvolvimento” alicerçado na concentração fundiária e na exportação de *commodities*, que tem sua expressão maior no agronegócio, estando coadunado com o regime de propriedade privada do solo onde o principal meio de produção, a terra, é mera mercadoria.

De certo, quando os meios de produção tornaram-se capital, foi-se levado a considerar o solo, também, como um capital; embora não seja resultado de nenhum processo produtivo, a terra e seu preço correlato está relacionado à renda fundiária dela advinda (KAUTSKY, 1980). Dessa forma a compreensão do processo de valorização do solo e a consideração do espaço enquanto mercadoria baseia-se na discussão da renda da terra, originalmente apresentada entre as reflexões de Marx.

Por conseguinte, o Capital acumula riqueza que é produzida pelo trabalho, pressupondo de toda a riqueza que tem como origem o valor-trabalho. Este é mascarado na fórmula trinitária a partir da qual a riqueza se encerra em lucro, salário e renda da terra. Estas Constituem-se em partes do valor-trabalho que cabe respectivamente aos empresários, aos trabalhadores e aos proprietários de terra (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

Como parte dessa dinâmica do modo de produção, o município de Itabaiana localizado na mesorregião do agreste de Sergipe, também insere-se no processo de expansão do Capital no campo, o que tem ocorrido através da monopolização do território. No referido município a produção agrícola é desenvolvida em pequenas propriedades camponesas onde se dá o cultivo de variados tipos de gêneros alimentícios, sobressaindo-se a produção de batata doce. Essa produção tem sido controlada, em parte, pelos ditames do mercado

e a renda da terra tem sido subordinada pelo capital como forma de acumulação do valor.

A partir desse processo a reprodução do camponês na terra tem sido dificultada, pois, muitas vezes o que é produzido não dá para garantir a permanência da família na unidade de produção. Haja vista que tem ocorrido uma monetarização na unidade de produção familiar, o camponês precise cada vez mais de dinheiro para conseguir satisfazer as suas necessidades.

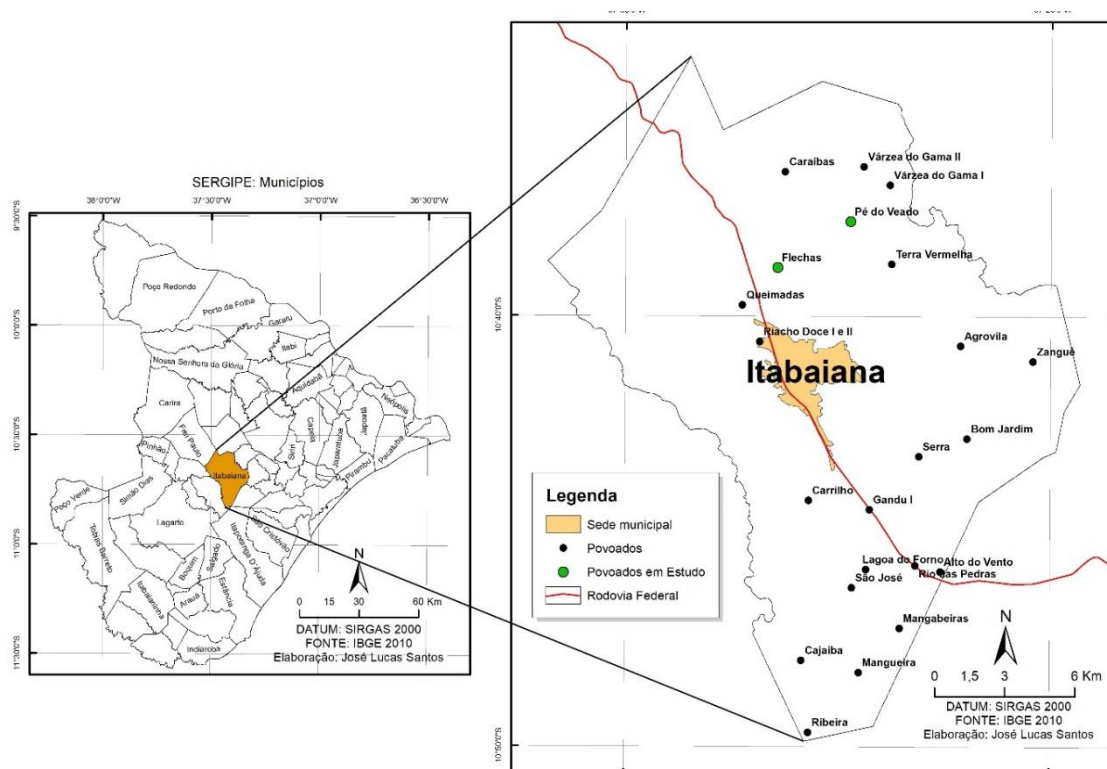
A estrutura fundiária do município é marcadamente caracterizada por minifúndios, ou seja, as propriedades cultiváveis são inferiores ao módulo fiscal definido. São estabelecimentos pequenos, e os trabalhadores que vivem da terra, em sua maioria, adquirem-na por meio de herança ou por livre empréstimo (comodato). O tamanho reduzido dos mesmos e não raro a sua fragmentação, tem se constituído em um fator que impossibilita a absorção de todos os membros da família, sendo necessário ir em busca de outros meios para sobreviver, o que geralmente se dá com o trabalho não agrícola na cidade. Além disso, as terras têm sofrido um processo de extrema valorização, o que dificulta a aquisição de novas terras por parte do campesinato.

Nesse contexto, migrar para a cidade tem se tornado uma constante no campo, introduzindo-se a mobilidade do trabalho. Destarte cada vez mais o capital subordina a renda da terra, obrigando os camponeses a procurar outros meios para continuar garantindo sua sobrevivência. No entanto, esses camponeses não são totalmente expropriados, eles ainda possuem a sua terra que continua sendo terra de trabalho, e apesar de estarem residindo na cidade e possuírem algum tipo de trabalho acessório, eles retornam para o trabalho no campo. Assim, a mobilidade do trabalho, característica do trabalhador submisso ao Capital, tem se configurado como uma forma de resistência do campesinato, em uma relação contraditória. Pois é a mobilidade que tem permitido a existência de relações não capitalistas no campo nas localidades investigadas.

A amostra de pesquisa está circunscrita a duas localidades: Povoado Pé do Veado e o Povoado Flexas, localizados na Zona Rural do município de Itabaiana. Estes povoados são dois dos mais antigos do município, possuem aproximadamente 500 e 350 habitantes respectivamente e fazem parte da dinâmica de esvaziamento do campo. Nos referidos povoados há uma dispersão

da população, as casas são distantes umas das outras e é possível observar várias delas fechadas, pois os donos residem na cidade, apesar de trabalharem no campo. Além disso estes dois povoados estão localizados próximos a loteamentos que estão em expansão, motivo que pode explicar a alta nos preços das terras (ver figura 01):

Figura 01 – Localização da área de estudo



Elaboração: SANTOS, José Lucas; 2018.

No mapa acima os povoados estudados estão destacados com o símbolo verde, sendo possível observar a proximidade do perímetro urbano. Contudo, os povoados foram escolhidos por ter se constatado uma forte presença camponesa¹ apesar de não mais residirem nas localidades. Logo se sobressai o número de camponeses nas duas localidades que realizam uma mobilidade

¹ A partir de participação em projeto de iniciação científica denominado “sítio e roça, costumes e trabalho: fontes e conhecimento camponês para um pensamento geográfico e uma geografia histórica da formação territorial de Itabaiana, Sergipe”

diária da cidade para o campo, para trabalhar em seus sítios, onde são cultivados principalmente batata doce, milho, feijão e amendoim, para prover o sustento.

Em suma, ao mesmo tempo que persiste a redução da população rural, os estudos e pesquisas comprovam a importância da produção familiar camponesa, tanto no pessoal ocupado como na quantidade de alimentos produzidos no Brasil, de um modo geral. Entendemos que o desenvolvimento do capitalismo comporta desigualdades e contradições, espacial e temporalmente. De modo que se faz necessário compreender os desafios enfrentados pelos camponeses para continuarem a manter sua reprodução social.

A presente pesquisa teve como objetivo principal analisar a mobilidade do trabalho camponês em Itabaiana/SE e como desdobramentos alguns objetivos específicos, a saber: compreender de que forma a mobilidade do trabalho camponês contribui para a manutenção da terra como condição de vida e dos valores inerentes a sociabilidade camponesa; Entender os fatores que motivam os camponeses a migrarem para a cidade, mas não se desvincularem das terras; Discutir o processo de migração dos jovens inseridos na família camponesa para o trabalho na cidade; Analisar se o trabalho fora da unidade de produção contribui para a permanência da família na terra; Analisar o avanço da especulação fundiária sobre as áreas de produção familiar e seus rebatimentos na valorização da terra e mobilidade da força de trabalho.

O estudo do campo e do campesinato reveste-se de significativa importância no âmbito de diversas ciências; segundo Martins (1996), é o lado moderno e revolucionário, quando comparado ao latifúndio/latifundiário, considerados pelo autor, expressões do atraso e do arcaico da estrutura econômica, social e política no Brasil. Faz-se necessário compreender que a expansão do capitalismo no campo não implica na inexorável homogeneização das relações de produção e na eliminação do campesinato mesmo em um contexto de intensa mobilidade. Nesse fato reside a justificativa da pesquisa. Mesmo com teorias que apontavam e apontam para o fim do campesinato, ele continua, contraditoriamente, existindo e (re)produzindo seu modo de vida, ainda que em meio às múltiplas dificuldades.

A pesquisa configura-se como do tipo explicativa, pois visa aprofundar o conhecimento da realidade, explicando a razão e o porquê dessa realidade no interior de determinados processos (GIL, 2008). Foram utilizados subsídios das pesquisas qualitativas e quantitativas, uma vez que a análise da materialidade histórica dos homens em sociedade requer um estudo que se assente em dados qualitativos e quantitativos, de modo a usufruir das contribuições de ambas as abordagens. Para Minayo e Sanches (1993) a pesquisa quantitativa tem como objetivos trazer à luz os dados, indicadores e tendências observáveis. Já a pesquisa qualitativa trabalha com valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões.

O universo da pesquisa foram os camponeses que estão inseridos no processo de mobilidade do trabalho nos povoados acima referidos. Com efeito para atingir os objetivos aqui delineados, foram realizados:

Levantamentos bibliográficos para compreender: o processo de acumulação primitiva; o papel do Estado na acumulação de Capital; a expansão do capitalismo no campo brasileiro; a trajetória do conceito de campesinato; as relações não capitalistas de produção; os desafios enfrentados pelo campesinato; o campesinato em Itabaiana; o papel da renda da terra; a mobilidade do trabalho e a relação campo cidade.

Levantamento de dados no IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), dos censos demográficos e agropecuários, a fim de fazer uma análise dos números e área dos estabelecimentos rurais, pessoal ocupado no campo, volume da produção agropecuária, formas de ocupação das terras e distribuição da população.

Pesquisas em *sites* de instituições como a EMDAGRO (Empresa de Desenvolvimento Agrário de Sergipe), para levantar dados a respeito do número de habitantes dos povoados do recorte espacial escolhido, bem como também identificar os cultivos que são produzidos na área, e preços médios de vendas de terras.

Trabalhos de campo nos povoados escolhidos como amostra para a realização de entrevistas com camponeses que realizam a mobilidade diária. As entrevistas realizadas se caracterizam como estruturadas, pois possuíam um roteiro prévio

e as perguntas foram as mesmas para todos os camponeses. Também foi realizada uma entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, em visita que foi realizada à Sede do mesmo.

As entrevistas e trabalhos de campo realizados seguiram todos os protocolos de distanciamento e prevenção a Covid-19. Algumas entrevistas foram realizadas por meio eletrônico e outras pessoalmente. Nas entrevistas realizadas pessoalmente foi utilizada a máscara de proteção.

Para se constituir o conhecimento científico é necessário haver a articulação da teoria com a realidade, e para isto é imprescindível a escolha de um método de interpretação da realidade a ser investigada, sendo o método a visão de mundo adotada pelo pesquisador (TONET, 2013), desta forma esta pesquisa se alicerça metodologicamente na concepção materialista histórica dialética.

A leitura marxista da sociedade se dá por meio da análise das relações sociais, da materialidade histórica e suas contradições, tendo como categoria central o Trabalho. Este é a condição da alienação do homem da qual resulta a divisão social do trabalho, na forma como são apropriados os meios de produção e aparição das classes sociais. Dessa forma centra-se na compreensão da materialidade historicamente constituída pelos homens na relação sociedade natureza, mediada pelo trabalho (SUERTEGARAY, 2005).

A partir do Materialismo Histórico Dialético compreendemos que as forças econômicas promovem transformações nos setores da sociedade e são responsáveis pelo rumo da história. A referida autora chama a atenção para a importância do movimento e das transformações sociais estabelecidas em determinados estágios de desenvolvimento das forças produtivas materiais de uma sociedade, particularmente nos momentos em que estas entram em contradição/luta com as relações de produção existentes.

Nesse sentido, o método dialético pressupõe a compreensão do mundo como processo de totalização em movimento, onde as partes são constituintes do todo. Assim, qualquer objeto não só faz parte como reproduz o todo. Isso não quer dizer que se nega o estudo das partes, entretanto, não se desvincula a parte da visão de conjunto, do contexto. Os objetos reais e científicos ocupam espaço,

relacionam-se entre si e reproduzem dentro de si as diferentes dimensões da totalidade. “Compreender a totalidade consiste em identificar as contradições concretas e as mediações que constituem a totalidade” (SUERTEGARAY, 2005, p. 26).

No processo de entendimento da realidade, é necessário romper as barreiras da aparência do objeto e enxergar a essência do mesmo, ou seja esclarecer a dimensão imediata (palpável) e a dimensão mediata (não palpável) (SUERTEGARAY, 2005). Mediante a superação da aparência e o desvelamento da essência, o materialismo histórico dialético constituiu-se como o campo teórico que sustenta os pilares da presente pesquisa, de modo que a leitura materialista possibilitou entender as contradições existentes no campo brasileiro.

A categoria geográfica norteadora da pesquisa é o Espaço, enquanto produto, condição e meio do processo de produção da sociedade em todos os seus aspectos, sendo entendido em função do processo de trabalho que o produz e reproduz a partir da relação do homem com a natureza (CARLOS, 2001). Sob a ótica Materialista Histórica, entendemos que o espaço geográfico contém a natureza socializada, uma segunda natureza.

Portanto o espaço é inacabado, assim, ele é continuamente produzido e intrinsecamente está ligado ao tempo. A produção do espaço se faz a partir do contato humano com o espaço; trata-se de uma produção mútua, os homens influenciando no espaço e este influenciando na sociedade. O espaço é instável, não somente por ser palco de lutas, mas sobretudo por ser o elo entre o mental e o cultural, o social e o histórico. Na medida em que se porta como elo entre essas categorias, o espaço pode ser interpretado como uma produção social (LEFEBVRE, 2006).

Na medida que o espaço geográfico é produzido socialmente, é também, elemento constituinte da reprodução. Com esse entendimento, o conceito de Formação Sócio Espacial constitui-se como um instrumento analítico do espaço geográfico pois expressa a ideia de movimento histórico-espacial da sociedade, a partir do qual reconhece-se o espaço geográfico como a expressão material da forma como os homens se organizam socialmente para produzirem e reproduzirem suas vidas no e com o espaço (SUERTEGARAY, 2005). Cabe ao

geógrafo desvendar as mediações capazes de explicar as composições materiais presentes na sociedade, e no caso dessa pesquisa, compreender o esvaziamento populacional do campo.

O espaço é social, ou seja, incorpora as ações de sujeitos tanto coletivos quanto individuais. As interpretações de Henri Lefebvre (2006) sobre o conceito de espaço superam a noção de algo vazio ou simplesmente de quaisquer outros elementos de natureza geométrica, e sobremaneira, alçam o espaço a uma categoria que ultrapassa o campo da superestrutura.

Lefebvre (2006) propõe que a produção do espaço é formada por uma tríade que engloba a prática espacial (percebido); as representações do espaço (concebido); e os espaços de representação (vivido). Essa ordem não é estática, haja vista que a tríade espacial Lefebvrina abarca as três categorias em movimento ao mesmo tempo. O percebido, o vivido e o concebido se entrelaçam dentro de uma mesma sociedade na medida em que consideramos que o homem interage com o espaço, produzindo-o e sendo diretamente influenciado por ele – o espaço - em seu desenvolvimento individual e coletivo (LEFEVBRE, 2006)

O espaço percebido é denominado também de prática espacial. É aquele da percepção comum à escala do indivíduo e de seu grupo, a família, a vizinhança. O espaço concebido é “um ato do pensamento”; essa ação do pensamento é também produtora; construtora. Essa construção se dá a partir do concreto. O espaço é concebido tanto em sua dimensão mais palpável quanto no conjunto de signos que forma o espaço. O espaço vivido é aquele ligado à ação dos homens diante de seu espaço. É neste espaço que se dão os conflitos e as lutas. Outrossim, este é o campo da vida cotidiana; daqueles que interpretam o espaço, apropriando-o de acordo com suas instabilidades. Lefebvre entende que o vivido é também produto da experiência obtida no espaço percebido. É nesse sentido que o espaço vivido se porta como uma produção social a partir daquilo que fora percebido. O espaço vivido é aquele onde as transformações, os conflitos e as revoluções acontecem; onde se pratica e se nega o percebido (LEFEVBRE, 2006).

As três categorias propostas por Henri Lefebvre (2006) sobre a produção do espaço conferem centralidade as pessoas. O espaço deixa de ser visto como algo vazio e ganha a dimensão de algo concomitantemente produzido e produtor. Lefebvre entende o espaço como algo repleto de contradições, fundamental à produção da história, e de multiplicidades, portanto não se trata de algo homogêneo.

Para alcance dos objetivos propostos a dissertação encontra-se organizada em 3 Capítulos, além dessa Introdução e das considerações finais. O capítulo I intitulado **EXPANSÃO DO CAPITALISMO E O Esvaziamento do Campo**, visa compreender como se dá o processo de “desenraizamento do trabalhador” fruto do processo de acumulação primitiva de Capital, bem como entender o papel do Estado dentro do modo de produção capitalista, e o papel do Capital financeiro no Campo. O Capítulo II intitulado **CAMPESINATO: UMA CLASSE “ESTRANHA** propõe uma análise da trajetória do campesinato, entender os desafios enfrentados por esses sujeitos para continuar se reproduzindo e situá-los no local de estudo. E no capítulo III, **RELAÇÃO CAMPO CIDADE E A MOBILIDADE DO TRABALHO CAMPONÊS EM ITABAIANA**, analisamos as diferentes formas de sujeição da renda camponesa, o processo de mobilidade do camponês enquanto forma de resistência e a relação campo-cidade enquanto produto da divisão social do trabalho.

Capítulo I – Expansão do Capitalismo e o Esvaziamento do Campo

Neste capítulo objetiva-se analisar o processo de expansão do capitalismo e seus desdobramentos no campo brasileiro, particularmente a contínua redução populacional/esvaziamento. Para tal, ratifica-se a importância de compreender que o processo de expansão do Capital se dá tanto no campo quanto na cidade porque faz parte da essência desse modo de produção. Nesse sentido, Martins (1995) enfatiza que a relação capitalista é sempre de exploração, condição para o seu crescimento baseado ao mesmo tempo, no trabalho não pago ao trabalhador e, no campo, com o diferencial de que a terra não é resultado de nenhum trabalho, como acontece com qualquer outro instrumento de produção. O autor avalia que é fundamental na análise, entender “como os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar” (p. 152). Dessa forma, faz-se necessário buscar esse entendimento a partir da separação que se dá paulatinamente entre o trabalhador e os meios de produção e assim a viabilização da reprodução do capital.

2.1 O “desenraizamento” do trabalhador e a acumulação primitiva

A expropriação do camponês de sua base fundiária, analisada por Marx (1981) no contexto da chamada acumulação primitiva, mostra-se relevante na compreensão dos processos atuais que dizem respeito à problemática e desafios impostos pela expansão do capitalismo no campo. Nesse sentido, o desenraizamento do camponês e a destruição das relações sociais que não sejam relações capitalistas são essenciais no respectivo modo de produção. Ou seja, é a destruição das relações sociais não capitalistas dos sujeitos em relação àquilo que eles eram e àquilo que eles estavam acostumados a ser, e assim “transformar as pessoas em produtores e consumidores de mercadorias, tudo tende a ser reduzido em mercadoria” (MARTINS, 2002, p.120). O que faz o capitalismo ao desenraizar as pessoas é transformá-las em proprietárias de uma única mercadoria: a sua força de trabalho. Dessa forma, a expropriação do camponês implica em reduzi-lo à única coisa que interessa, a condição de vendedor de sua força de trabalho.

Todavia, as condições básicas necessárias para a produção capitalista pressupõem a existência de dois polos distintos. De um lado os possuidores de dinheiro, os donos dos meios de produção que estão empenhados em aumentar a soma de valores que possui comprando a força de trabalho alheia; e de outro, os trabalhadores livres, no sentido que não são parte direta dos meios de produção, como os escravos e servos, e porque não são donos dos meios de produção como os camponeses; desta forma são livres apenas para venderem sua força de trabalho (MARX, 2018). Para a existência destes dois polos, necessário se faz haver um processo de dissociação do trabalhador dos meios de produção, e é a esse processo de separação que Marx denomina de Acumulação Primitiva, que não é resultado do modo de produção capitalista, mas sim seu ponto de partida, aparecendo como primitivo porque constitui a pré história do Capital e do modo de produção que lhe corresponde (MARX, 2018).

Entendemos o capitalismo enquanto um modo de produção em que trabalhadores assalariados despossuídos de meios de produção e juridicamente livres produzem mais valia, tendo sua força de trabalho convertida em mercadoria cuja oferta e demanda se processam nas condições da existência de

um exército industrial de reserva. Nesse sentido, todos os bens de produção assumem a forma de capital, destinado à reprodução ampliada sob a forma de valor, não de valor de uso, mas de valor que se destina ao mercado (GORENDER, 2013).

Importante considerar que o sistema capitalista como está delineado hoje, nem sempre existiu. Como tudo na história é fruto de um processo, o desenvolvimento do respectivo modo de produção também é fruto dele. Para que o capitalismo se tornasse o modo de produção hegemônico, foram necessárias algumas condições que pressupõem uma acumulação originária de capital por meios não capitalistas. Fez-se necessário a liberação da mão de obra, tornando-a uma força de trabalho completamente despossuída e apta à livre contratação assalariada. Relevante também o desenvolvimento das forças produtivas a partir da dissolução da economia natural, o incremento da divisão social do trabalho sob condições da propriedade privada dos meios de produção; e a expansão consequente da produção de valores de uso que adquirem a forma mercadoria (GORENDER, 2013).

A origem do capitalismo se dá com a dissolução gradual do feudalismo, caracterizado como um modo de produção regido pela terra, no qual nem o trabalho, nem os produtos do trabalho eram bens. Os camponeses que cultivavam e ocupavam as terras eram explorados pelos senhores feudais que extraíam um excedente de produção por meio de coação; assim, eles eram obrigados a prestar serviços, seja em forma de dinheiro ou cumprindo outras obrigações (ANDERSON, 2007). Em seu marco inicial, o feudalismo surgiu na Europa Ocidental no século XI e atingiu o auge no final do século XII e XIII. Nesse período registrou-se um avanço em termos de inovação técnica o que proporcionou o aumento da produção gerando um excedente agrícola. Dentre as inovações destacam-se o arado de ferro, os arreios, o moinho de água, o adubo calcário para melhoria do solo e o sistema de três campos para a rotação de semeaduras. O modo de produção feudal permitia ao campesinato o espaço mínimo para aumentar a produção, dentro das severas restrições do senhorio. De acordo com o referido autor, eles deviam proporcionar rendas em trabalho na propriedade senhorial até três dias na semana e estavam livres para tentar manter sua produção no resto da semana.

É no final do século XV que vemos os primeiros sinais da revolução que gerou os fundamentos do modo de produção capitalista. Seguramente, a expropriação fundiária do camponês forma a base de todo o processo. Ainda no feudalismo, o grande senhor feudal criou um proletariado mediante expulsão violenta do campesinato da base fundiária sobre a qual possuía o mesmo título jurídico feudal que ele, e usurpando sua terra comunal. O impulso imediato para isso foi dado na Inglaterra nomeadamente pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e a consequente alta dos seus preços (MARX, 2018). Em sua análise,

A velha nobreza fora devorada pelas guerras feudais. A nova, era um produto do seu tempo, e, para ela, o dinheiro era o poder dos poderes. Sua preocupação por isso era transformar as terras de lavoura em pastagens [...] arrasava-se e deixava-se cair em ruínas as habitações dos camponeses e as casas dos operários. Quando se consultam os inventários de cada mansão senhorial, vê-se que inumeráveis casas e pequenas explorações desapareceram, que o campo alimenta bem menos gente, que muitas vilas estão em decadência, é verdade que outras prosperam... e muito poderíamos dizer sobre as cidades e vilas destruídas para dar lugar a pastagens, só aí permanecendo a morada senhorial (MARX, 2018, p. 840).

A usurpação das terras foi realizada legalmente através da abolição da constituição feudal, o que tornou as terras comunais propriedade privada. A revolução gloriosa levou ao poder capitalistas e nobres interessados em lucros. Com isso inauguraram uma nova era exercendo o roubo em grande escala dos domínios do Estado. As terras foram dadas ou vendidas por preços irrisórios ou até mesmo foram anexadas às propriedades por meio de usurpação (MARX, 2018). De acordo com o autor, os capitalistas burgueses favoreceram a operação a fim de transformar a terra em um bem comercializável, como também para aumentar o domínio da grande exploração agrícola e fazer surgir do campo um grande número de pobres proletarizados.

O roubo dos bens da igreja, a fraudulenta alienação dos domínios do Estado, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpadora e executada com terrorismo inescrupuloso da propriedade feudal em propriedade privada moderna, foram os principais meios da acumulação primitiva. Como ressalta Marx, (2018, p. 855): “Eles conquistaram o campo para a agricultura

capitalista, incorporaram a base fundiária ao capital e proporcionaram para a indústria das cidades a oferta necessária de proletários sem direitos”.

Esse movimento histórico que transforma os produtores autônomos em trabalhadores assalariados aparece de um lado como libertação da servidão e da coação corporativa. Mas, de outro lado os recém libertos servos feudais só se tornam vendedores de si mesmos depois que todos os seus meios de produção e todas as garantias de sua existência lhe foram roubadas. Ou seja, depois que foram expulsos de suas terras, que passaram a ser propriedade privada (MARX, 2018).

A história do capitalismo é a história da combinação da reprodução do capital fundada em relações sociais de produção especificamente capitalista – compra e venda da força de trabalho – e em relações sociais de produção não especificamente capitalista. Mas, é também, a combinação de movimentos, o da reprodução do capital e o da acumulação. Em outros termos, é a história da combinação da reprodução do capital com formas de acumulação primitiva, onde o sentido de primitiva toma o sentido de brutal, relacionado a processos de espoliação (LENCIONI, 2012).

Nesse sentido nota-se que a acumulação primitiva historicamente não desapareceu, sendo, inclusive, um importante componente da sociedade contemporânea. Tanto a acumulação primitiva como a reprodução do capital constituem, portanto, processos imanentes à expansão do capitalismo. Observa-se um recrudescimento desse processo, considerado como primitivo no sentido de contraposto a moderno (LENCIONI, 2012).

Na contemporaneidade se desenvolvem processos capitalistas de acumulação primitiva e de reprodução do capital que coexistem historicamente e se complementam de forma contraditória e dialética. Surpreendentemente, cresce a importância dessa acumulação que muitos supunham ser historicamente superada pelo avanço da reprodução do capital. O processo de acumulação primitiva está relacionado à espoliação, enquanto que o de reprodução do capital está associado à exploração (LENCIONE, 2012). Dessa forma,

Espoliação significa privar alguém de algo, por meios ilícitos, ilegítimos ou violentos. É esse o sentido dos mecanismos espoliativos, como

aquele que nega o direito à posse. Por exemplo, sob o selo da propriedade privada capitalista se arranca da terra, os que vêm nela vem trabalhando há várias gerações. Já a exploração se vincula aos diversos procedimentos que buscam se apossar do lucro, por meio da sujeição da posse e do domínio da propriedade privada (LENCIONE, 2012, p. 2).

O que distingue a acumulação primitiva do capital, da reprodução do capital, é o fato da primeira ser um processo que se resume na produção de um capital novo, enquanto que o processo referente ao segundo, parte de um capital já constituído e o incrementa ainda mais por meio de agregação de novo valor procedente do processo de exploração do trabalho. Estamos diante de um processo de reprodução do capital quando o valor em processo não é só produtor de mais valor, mas especificamente é produtor da substância valor originária do trabalho abstrato (LENCIONE, 2012). De acordo com a referida autora, inúmeros exemplos podem ser pinçados na história que mostram o desenvolvimento da reprodução do capital assentado nos processos de exploração cujas relações sociais de produção não eram especificamente capitalistas.

A colonização da América serviu de impulso a acumulação originária do capital. No decurso do desenvolvimento das relações de produção, a colonização foi o processo assumido para inserção das relações capitalistas na América, assumindo o saque, a rapina e a pilhagem de especiarias e metais preciosos, bem como a escravização indígena e de milhares de africanos como forma de travestimento da acumulação primitiva na América (ARAUJO, 2018).

Em conexão com as relações de produção que estavam em vias de desenvolvimento no século XVI, a busca por metais preciosos consistiu em objetivo inicial dos portugueses ao desembarcarem nas terras tropicais do Brasil. Mas as terras aqui exploradas não ofereceram de imediato as mesmas vantagens exploratórias que as colônias espanholas na América. Não havia sociedades organizadas em níveis comparáveis as sociedades andinas e africanas, com as quais os europeus estavam habituados a estabelecer relações comerciais (MORAES, 2000).

Apesar da desvantagem da colonização portuguesa referente às reservas de metais valiosos, em comparação aos espanhóis que encontraram abundância

de ouro e prata em estoque pelas comunidades originárias, esse fato não pode significar a inexistência de incursões exploratórias para localização de reservas auríferas e argentíferas. Constatase que naquele período, a ausência da descoberta de minerais metálicos, assim como de especiarias de maior valor agregado, encerrara-se como fatores para inviabilização da ocupação imediata das terras brasileiras pelos portugueses, uma vez que, não era lucrativo em curto tempo para o capital mercantil (ARAUJO, 2018).

Integrando o processo de acumulação primitiva do capital que começava a deslindar-se na Europa, a exploração do pau-brasil constituiu-se como a primeira atividade econômica a oferecer os êxitos que justificasse a ocupação do Brasil. Essa atividade ocorreu inicialmente, através do escambo com os indígenas, sendo posteriormente utilizada como estratégia o apresamento e escravização das populações autóctones (ARAUJO, 2018).

Assim, a exploração da América Portuguesa viabilizou o acúmulo de capitais suficientes para o desenvolvimento de outra atividade econômica, o que favoreceu o adensamento do povoamento português no Brasil e a consolidação da dominação portuguesa na área. Nesse sentido, Prado Júnior (1985) ratifica o estímulo ao desenvolvimento da agricultura açucareira, embora o escambo do pau-brasil ainda continuasse como atividade da referida colonização.

Com base no trabalho escravo, inicialmente força de trabalho indígena e posteriormente africana, a atividade canavieira permitiu maior adensamento português no Brasil, corroborando o aprofundamento das trocas comerciais com a Europa, favorecendo o desenvolvimento do capital comercial, bem como fornecendo subsídios para a origem do capital. Esse processo não ocorreu de forma idílica e sustentado no trabalho e no direito, mas sim na exploração e no extermínio das populações nativas, processo este que se intensificou ainda mais com o estabelecimento e consolidação da monocultura açucareira no Brasil (ARAUJO, 2018).

Foi durante o período colonial que ocorreu a promulgação da Lei de Terras. Esse marco se configurou como o pontapé inicial para a concentração fundiária existente, reforçou o processo de acumulação de Capital e multiplicou as desigualdades no campo, se perpetuando até os dias atuais. Essa Lei

transformou a terra em propriedade privada e além disso preparou a transição do modelo agroexportador, para um novo modelo econômico que se consolidou em 1930 (BORGES, 2011).

A apropriação da terra no Brasil desde que foi distribuída em sesmarias no século XVI estava originalmente isenta de tributos equivalentes aos feudais; foi considerada propriedade alodial, ou seja, livre de encargos. Quem adquiria essa terra por sesmaria ou depois por compra, não ficava vassalo de ninguém, não era dependente e nem obrigado a pagar os inúmeros tributos feudais (GORENDER, 2013). A terra no Brasil também podia ser comprada e vendida sem obstáculos jurídicos, e não existiu um regime de copropriedade da terra. De acordo com o referido autor não tivemos o feudalismo no Brasil e que foi no bojo do modo de produção escravista colonial que se deu em grande parte a acumulação originária de capital para o início do capitalismo no país.

As terras podiam ser vendidas, porém quem recebia certa área de terra em sesmaria tinha o direito de usufruto sobre a terra, vender/repassar para outro, mas a propriedade da terra continuava sendo da Coroa portuguesa. Os que recebiam a terra da Coroa, antes da **Lei de Terras**, não recebiam a propriedade da terra, apenas o direito de usufruto e tinham o dever de cultivar a terra, senão poderiam perder esse direito. Dessa dinâmica faziam parte, de forma diferenciada, os posseiros e os camponeses pobres, sujeitos aos obstáculos e violência impostos por quem detinha a terra nos parâmetros considerados juridicamente legais, ainda que a terra estivesse efetivamente ocupada. Com base nos registros de Felisbello Freire *apud* Gorender (2012, p. 208) exemplifica essa realidade:

Nos começos do século 19, uma sesmaria foi concedida no termo da Vila de Jaguaribe, Bahia, em cuja área já habitava uns 100 posseiros, cultivadores de mandioca. O sesmeiro, abusivamente obrigou alguns dos posseiros a comprar o trato ocupado, enquanto de outros passou a cobrar foro. O restante foi simplesmente expulso.

Entretanto, o sistema de posse se avolumou e, associado a uma série de questões inerentes a administração das sesmarias, a partir de 1822 a concessão

das mesmas foi definitivamente suspensa; até a publicação da Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, (regulamentada em 30 de junho de 1854) o acesso às terras públicas dava-se somente através de posse. A partir de então a via de posse foi inviabilizada, tornando-se ilegal o acesso a terras públicas por outro meio que não fosse a compra. Portanto, com a Lei de Terras, esse bem natural transforma-se em mercadoria, com favorecimento aos poderosos por meio de dispositivos jurídicos que dificultava aos pobres o acesso à terra.

Em tese, qualquer cidadão brasileiro poderia ser proprietário de terras, transformando sua concessão de uso em propriedade privada com direito à venda e compra. Mas, para isso deveria efetivar a relação de compra e venda (STEDILE, 2012). Esse dispositivo visava impedir que os futuros trabalhadores escravizados, ao serem libertos, pudessem se transformar em camponeses, em pequenos proprietários de terras, pois, não possuindo nenhum bem não teriam dinheiro para comprar, e assim continuariam à mercê dos fazendeiros, como assalariados. Por isso muitos autores explicam que a lei foi então o batistério do latifúndio no Brasil. Ela regulamentou e consolidou o modelo da grande propriedade rural, que é a base legal, até os dias atuais, para a estrutura injusta da propriedade de terras no Brasil (STEDILE, 2012).

Por outro lado, a história das lutas sociais e das revoltas populares registra muitas mobilizações nesse período e um dos fatores de desestabilização do modelo agroexportador baseado na utilização da mão de obra do trabalhador escravizado; é a revolta deste em relação às suas condições de vida e de trabalho. Com a libertação dos trabalhadores escravizados, oficializada pela Lei Áurea em 1888, e ao mesmo tempo, com o impedimento de os mesmos se transformarem em camponeses, quase dois milhões de adultos ex escravos saem das fazendas e das senzalas; abandonam o trabalho agrícola e se dirigem para as cidades, em busca de alguma alternativa de sobrevivência, agora vendendo “livremente” sua força de trabalho (STEDILE, 2012).

Stedile, 2012, p. 26 afirma que:

Como ex escravos, pobres, literalmente despossuídos de qualquer bem, resta-lhes a única alternativa de buscar sua sobrevivência nas cidades portuárias, onde pelo menos havia trabalho que exigia apenas

força física: carregar e descarregar navios. E, pela mesma Lei de Terras, eles foram impedidos de se apossarem de terrenos e, assim, de construírem suas moradias: os melhores terrenos nas cidades já eram propriedade privada dos capitalistas, dos comerciantes etc. esses trabalhadores negros foram, então, à busca do resto, dos piores terrenos, nas regiões íngremes, nos morros, ou nos manguezais, que não interessavam ao capitalista. Assim, tiveram início as favelas. A Lei de Terras é também a “mãe” das favelas nas cidades brasileiras.

Com a crise do trabalho escravo surge a modalidade de trabalho que o superaria: o trabalho livre. Apesar de o trabalhador livre já ter sido conhecido amplamente na sociedade brasileira, porque muitos negros já haviam sido libertos por seus senhores e o cativo indígena já havia sido extinto no século XVII. Foi a partir disso que proveio uma extensa população de mestiços que foram definidos como bastardos, se tornando conhecidos por caboclos e caipiras, geralmente agregados de grandes fazendeiros. Porém esse tipo de trabalho não pode ser confundido com o trabalho livre produzido diretamente na crise do cativo (MARTINS, 2004).

Desse modo, o resultado do fim do trabalho escravo e da imposição da Lei de Terras, impeditivo dos trabalhadores negros se tornarem camponeses, foi o esvaziamento do campo de trabalhadores agrícolas. Com isto a Coroa trouxe da Europa milhares de camponeses pobres para substituir a força de trabalho escrava, baseada na livre mobilidade dos trabalhadores, que agora enxergavam o trabalho como liberdade. Através de intensa propaganda procurou convencê-los a emigrar para trabalharem na agricultura. Assim a partir de 1851 intensificou-se a imigração de trabalhadores vindos de Portugal, Itália, Espanha e Alemanha (BORGES, 2011).

O trabalho livre gerado pela crise do cativo difere do trabalho livre do agregado, pois passou a ser definido por uma nova relação entre o fazendeiro e o trabalhador. O trabalhador livre que veio substituir o escravo, não diferia dele por estar dissociado dos meios de produção, pois essa característica pertencia a ambos. Mas sim porque o trabalho livre se baseava na separação do trabalhador de sua força de trabalho e nela se fundava a sua sujeição ao capital personificado no proprietário da terra (MARTINS, 2004).

Em relação a essa população liberta dos meios de produção, caracterizada como latente, Harvey (2005, p.119) afirma que “a mobilização dos elementos latentes acarreta **acumulação primitiva** – separação dos trabalhadores rurais, artesãos, autônomos ou substituição da família pela mão de obra individual, com o emprego das mulheres e crianças”.

Os imigrantes que vieram substituir a força de trabalho escrava nas fazendas brasileiras, ajudaram a reduzir a crise por meio da absorção da força de trabalho latente, introduzindo o capitalismo no Brasil ainda que inicialmente isso tenha se dado por meio de relações não capitalistas, como explica Harvey (2005, p. 120):

Se a expansão geográfica possibilita o acesso às reservas latentes de mão de obra isso pode de fato ser útil para mitigar as crises de desvalorização. Isso significa alguma forma de acumulação primitiva no exterior (por meio da penetração de relações capitalistas de propriedade, das formas monetárias, da imposição de controles estatais e legais etc.). Os excedentes de mão de obra assim criados formam um campo para o capital superacumulado. A forma exata alcançada do processo laboral e das relações sociais podem variar muito, de acordo com as condições iniciais e os tipos de luta de classes postos em movimento. Marx identificou algumas das variações. As colônias associadas a monoculturas, dirigidas por capitalistas com base na mão de obra escrava ou de imigrantes, podem ser formalmente integradas ao capitalismo sem se fundarem na mão de obra assalariada livre. Os modos de exploração baseados no trabalhador rural tradicional também podem ser convertidos em subordinação formal e não real do trabalho sob o Capital. [...] de modo geral Marx não prestou muita atenção à grande diversidade de possíveis formas transicionais que surgem depois que as reservas latentes de mão de obra são mobilizadas por meio da acumulação primitiva sobre as populações nativas em formações sociais não capitalistas. Ele se apoia num ponto básico: o papel chave dos excedentes de mão de obra na busca do “ajuste espacial” relativo às contradições internas do capitalismo.

No caso do Brasil, o próprio capital, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra; uma contradição evidente num momento em que o capital necessitava de força de trabalho, de trabalhadores destituídos de sua própria força de trabalho. Por essa razão, o camponês no Brasil não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante (MARTINS, 1981).

A crise do escravismo no século XIX, associado à imigração, constituiu um regime de trabalho singular, conhecido como colonato, que abrangeu a cultura de café. O colonato não pode ser definido como um regime de trabalho assalariado, pois não havia pagamento em dinheiro. O pagamento se dava por meio de três formas: um pagamento fixo pelo trato do cafezal; um pagamento proporcional pela quantidade de café colhido; e produção direta de alimentos como meios de vida e como excedentes comercializáveis pelo próprio trabalhador. Portanto o colono não era um trabalhador individual e sim, familiar (MARTINS, 2004).

Por conseguinte o capitalismo cria relações de produção não capitalistas como recurso para garantir a sua própria expansão, como forma de garantir a produção não capitalista do capital em setores da economia vinculados ao modo capitalista de produção através de relações comerciais (MARTINS, 2004). O colonato representou uma das primeiras formas de surgimento do campesinato do Brasil pois ele se deu em duas vertentes.

Aquela que trouxe quase dois milhões de camponeses pobres da Europa, para habitar e trabalhar na agricultura nas regiões Sudeste e Sul, e a segunda vertente com origem nas populações mestiças que foram se formando ao longo dos 400 anos de colonização. Essa população, em geral, não se submetia ao trabalho escravo e, ao mesmo tempo, não era capitalista, eram trabalhadores pobres nascidos aqui, que foram impedidos pela Lei de Terras de se transformar em pequenos proprietários. Assim, essa população passou a migrar para o interior do país, pois as áreas litorâneas já estavam ocupadas. A caminhada para o interior, para o sertão, provocou a ocupação, (que por vezes implicava na expulsão do nativo ou de posseiros já residentes) do território por milhares de trabalhadores, que foram adentrando o território e se dedicando a atividades de produção agrícola de subsistência (STEDILE, 2012).

Segundo Martins (2004 p. 22), “o colonato criou uma subpopulação relativa no campo, que tornou a imigração subvencionada pelo Estado um dos seus ingredientes básicos”. O Estado era o responsável por adquirir a força de trabalho imigrante para mitigar a crise, a fim de impulsionar a reprodução do capital, fato que se perpetua ao longo da história, dado seu caráter mediador da relação capital-trabalho como veremos adiante.

2.2 Mudanças no padrão de desenvolvimento econômico: do modelo agro-exportador ao urbano-industrial e o papel do Estado

A década de 1930 representa o marco de um período de mudanças que a sociedade brasileira enfrentou no processo de desenvolvimento do Capitalismo. A partir dessa fase o Estado passou a intervir de forma cada vez mais decisiva no conjunto da economia, embora nem sempre sua ação estivesse norteadas por uma política de desenvolvimento. Ao longo da história o Estado brasileiro possuiu diversas faces com objetivos diferenciados. Segundo Bresser-Pereira (2001) no plano político transitamos do Estado oligárquico ao Estado democrático formado por elites; no administrativo, do Estado patrimonial ao Estado gerencial; no plano social, da Sociedade Senhorial para a Sociedade Pós-Industrial.

Em 1900, esse Estado se caracterizava como oligárquico em que uma pequena elite de senhores de terra e de políticos patrimonialistas dominavam amplamente o país e tinham como propósito garantir empregos para a classe média pobre ligada por laços de família ou de agregação aos proprietários rurais (BRESSER-PEREIRA, 2001).

É o período que representa a transição do Estado oligárquico para um Estado autoritário e burocrático formado por uma sociedade capitalista industrial, ainda que mantendo elementos da velha aristocracia (BRESSER-PEREIRA, 2001). Com a mudança na forma política e administrativa, as ações do Estado se voltam para garantir o pleno funcionamento do Capital que emergia sob nova forma a partir das indústrias. Dessa maneira, as ações estatais estavam guiadas por uma política de desenvolvimento econômico, que segundo Bresser-Pereira (2006, p.2) trata-se de:

Um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou Estados-nação que realizam sua revolução capitalista; é o processo de sistemática acumulação de capital e de incorporação do progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante e, em consequência, dos salários e dos padrões de consumo de uma determinada sociedade.

Registra-se a prevalência de um padrão econômico substituído por outro na economia brasileira. Marcado pelo fim da hegemonia agrário-exportadora e início de um processo que priorizou a estrutura produtiva de base urbano-industrial, evidenciado em meados da década de 1950, quando pela primeira vez a participação da indústria na renda interna superou a da agricultura (OLIVEIRA, 2003).

Nesse período também emergia discussões a respeito da questão agrária no Brasil, marcada por uma estrutura fundiária extremamente concentrada e injusta, que aprofundava as relações de exploração e adotava a perspectiva de desenvolvimento tornado hegemônico no país calcado no pensamento norte-americano com respeito aos papéis clássicos da agricultura no desenvolvimento econômico. Na opinião dos conservadores da época, a agricultura deveria cumprir determinadas funções para a superação de eventuais problemas, negando-se a existência de uma questão agrária. As cinco funções da agricultura seriam: liberar mão-de-obra para a indústria; gerar oferta adequada de alimentos; suprir matérias primas para indústrias; elevar as exportações agrícolas e transferir renda real para o setor urbano (DELGADO, 2005).

Dessa forma o Estado mantinha a desigualdade no campo e estimulava o crescimento das cidades na medida que o campo liberava força de trabalho para as indústrias. Dentre estas ações do Estado visando garantir a reprodução do capital, a regulamentação das leis trabalhistas configura-se como o principal fator responsável por introduzir o novo modelo de acumulação, pois trata-se de regular o preço do trabalho tornando-o mercadoria, como ressalta Oliveira, 1993, p. 74:

A legislação trabalhista trata de tornar a força de trabalho uma mercadoria completamente desenvolvida e específica, com preços uniformizados, guardando diferenças regionais, dissolvendo o dualismo que tendia a formar-se entre os distintos mercados de trabalho; persistiam as diferenças regionais, diferenças entre cidade e campo, mas isso está muito longe do dualismo; a referência básica passou a ser o custo da reprodução da força de trabalho, e as gradações no mercado urbano da força de trabalho partiam do mínimo de subsistência necessário à reprodução. Essa regulamentação das relações capital-trabalho conferiu, por si mesma, enorme potência a acumulação, que se materializou na indústria, nos equipamentos, na criação da infraestrutura necessária.

Ao contrário dos que afirmam que a legislação trabalhista não teve muito impacto no processo de acumulação e que os níveis do salário mínimo foram fixados acima do custo de reprodução da força de trabalho, Oliveira (2013, p. 38) afirma que: “o salário foi fixado como salário de subsistência, levando em conta as necessidades alimentares, para um padrão de trabalhador que devia enfrentar um certo tipo de produção”. Para a reprodução ampliada do capital, a população em geral necessitava ser transformada em exército de reserva, pois de um lado propiciava o horizonte médio para o cálculo econômico empresarial, liberto de um mercado de concorrência perfeita, e de outro igualava, reduzindo o preço da força de trabalho. Isso significava que os salários dos trabalhadores qualificados se reduzia a situação de não qualificados, impedindo a formação de um mercado dual de força de trabalho. Se o salário fosse determinado por qualquer espécie de “mercado livre” provavelmente os valores iriam subir para algumas categorias operárias especializadas (OLIVEIRA, 2013).

Dessa forma a legislação trabalhista beneficiou a acumulação, deixando claro o papel do Estado que se revela como um aparato necessário à reprodução capitalista, assegurando a troca das mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob a forma assalariada. De acordo com Mascaro, (2013, p. 14) “O Estado, tal qual se apresenta na atualidade, não foi uma forma de organização política vista em sociedades anteriores da história. Sua manifestação é especificamente moderna, capitalista”. Isso quer dizer que em modos de produção anteriores ao capitalismo, não ocorreu uma separação entre aqueles que detinham o poder econômico e aqueles que detinham o poder político. Os dois constituíam uma mesma classe de grupos e indivíduos, que controlavam tanto os setores econômicos quanto os políticos de suas sociedades.

Destarte, no capitalismo o Estado surge como um terceiro em relação à dinâmica entre capital e trabalho. Este terceiro não é um adendo nem um complemento, mas parte necessária da própria reprodução capitalista. Sem ele, o domínio do capital sobre o trabalho assalariado seria domínio direto, portanto, escravidão ou servidão. Segundo Mascaro, (2013, p.15):

A reprodução da exploração assalariada e mercantil fortalece necessariamente uma instituição política apartada dos indivíduos. Daí a dificuldade em se aperceber, à primeira vista, a conexão entre capitalismo e Estado, na medida em que, sendo um aparato terceiro em relação à exploração, o Estado não é nenhum burguês em específico nem está em sua função imediata. A sua separação em face de todas as classes e indivíduos constitui a chave da possibilidade da própria reprodução do capital: o aparato estatal é a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que jungem o capital e o trabalho.

Dessa forma, o Estado atua como um mediador das relações capital-trabalho, haja vista ser por meio dele que são registrados os contratos de compra e venda de mercadorias, dentre as quais está a força de trabalho. Como também a igualdade jurídica dos sujeitos que são essenciais para a reprodução da acumulação de capital, tanto do ponto de vista econômico, quanto jurídico e ideológico, uma vez que contribuem para velar a subsunção do trabalho e a valorização do valor e naturalizar a desigualdade de classe (CAMPOS, 2015).

Convém destacar que por não se colocar como representante direto de cada burguês ou de cada segmento de atuação capitalista em particular, “o Estado pode se contrapor eventualmente aos interesses dos capitalistas. Ele está atrelado à relação Capital, nesse sentido, às vezes contraria partes, para viabilizar a continuidade do todo” (CAMPOS, 2015, p.122). Dessa forma acontecem conflitos entre o Estado e indivíduos ou grupos capitalistas, o que camufla seu vínculo com a classe burguesa e fortalece o mito do Estado Neutro.

Desse modo o Estado é um ente ambíguo no que se refere ao proletariado urbano emergente, Oliveira (1993, p.87) assinala que:

Principalmente para assegurar as leis de reprodução que agora devem beneficiar sobretudo as formas de mais valia institucional, o Estado colocou sob sua guarda o próprio movimento operário; não se trata neste caso como certas interpretações do populismo sugerem, de cooptação do operariado. Observando bem, a legislação trabalhista, seu estilo corporativista, a presença aparentemente mediadora do Estado no conflito capital-trabalho não é uma cooptação: é uma guarda, uma vigilância, uma prisão do movimento operário pelo Estado. Daí certas concessões, que foram vistas frequentemente como vantagens para o operariado. E ainda é exagero chamá-las de concessões, foram na verdade formas pelas quais o Estado realizava a “acumulação primitiva”.

A constituição de 1934 que definiu uma legislação trabalhista para o país – salário mínimo, descanso semanal e férias remuneradas, 8 horas de trabalho diário, previdência social – não se estendeu ao campo. Nesta ocasião, a inserção no mundo do trabalho formal passou a representar o principal meio de acesso à cidadania (MARQUES, 2006). Comparado ao rendimento auferido no campo, o salário mínimo nas cidades era superior, o que dada a extração rural dos novos contingentes que afluíam às cidades, tornou-se um elemento favorável aos anseios de integração dos novos contingentes de operários e trabalhadores em geral, debilitando a formação de consciência de classe entre eles (OLIVEIRA, 2003).

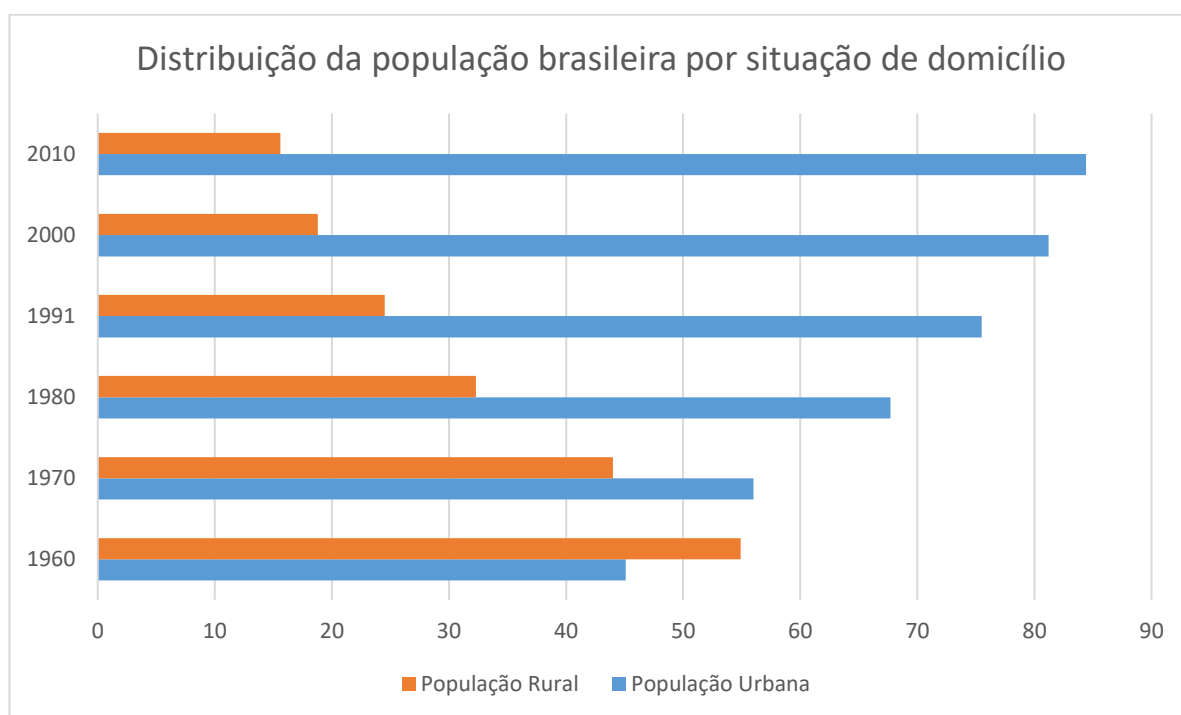
Na medida em que a legislação trabalhista não se estende ao campo, a cidade a ele se opõe como o espaço da cidadania. Migrar para a cidade passa a representar, então, uma maneira de ampliação das possibilidades de entrar no mundo do direito (MARQUES, 2006). Nesse sentido, o Estado representa o principal agente das mudanças para atender às exigências de um modelo de desenvolvimento, assentado no discurso da modernização o que resultou em considerável êxodo rural e intensificação da mobilidade do trabalho (CONCEIÇÃO, 2013).

O modelo implantado de modernização da agricultura no Brasil foi um dos principais fatores da reprodução da desigualdade econômica e social no campo. A espetacularização se pautava no signo da sociedade industrial como condição única necessária para o progresso e desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2013). A intervenção estatal na estrutura das relações Capital-Trabalho transformou a estrutura regional centro-periferia tornando o país urbano. Isto se deu com um intenso processo de metropolização reproduzindo as desigualdades sociais em níveis locais e sub-regionais. Associada a ideologia desenvolvimentista que se sustentava na metropolização houve uma forte divulgação do mito da urbanização como modelo de desenvolvimento (CONCEIÇÃO, 2013). Implícita nessa ideologia, a perspectiva geopolítica da ditadura militar (1964-1985) foi responsável por uma modalidade de “ocupação” que resultou em brutal redução demográfica de índios na Amazônia e na expulsão de milhares de camponeses

de suas terras de trabalho, ocupadas por estes desde o século XVIII (MARTINS, 1995).

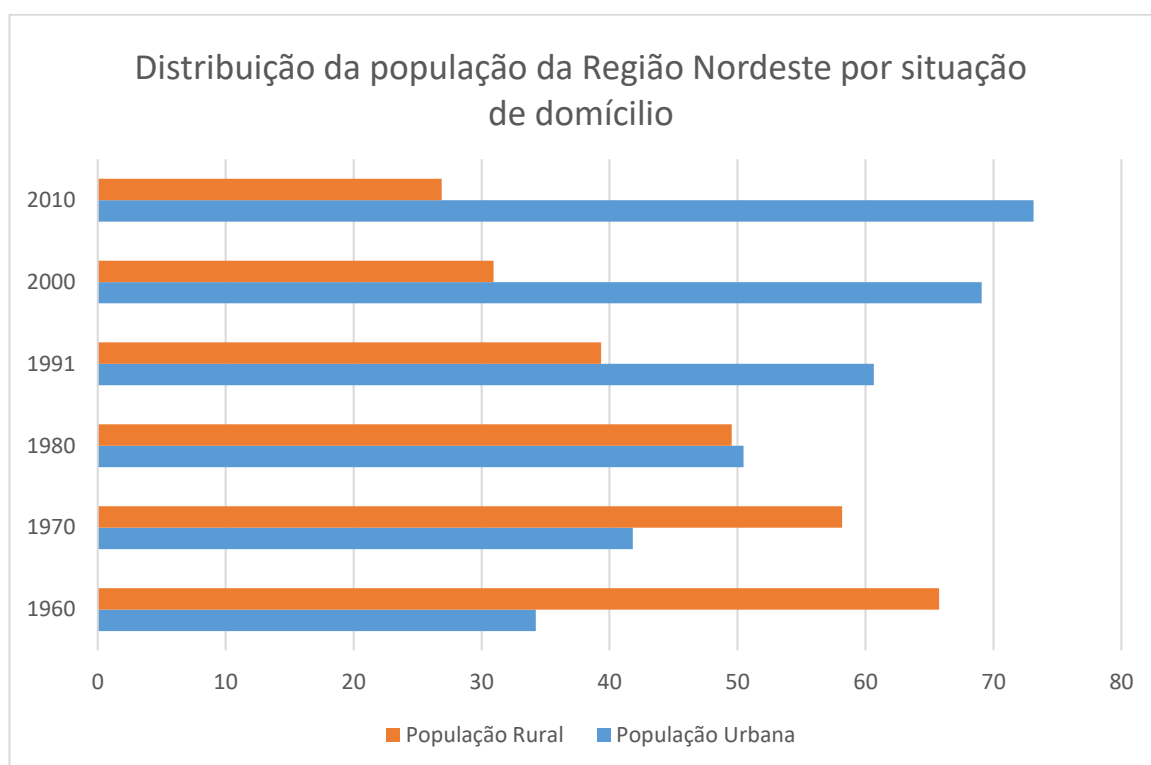
Nesse contexto, o perfil da distribuição espacial da população brasileira sofreu profunda alteração. A partir de 1970 inverteram-se os percentuais das populações rural e urbana, a primeira caindo de aproximadamente 55% da população total para cerca de 15% em 2010, enquanto a segunda aumentava de 45% para 84%. Como é possível observar nos gráfico a seguir:

01 – Gráfico de distribuição da população brasileira por situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2020

02 – Gráfico de distribuição da população da Região Nordeste por situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2020

Fazendo um comparativo entre os gráficos que representam a situação do Brasil e neste, o Nordeste, percebe-se que, apesar da tendência ser a mesma de decréscimo da população rural, nessa região, os percentuais que representam a população residente no campo são mais significativos até a década de 1990. Enquanto a média da população urbana no Brasil já chegava a quase 80%, no Nordeste esse índice equivalia a 60%.

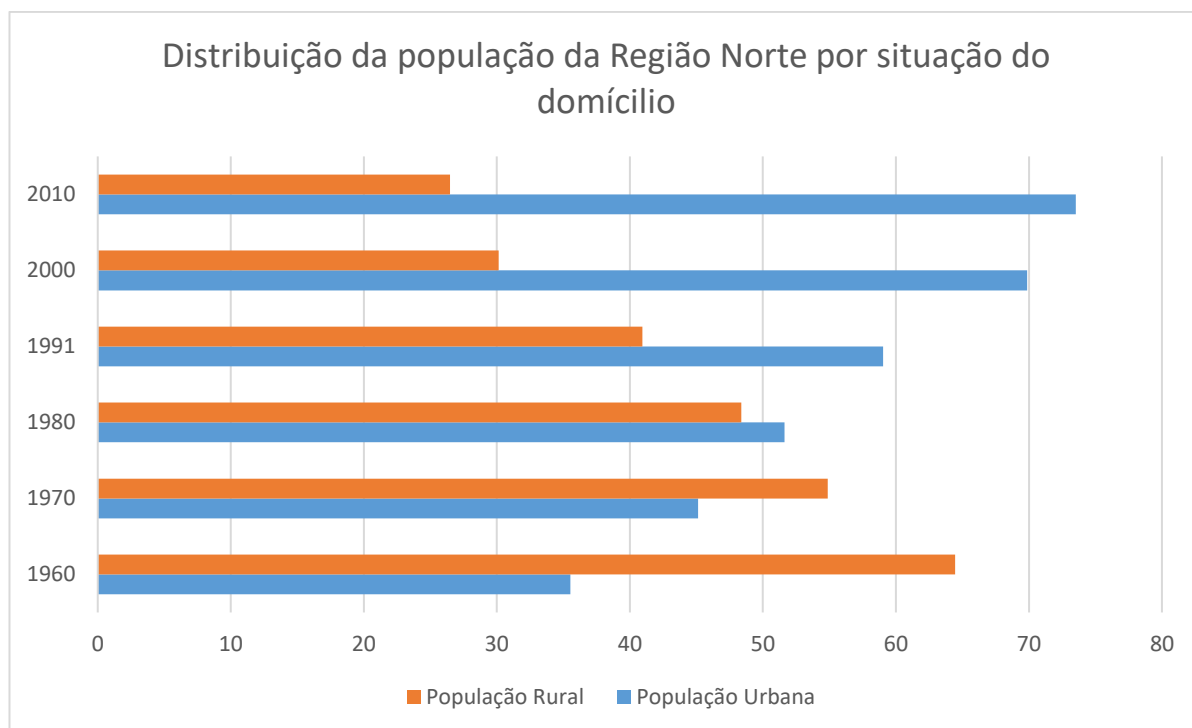
Na análise dessa realidade em termos regionais, verifica-se que as regiões Norte e Nordeste apresentam maiores percentuais de população residentes no campo em relação às demais. A região Sudeste na década de 1960 já apresentava um percentual de 57,36% de população urbana, fato associado às políticas desenvolvimentistas e à industrialização que contribuíam para a intensificação da mobilidade do trabalho, direcionado especialmente para São Paulo. As regiões Sul e Centro Oeste também apresentaram percentuais altos para a população urbana. A primeira apresentava em 2010, 84,93% do número total de pessoas residindo nas cidades. Já a região Centro Oeste

apresentava um total de 88,8% de população urbana ultrapassando a média nacional.

O que chama a atenção é o fato do Agronegócio ocupar uma posição de destaque nessas regiões, carreando para si vultosos investimentos públicos, não obstante a baixa absorção da força de trabalho, o que evidencia a falta de equilíbrio entre a referida atividade e a agricultura camponesa. No seu processo de territorialização, o agronegócio se apropria dos espaços, adequando o uso dos mesmos às suas demandas. Esse é o caso de lugares ou mesmo de regiões com tradição na produção agrícola; entretanto, à medida que foram apropriados pelo agronegócio, intensificaram e diversificaram o uso de técnicas, de informação e de métodos científicos nos processos produtivos. No caso do Brasil, esse tipo de territorialização é mais comum nas regiões Sul e Sudeste e em parte do Centro-Oeste que já haviam passado por um relativo processo de modernização da agricultura (CAMPOS, 2011).

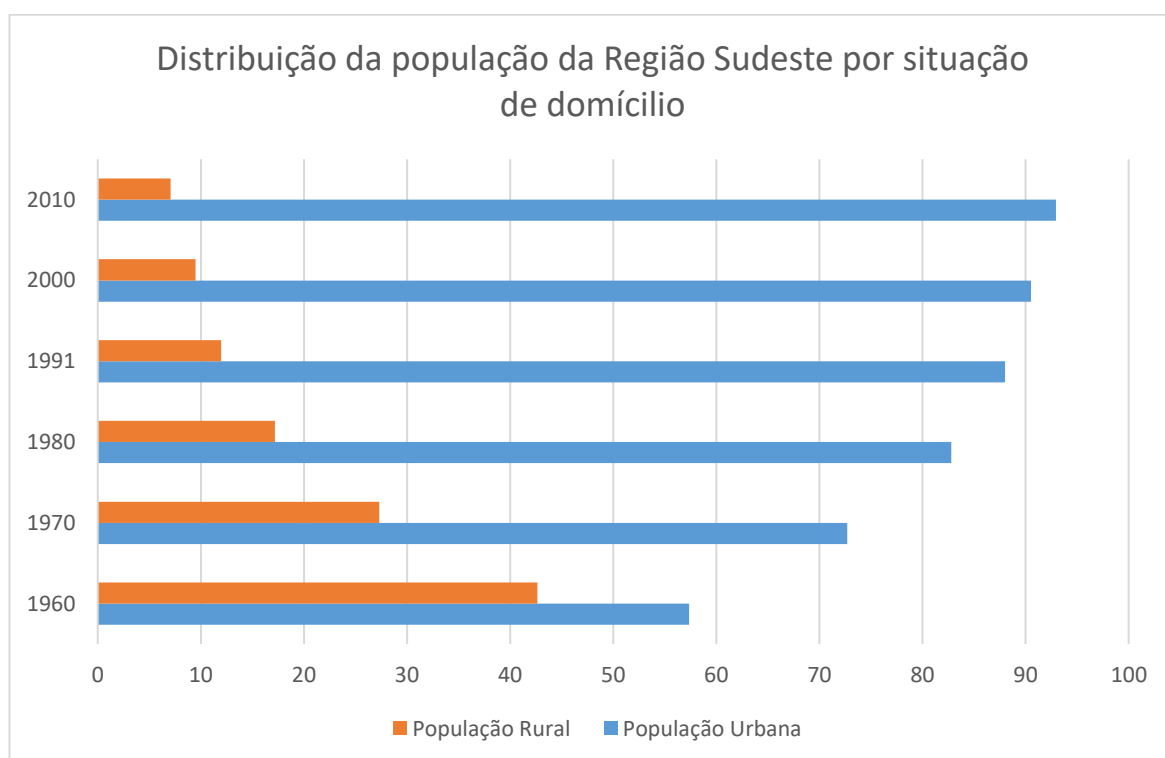
Conceição (2013) analisa que desde a década de 1970 temos tido um acelerado processo de expulsão da agricultura camponesa, com forte tendência à diminuição crescente dos produtos alimentares de subsistência. Sem condições de resistirem ao agronegócio e permanecerem nas unidades de produção, os camponeses, são obrigados a se submeterem a expansão do agronegócio, ou mesmo perderem suas terras e tornarem-se andarilhos no ciclo do capital. A modernização de base técnica incorporada pelo agronegócio, tem resultado na expropriação dos pequenos proprietários e na mobilidade do trabalho do campo para a cidade (principalmente internamente) intensificando o processo de urbanização e reproduzindo as desigualdades sociais a níveis locais e sub-regionais (CONCEIÇÃO, 2013).

03 – Gráfico de distribuição da população da Região Norte por situação de domicílio



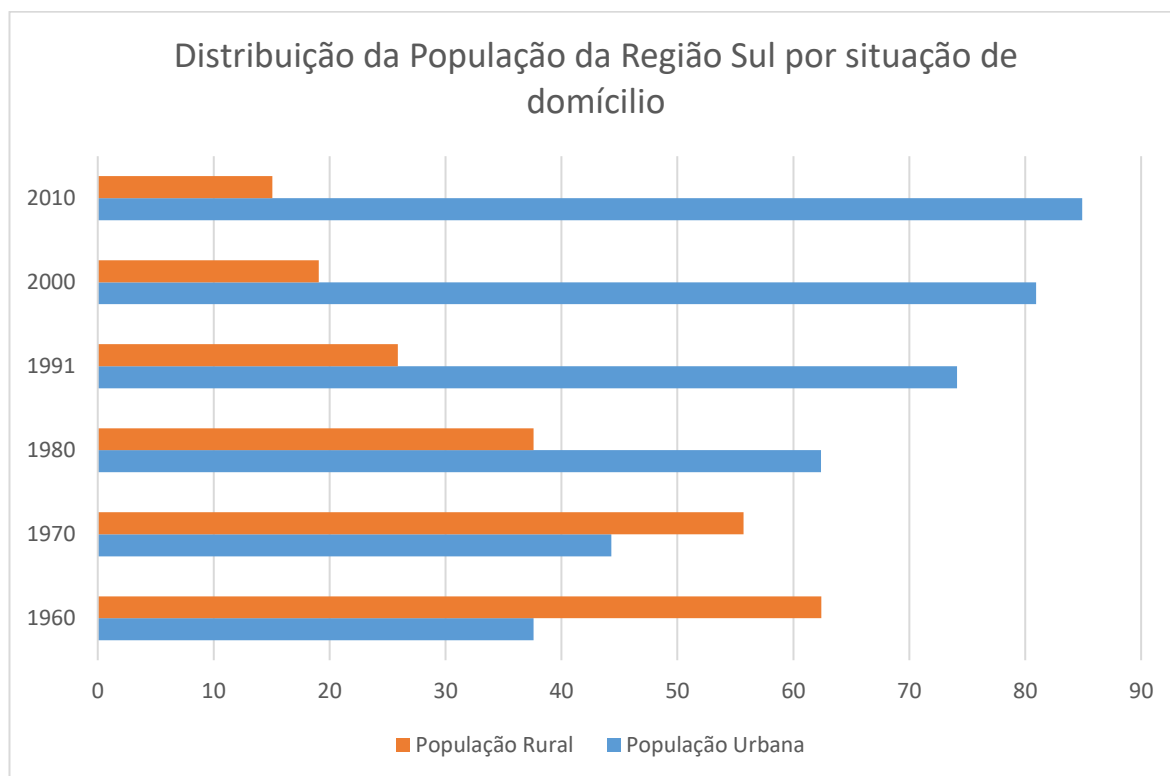
Fonte: IBGE, 2020

04- Gráfico de distribuição da população da região sudeste por situação de domicílio



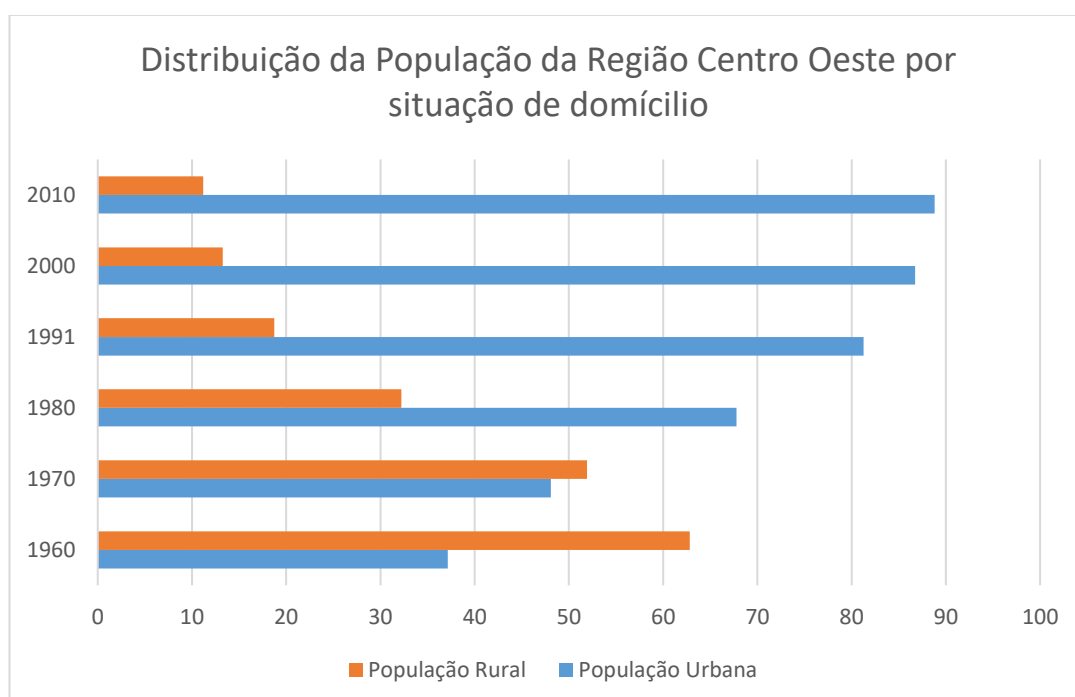
Fonte: IBGE, 2020.

05 – gráfico de distribuição da população da região sul por situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2020.

06 – gráfico de distribuição da população da região Centro Oeste por situação de domicílio

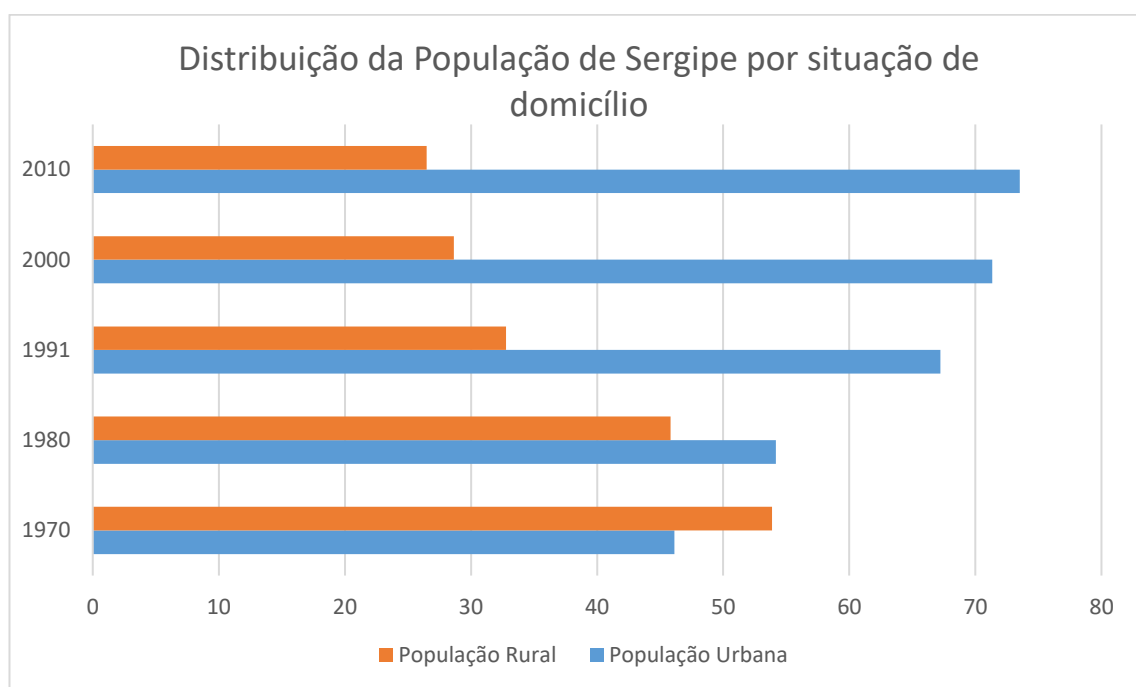


Fonte: IBGE, 2020

Considerando a dinâmica dessa distribuição, no estado de Sergipe, percebemos que a transição entre as décadas de 1980 e 1990, registra um crescimento da população urbana considerável, seguindo a tendência do Nordeste. Martins (1995, p. 19)) enfatiza que esse processo está relacionado à pobreza e a redução de emprego no campo, mas, principalmente:

A crescente necessidade de dinheiro para fazer frente a novas carências decorrentes da presença cada vez maior da mercadoria na vida das populações camponesas e, ao mesmo tempo, da crônica deterioração das relações de troca entre as mercadorias vendidas pelo camponês e as mercadorias que ele precisa comprar”.

07 – gráfico de distribuição da população de Sergipe por situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2020.

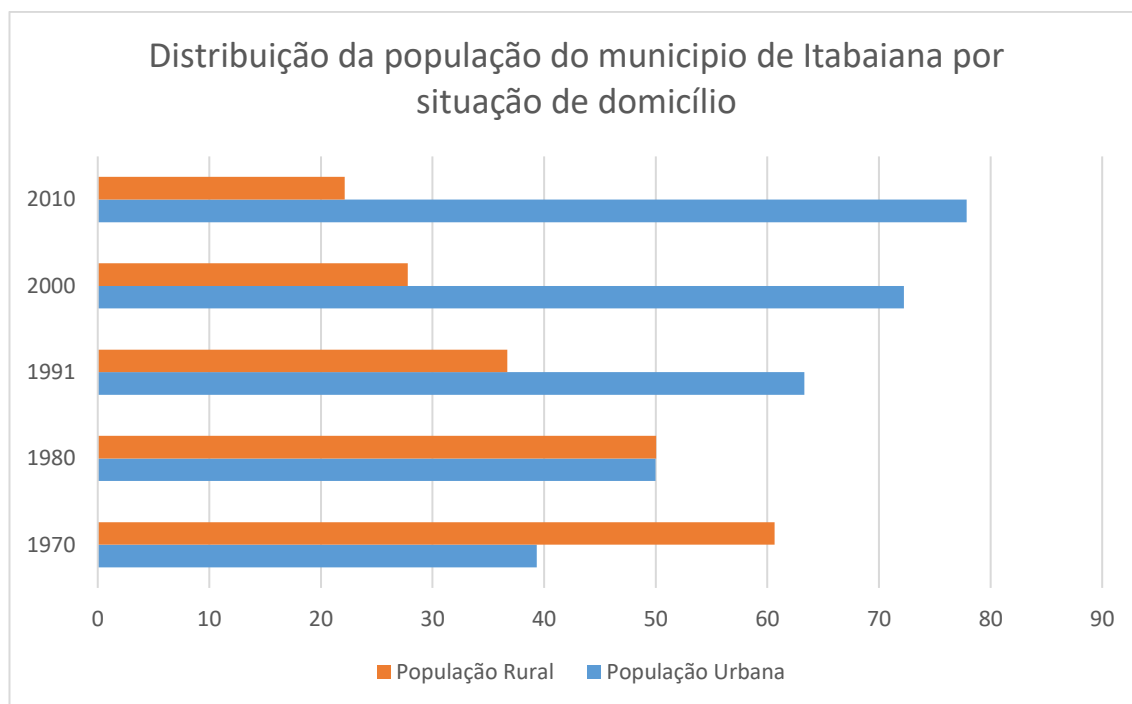
O município de Itabaiana, (recorte espacial da pesquisa), localizado na mesorregião do agreste sergipano, também insere-se na lógica de esvaziamento da população do campo. O povoamento de Itabaiana estaria ligado a possível

existência de minas de ouro na Serra que leva o nome do município. Visto que o objetivo dos colonizadores era a exploração de metais preciosos, Itabaiana tornou-se um alvo das investidas dos portugueses. Não encontrando as famosas minas de prata os colonizadores fixaram-se no território com outros interesses, que estariam ligados a criação de gado e cultivos agrícolas. A partir dessa realidade confere-se uma das marcas culturais à população do referido município, a tendência para a agricultura. O fato de sua sede ter crescido num local favorável à atividade, fez com que os itabaianenses se isolassem em seus sítios, se desenvolvendo economicamente (CARVALHO, 1973). Eram cultivados principalmente produtos de subsistência, como também produziam excedentes de alimentos que abasteciam mercados locais (NUNES, 1976), fato que se perpetua até os dias atuais.

Segundo dados da EMDAGRO (2007), o município de Itabaiana foi responsável pela movimentação de 1.050,468 toneladas de hortifrutigranjeiros no CEASA de Aracaju, sendo os produtos de maior representatividade a alface, o coentro, a batata doce, a cebolinha e o quiabo. Além desses, foram comercializados outros produtos de menor expressividade, a exemplo da batata-inglesa, da melancia, do maracujá, da cebola branca, da couve-flor (CARVALHO, 2010).

Apesar de forte base agrícola, o município se caracteriza como predominantemente urbano, pois 77% de sua população reside na cidade (ver gráfico 08).

Gráfico 08 – Distribuição da população do município de Itabaiana por situação de domicílio



Fonte: IBGE, 2020.

Seguindo a tendência de forte crescimento urbano, os dados demonstram que em 1990 ocorre uma inversão na distribuição populacional que até 1980 mantinha expressivo percentual de residentes no campo. Entretanto, em 2010 o município passa a apresentar dados semelhantes à média nacional e até maior em relação ao Nordeste e a Sergipe.

É importante salientar que esse processo faz parte de uma mudança no modelo de desenvolvimento, como tratado anteriormente, que elegeu a atividade industrial como aquela que seria capaz de imprimir ao país a capacidade de superar os entraves responsáveis pelo atraso econômico e à agricultura, funções que prescindiam de um grande contingente de força de trabalho.

Com o Estado atuando na esfera econômica, opera na fixação dos preços, na distribuição de ganhos e perdas entre os diversos grupos de classes capitalistas, no gasto fiscal com fins direta ou indiretamente reprodutivos, na esfera da produção com fins de subsídio a outras atividades produtivas, criando as bases para a acumulação capitalista industrial. A agricultura continua a produzir produtos de exportação e passa a suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa. Como também produzir produtos para o consumo interno, suprimindo as necessidades das massas urbanas não

elevando o custo da alimentação. Desse modo há um compromisso entre mantê-la ativa mas ao mesmo tempo não estimulá-la como setor e unidade central do sistema, a fim de destruir o velho mercado (OLIVEIRA, 2003).

Ao impedir que crescessem os custos da produção agrícola em relação a industrial, permitia-se a oferta de produtos alimentícios a custos baixos, influenciando no valor de reprodução da força de trabalho urbana. Ao mesmo tempo, permitiu a formação de um proletariado rural que serve as culturas comerciais de mercado interno e externo sem que o trabalhador rural tivesse estatuto de proletariado, pois a legislação trabalhista praticamente não existia no campo (OLIVEIRA, 2003).

Dessa forma os setores agricultura e indústria – campo-cidade - começam a se distanciar em termos de produtividade, o que por trás dessa aparente dualidade existe uma integração dialética. A agricultura cumpre um papel vital para as virtualidades da expansão do sistema, de outra parte ainda que pouco represente como mercado para a indústria, mas a indústria no seu crescimento redefine as condições estruturais da agricultura introduzindo novas relações de produção no campo, que torna viável a agricultura comercial de consumo interno e externo pela formação de um proletariado rural (OLIVEIRA, 2003).

A relação cidade-campo substanciada no “real conteúdo de alianças de classes urbano-rurais constitui o eixo espacial central do movimento das contradições de todas as sociedades em seus momentos de mudança” (MOREIRA, 2014, p. 143). Para o autor:

Em cada formação nacional o movimento da acumulação primitiva segue caminhos próprios, e é onde entra o papel das alianças e da natureza da relação cidade-campo, e do Estado que se ergue dessa relação cidade-campo aliancista (2014, p. 144).

Os interesses da burguesia industrial que surgia não podiam mais ser confundidos com os da oligarquia agrária, por isso o Estado foi capturado levando-o a implementar sistematicamente políticas econômicas cujo objetivo era o reforço da acumulação industrial. Dessa forma:

Foi criada uma política cambial que sistematicamente subestimava a taxa de câmbio para facilitar as importações e que em certas ocasiões chegou a proibir certas importações, uma política alfandegária que elevou a níveis nunca antes alcançados as barreiras alfandegárias para proteção da indústria “nascente”, uma política de confisco cambial que capturava parte do excedente produzido pelas exportações justamente para financiar o câmbio favorecido para as importações industriais (OLIVEIRA, 1993, p. 83).

Assim, a despeito do monopólio da oligarquia agrária sobre o aparelho do Estado ter ruído na década de 1930, quando toma corpo a política urbano-industrial, os proprietários fundiários, ao invés de serem banidos como aconteceu no capitalismo clássico, dela participaram ativamente, na condição de agentes do negócio agroexportador suficientemente capitalizados para o sistema produtivo urbano. (PAULINO, ALMEIDA, 2010). Não obstante as ações promovidas pelo Estado, a oligarquia agrária permanecia forte ainda que não estivesse sendo estimulada.

A questão da convivência com as oligarquias agrárias e a preservação da forma pelas quais estas reproduziam suas riquezas é uma questão de subordinação, que não exclui as contradições entre os interesses da burguesia industrial e os das oligarquias agrárias, entre o latifúndio e a indústria entre cidade e campo. A política econômica ditada pelos interesses da reprodução do capital industrial reduziu as formas de reprodução da economia agroexportadora até o limite necessário para que elas não continuassem a impor sua própria forma de reprodução ao conjunto da economia nacional, mas foi suficiente para permitir a sobrevivência dessa forma de reprodução (OLIVEIRA, 1993, p.83).

Até porque as divisas necessárias para a importação dos bens para a indústria continuava a ser advindas da realização externa do produto da economia agroexportadora. Nessa convivência o capitalismo industrial começa a redefinir o próprio caráter da reprodução da economia agro exportadora, transformando-a gradualmente em capitalista (OLIVEIRA, 1993).

A burguesia ascendeu à condição de classe dominante no momento em que conseguiu minar o poder dos proprietários fundiários, tidos como obstáculos aos propósitos de acumulação do capitalismo industrial. Isso porque a fórmula de acumulação original pressupõe a apropriação da mais valia a partir da

redução do custo de reprodução da força de trabalho, sendo os alimentos um fator importante na composição destes custos (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

A ascensão dos burgueses se deu a partir de um rompimento com os proprietários fundiários, transferindo-se a centralidade da acumulação para o circuito da produção capitalista, ao mesmo tempo a manutenção do controle sobre a propriedade da terra impediu que o saque da renda ameaçasse as taxas médias de lucro (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

O confisco cambial representou uma medida que forçava a economia agroexportadora a redefinir suas formas de reprodução. Com isso teve-se a destruição do colonato, e a expansão da fronteira até onde fosse possível. Foram transformadas as relações de produção, surgindo os bóias frias e a criação do proletariado rural, exatamente pela dialética das relações capital industrial versus economia agro exportadora (OLIVEIRA, 1993).

Dada a restrição da industrialização à produção de bens de consumo leves, parte significativa da mão-de-obra disponível não é absorvida pelos setores ditos modernos da economia, nos quais o trabalhador tinha os seus direitos reconhecidos. Sobretudo a força de trabalho de menor qualificação, manteve-se subempregada em serviços domésticos, comércio ambulante entre outros trabalhos informais. O crescimento das cidades e o esvaziamento demográfico do campo se dão com “o confinamento de massas despossuídas em grandes bolsões de pobreza. O grau de indigência é tal que, os poucos recursos a elas destinados pelo Estado conferem a este um grande capital político” (MARQUES, 2006, p.177).

Desta forma a compreensão da luta de classes é também fundamental para dar conta das diversas relações havidas no seio das sociedades capitalistas. A luta de classes revela a situação específica da política e da economia dentro da estrutura do capitalismo (MASCARO, 2013). Como evidencia Campos, (2015, p. 119), a infraestrutura posta pelo Estado tem uma lógica dentro do modo de produção, como também a falta dela:

O Estado Burguês na perspectiva marxista evidencia que, se por um lado a política não pode ser explicada sem levar em conta as relações sociais, por outro, a infraestrutura não pode ser analisada desconectada do papel do Estado, uma vez que esta cumpre funções

essenciais para a reprodução da própria relação social, que estrutura o modo de produção. E como as relações sociais se estruturam na luta de classes, não há como separar, nessa perspectiva teórica, o Estado da divisão de classes.

O Estado passa a priorizar a cidade no quesito infraestrutura e serviços básicos como educação, saúde, segurança e lazer mas sobretudo, viabiliza as profundas alterações nas relações de trabalho e de produção impressas ao campo e aos seus sujeitos.

O estágio atual do capitalismo demonstra a relação de contradição e complementaridade entre o capital agrícola e industrial ou entre setores rurais e urbanos. A chamada industrialização da agricultura se insere no âmbito da relação contraditória entre crise e acumulação do capital. O Estado, por sua vez, cumpre o papel de mediador de empréstimos bancários para o agronegócio, o que representa trabalho acumulado na forma de mais-valia social, ou promessa de trabalho futuro, na forma de seu endividamento, para financiar insumos industriais na agricultura (MORAES, 2010).

2.3 O papel do capital financeiro no campo

A década de 1960 se caracterizou por dar início a uma crise que na sua forma fenomênica aparece como sendo uma crise do petróleo, crise do fordismo ou crise da modernidade (ANTUNES, 2003). Mas de fato o que está em pauta é uma crise estrutural do capital. Para o autor, o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico no início dos anos 70, que pode ser constatado a partir de 6 fatores.

O primeiro foi a queda da taxa de lucro provocada pelo aumento do preço da força de trabalho, conquistado durante o período de pós 45 pela intensificação das lutas sociais; O segundo trata do esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, dada pela incapacidade de responder a retração do consumo, acentuado pelo desemprego estrutural que se iniciava. Em terceiro, tem-se a hipertrofia da esfera financeira que ganhava relativa autonomia frente aos capitais produtivos, expressão da crise estrutural do capital, colocando-se o capital financeiro como um campo prioritário para a especulação. O quarto fator

está relacionado a maior concentração de capitais decorrentes das fusões entre empresas monopolistas e oligopolistas. O quinto é a crise do Estado de Bem Estar Social e dos seus mecanismos de funcionamento, acarretando a crise fiscal do estado capitalista e a necessidade de retração dos gastos públicos e sua transferência para o capital privado. E por último, o incremento acentuado das privatizações que resultaram em desregulamentações e na flexibilização do processo produtivo, dos mercados e da força de trabalho.

A crise do fordismo e do keynesianismo representava uma crise estrutural do capital, onde se destacava a tendência decrescente da taxa de lucro. Era também a manifestação do sentido destrutivo da lógica do capital, presente na intensificação da lei de tendência decrescente do valor de uso das mercadorias, quanto da incontrollabilidade do sistema de metabolismo social do capital (ANTUNES, 2003).

Havia naquele momento uma disputa política entre os modelos keynesiano e neoliberal como formas de recuperação da economia. Os adeptos da teoria de Keynes reforçavam a ideia de que foi o pleno emprego e os altos salários que possibilitaram o aumento do consumo nos Trinta Anos Gloriosos, já os neoliberais afirmavam que a liberdade do mercado, através da redução da participação do Estado, era a melhor saída para a crise.

Prevaleceu a ideologia neoliberal, que, apesar do discurso de Estado mínimo, passou a ter um novo papel, bastante relevante, de salvaguardar e alicerçar os interesses do mercado. Juntamente com este novo padrão ideopolítico, também vêm à tona um novo modelo organizacional das empresas, dito mais flexível, convencionalmente denominado modelo toyotista. (MORAES, 2010)

O neoliberalismo surgiu como resposta a crise e iniciou-se um processo de reorganização do capital que acarretou em privatizações do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e desmontagem do setor produtivo estatal. A isso se seguiu um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores (ANTUNES, 2003).

Porém o surgimento deste novo modelo de organização da produção não significa dizer que o anterior deixou de existir, trata-se de uma relação dialética

de ruptura e continuidade. Há elementos que permanecem, porém sob novo formato, como por exemplo a questão da vigilância. Não há mais a figura do capataz, mas os trabalhadores são controlados pelas câmeras, pelos seus colegas de equipe e até por si mesmos, já que são incisivamente motivados ao autocontrole e à autodisciplina (MORAES, 2010).

O autor chama a atenção para o caráter ideológico, com destaque à ideia de pós-modernidade, com novos conceitos relacionados à propagação do fim de outros que prevaleciam até então. É anunciado o fim da história, ou seja, não haveria alternativa ao capitalismo, apresentado como o último e mais avançado modo de produção que a humanidade poderia alcançar, por consequência, anuncia o fim das revoluções, a não ser a revolução interior dos sentimentos de cada indivíduo, o fim das classes sociais, e a emergência de uma sociedade altamente individualizada (MORAES, 2010).

Todas estas respostas à crise estrutural do capital ainda parecem ser pouco eficientes e não alcançam o patamar dos Trinta Anos Gloriosos. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial viu decair o valor da força de trabalho, ratificada pelo crescente exército industrial de reserva, conseguiu rebaixar o valor do capital constante, porém não alcança a retomada desejada da taxa de lucro. O grande deslocamento de capital para as finanças foi a consequência real da incapacidade da economia de proporcionar uma taxa de lucro adequada. Assim o surgimento do excesso de capacidade e de produção acarretando perda de lucratividade nas indústrias de transformação foi a raiz do crescimento acelerado do capital financeiro a partir do final da década de 1970 (ANTUNES, 2003).

Neste sentido a opção é investir parte dos lucros não produtivamente, mas virtualmente, ou seja, investir em capital fictício. “É esta atividade misteriosa do dinheiro produzir dinheiro que tem atraído enormemente os investidores capitalistas, de forma a que esta última forma prevaleça sobre o capital produtivo” (MORAES, 2010, p. 4).

Marx não vivenciou o processo em que o capital fictício tornou-se dominante na economia; entretanto ele já discorria sobre a existência de um Capital fictício e sua atuação no sistema de crédito. Para Marx, (2017, p. 533) “o capital portador de juros é a matriz de todas as formas insanas de capital, o que

explica, por exemplo, que as dívidas possam aparecer como mercadorias na concepção do banqueiro”.

De acordo com essa análise, o capital fictício é consequência da existência do capital portador de juros, apesar de possuírem características distintas. O capital portador de juros é responsável pelo fato de que cada rendimento em dinheiro apareça como juros de algum capital, provenha ele de um capital ou não. Tem-se como exemplo os títulos da dívida pública que passam a ser objeto de comercialização, permitindo, assim, um desenvolvimento mais complexo do mercado de títulos e ações, e são puramente ilusórios (MARX, 2017).

A formação do capital fictício tem o nome de capitalização. Para capitalizar cada receita que se repete com regularidade, o que se faz é calculá-la sobre a base da taxa média de juros, como o rendimento que um capital emprestado a essa taxa de juros, proporcionaria; se, por exemplo, a receita anual é = £100 e a taxa de juros é = 5%, então £100 seriam os juros anuais de £2.000, que poderiam ser agora consideradas o valor-capital do título jurídico de propriedade sobre as £100 anuais. Para a pessoa que compra esse título de propriedade, as £100 de receita anual representam, de fato, os juros de seu capital investido a 5%. Desse modo, apaga-se até o último rastro toda a conexão com o processo real de valorização do capital e se reforça a concepção do capital como um autômato que se valoriza por si mesmo (MARX, 2017, p. 524).

Assim, o capital fictício nasce como consequência da existência generalizada do capital a juros, porém é o resultado de uma ilusão social. O chamamos de capital fictício porque por detrás dele não existe nenhuma substância real e porque, não contribui em nada para a produção ou para a circulação da riqueza, pelo menos no sentido de que não financia nem o capital produtivo, nem o comercial (CARCANHOLO, SABADINI, 2009).

Os autores reconhecem no capital portador de juros, uma pseudo fonte autônoma de valorização. E essa fonte se apresenta de forma mistificadora, uma vez que os juros são apropriados sem trabalho e sua existência aparece ao mundo capitalista separada de toda conexão com o excedente produto do trabalho.

As ações de empresas como companhias ferroviárias, de mineração, de navegação etc, representam um capital real, que foi investido e está em funcionamento nessas empresas. Esse capital não existe duas vezes. A primeira que seria como valor-capital dos títulos de propriedade, das ações, e a segunda, como capital realmente investido ou que tem de ser investido naquelas empresas. Porém ele só existe nesta última forma, pois a ação não é mais que um título de propriedade que dá direito a participar proporcionalmente no mais-valor que aquele capital vier a realizar. A pode vender esse título a *B*, e *B*, a *C*. Com isso, *A* ou *B* converteram seu título em capital, mas *C* converteu seu capital em mero título de propriedade sobre o mais-valor que se espera do capital acionário (MARX, 2017).

Marx, (2017) analisa que o movimento independente do valor desses títulos de posse, reforça a ilusão de que eles constituem um capital real. Esses títulos se tornam, de fato, mercadorias cujo preço tem seus próprios movimentos característicos e é fixado de maneira peculiar. Seu valor de mercado é determinado diferentemente de seu valor nominal, sem que se altere o valor, ainda que se possa alterar a valorização, do capital real. Assim a peculiaridade do capital fictício é ter seu valor definido de maneira relativamente autônoma à dinâmica da economia, ou seja:

O valor de mercado desses papéis é, em parte, especulativo, pois não depende somente dos ganhos reais, mas também dos ganhos esperados, calculados por antecipação. Se pressupomos como constante a valorização do capital real ou, onde não existe capital, como no caso da dívida pública, se pressupomos a renda anual como fixada por lei e também antecipada com suficiente segurança, temos que o preço desses papéis aumenta ou diminui na razão inversa da taxa de juros. Se esta sobe de 5% para 10%, então um título que assegura um ganho de £5 representa apenas um capital de £50. Se cai para 2,5% então o mesmo título representa um capital de £200. Seu valor é sempre o rendimento capitalizado, isto é, calculado sobre um capital ilusório, com base na taxa de juros vigente. (MARX, 2017, p. 525)

Portanto, Marx já apontava o processo de autonomização do mercado de títulos que, ao não representarem de fato valor, ficam sujeitos às intempéries da especulação, e não do processo de produção e geração de mais-valia.

O capital fictício é, portanto, a forma de capital cujo valor deriva de um fluxo de renda correspondente a um capital já realizado, sobre a qual se aplica uma taxa de juros, de forma que o proprietário do capital começa a ganhar uma remuneração sem contrapartida em capital produtivo. Dessa forma, o desenvolvimento do capital fictício – caracterizado por diversos instrumentos financeiros como as ações, títulos públicos, derivativos... – dissimula ainda mais as conexões com o processo real de valorização do capital, consolidando a imagem de que ele se valoriza por si mesmo, nas transações de compra e venda especulativas. Ele pode ser considerado como real-fictício ao mesmo tempo; real, pois o indivíduo recebe um lucro (fictício) por suas transações financeiras, portanto existe concretizado em algo real, mas que, enquanto coletividade – a qual pertence o conjunto dos capitalistas –, não produz substância associada ao valor-trabalho, portanto, fictício. (SABADINI, 2009, p. 3 *apud* MORAES, 2010, p. 5)

Sabadini e Carcanholo (2009) concluem que o processo de valorização do capital fictício, uma vez que não é fruto da extração de trabalho excedente - mais-valor -, não consiste em uma riqueza real, mas uma riqueza fictícia, frutos da especulação. Estes são, portanto, lucros fictícios, uma mistificação dos lucros capitalistas. Do ponto do vista individual, o capital fictício vai atuar como capital, uma vez que pode ser reconvertido. Ou seja, para seus possuidores no dia a dia do mercado o capital fictício é real, mas do ponto de vista global não; uma vez que não acrescenta nenhuma substância real de valor, apesar de exigir remuneração sobre a mesma.

O capital fictício sofreu uma transformação quantitativa de suma importância durante as últimas décadas. Qual seja, um acelerado crescimento de sua magnitude, decorrente do aumento e desenvolvimento do mercado financeiro internacional. É a partir dessa característica quantitativa que a mudança qualitativa no capital fictício ocorre, alçando a posição de dominância na reprodução ampliada do capital, de modo a submeter o capital industrial à lógica especulativa, marca singular de um novo período histórico do desenvolvimento capitalista, a mundialização do capital (ANDAKU, BUENO, 2009).

Essa fase do capitalismo, é referenciada por um processo de mundialização do capital. A mundialização da economia representa mais do que a internacionalização da economia, trata-se de uma nova configuração do capitalismo mundial, um processo de contornar, atenuar e, por fim, dismantelar as fronteiras físicas e regulares que constituem obstáculo à acumulação do capital à escala mundial. Surge um novo ritmo de acumulação constituindo-se uma fase específica no sistema do capital em seu processo de internacionalização e valorização (CHESNAIS, 1996) marcada pelo domínio do capital financeiro sobre a esfera produtiva.

O projeto neoliberal foi/é corroborador deste processo na medida em que as privatizações, aberturas comerciais e desregulações formam um tripé basilar na nova função do Estado, de servidor do mercado, principalmente, do mercado financeiro. Essa dinâmica reforça a tese de que o Estado neoliberal nada tem de Estado mínimo, impacta e sofre implicações diretas da esfera financeira de acumulação de capital (MORAES, 2010). A riqueza social, fruto do trabalho humano, passa cada vez mais a ser controlada pelo capital financeiro, ditando assim “a repartição e a destinação social dessa riqueza” (CHESNAIS, 1996, p.15).

Antigas estruturas produtivas foram destruídas ou se metamorfosearam para atender a necessidade de acumulação em ritmo acelerado, comandado pelo capital financeiro. O neoliberalismo foi o instrumento político de desregulamentação das economias nacionais, principalmente nos países periféricos com um olhar especial para a América Latina, onde os regimes ditatoriais promoveram todas as reformas necessárias para o aprofundamento das relações capitalistas, sobretudo no campo (SILVA, 2014).

Dentre estas reformas, destacam-se o livre fluxo de capitais, com entrada massiva dos investimentos internacionais, privatização das empresas estatais e endividamento do Estado, tornando-o ainda mais subordinado as demandas do mercado financeiro e as cartilhas das organizações internacionais como o Banco Mundial, BIRD e FMI. Estas organizações tem entre os objetivos, promover o desenvolvimento econômico direcionado a lógica do capital (SILVA, 2014).

Delgado (1986) analisa a integração do capital financeiro ao setor rural por meio de três formas. A) O sistema de crédito rural e os incentivos fiscais e

financeiros do Estado, que realizam um papel de aglutinação e transferência de recursos financeiros para os empreendimentos capitalistas de maior porte no campo. B) A criação do complexo agroindustrial com uma crescente intensificação das relações interindustriais induzida pela política de crédito rural, reforçada com a onda de fusões de capitais agroindustriais que o setor privado tende a aprofundar nos ramos de ponta da agricultura capitalista (açúcar, álcool, soja, trigo, avicultura, bovinocultura, silvicultura etc). Revela também a formação articulada de conglomerados setoriais que realizam uma taxa média de lucro diversificada em múltiplos mercados. C) A terceira entrada pode ser identificada pelas transformações no mercado de terras. Observa-se a imposição de uma lógica financeira de avaliação dos títulos de propriedade rural, que faz com que o preço da terra se converta em preço de um ativo financeiro, negociado pelo mesmo cálculo que avalia a formação de preços de outros títulos financeiros portadores de renda. Esse autor considera o capital financeiro como:

A relação social mais desenvolvida de valorização econômica nas modernas sociedades capitalistas e envolve a crescente concentração e centralização de capital. Este processo de concentração é comandado normalmente pelas instituições detentoras da liquidez na economia em ligação com as empresas responsáveis pela emissão e circulação dos títulos patrimoniais geridos pelas instituições financeiras e submetidos a sua lógica de valorização. Uma expressão mais simples desse conceito é a de uma relação social abstrata e geral do capital consigo próprio que se manifesta pela organização monopolista dos mercados sob o comando das instituições controladoras do capital dinheiro (DELGADO, 1986, p.12)

No Brasil, a inserção do capital financeiro no campo se dá na modernização de base técnica durante a ditadura militar, principalmente a partir da década de 1960. São as mudanças ocorridas na política agrária brasileira no final da década de 1960 que dará abertura para a entrada das formas especulativas mais avançadas do capital, subordinando em diferentes escalas espaciais a produção do campo ao mercado internacional. O uso de fertilizantes, agrotóxicos, corretivos do solo, rações, concentrados e máquinas, sobretudo tratores, foram fomentados através de uma política nacional de uso de insumos agrícolas obtidos por meio de importação (SILVA, 2014).

Segundo Conceição (2013) O capital financeiro e o Estado fazem uma aliança voltada para o processo de acumulação durante o período da modernização para o período neoliberal. O Estado impõe um discurso velado de submissão ao capital, através de políticas de crédito, tornando crescente a expropriação da produção familiar e o assalariamento direto nas áreas do agronegócio. Milhares de famílias camponesas foram expropriadas, intensificando o desemprego, a precarização do trabalho e inscrevendo relações de trabalho análogas à escravidão. Portanto, “nesta lógica o capital transformou o agronegócio na menina dos olhos das grandes Corporações” (CONCEIÇÃO, 2013, p. 83).

A industrialização da agricultura no Brasil demandou a substituição da base técnica agrícola por insumos industriais, a partir de uma política particular de crédito governamental e de comércio exterior que incluiu incentivos fiscais e novos financiamentos para infraestrutura (PITTA, MENDONÇA, 2014).

O Estado se endivida para disponibilizar linhas de crédito subsidiadas para o agronegócio através da negociação de Títulos do Tesouro Nacional no sistema financeiro. Segundo o Plano Agrícola e Pecuário de 2013/2014, no decorrer da última década os montantes destinados ao agronegócio por meio do mecanismo de crédito rural mais do que quintuplicaram, saltando de R\$27 bilhões em 2003/2004 para R\$136 bilhões na safra de 2013/2014 (PITTA, MENDONÇA, 2014).

As empresas do agronegócio se utilizam de acesso a créditos para especular no mercado financeiro. Um exemplo recente ocorreu com a agroindústria canavieira que utilizou tais recursos para especular com derivativos cambiais. Diversas usinas de açúcar e etanol tomaram empréstimos baratos em dólar, aproveitando o ciclo de alta nos preços das commodities e a valorização do real nos anos anteriores à crise de 2008. Com a reversão dessa tendência e a valorização do dólar em relação à moeda brasileira, muitas usinas quebraram (PITTA, MENDONÇA, 2014).

Esses autores analisam que em um contexto no qual o capital financeiro determina o processo produtivo, é importante notar que a adoção de um sistema de juros flutuantes se constitui como fator adicional que aprofunda a especulação financeira e a formação de monopólios agroindustriais com acesso privilegiado a juros subsidiados pelo Estado. Os juros, como foi analisado por Marx (2017),

seriam uma parte da mais-valia apropriada pelo proprietário de dinheiro e controlada pelo setor bancário. Este tipo de recurso, comumente chamado de investimento e interpretado como custo ou risco dos capitalistas, se constitui em transferência de mais-valia social para o setor privado.

A crise econômica mundial de 2008 gerou uma mudança no perfil do agronegócio no Brasil e estimulou a presença de empresas estrangeiras de diferentes setores, não só agrícolas, mas também financeiras, automotivas e petroleiras. Esse processo ocorre principalmente através de fusões e aquisições, causando maior concentração de capitais. As empresas optam por tal procedimento com a intenção de aumentar seu capital e demais ativos, como máquinas, terras, subsidiárias, entre outros. (PITTA, MENDONÇA, 2014) Assim, o preço de suas ações passa a ser parte fundamental do valor de mercado e torna-se parâmetro para que consigam crédito. Desse modo Pitta, Mendonça, (2014, p. 48-49), analisam que:

O produto do agronegócio não seria, por exemplo, soja, gado, cana-de-açúcar, laranja ou eucalipto, mas sim apropriação de capital, seja na forma financeira, através de dívidas, ou da extensão da fronteira agrícola no sentido de apropriar forças produtivas naturais monopolizáveis como terra, água e biodiversidade. Tal constatação não significa que a natureza produza valor. A propriedade da terra no modo capitalista de produção representa uma abstração que só se converte em valor a partir da produtividade do trabalho.

É importante considerar que a terra como base produtiva, se constitui em um limite para a circulação de capitais. O mercado de terras, caracterizado por operações financeiras com base em títulos de propriedade, assume a função de “descongelar e financiar aplicações fixas de capital como faces conexas, mas distintas da operação autônoma do capital financeiro” (Delgado 1985, p. 194). O autor esclarece que o significado particular da propriedade da terra nos moldes capitalistas é explicado por ser “um bem natural não reproduzível”, que se constitui em “títulos patrimoniais monopolizáveis (ações, obrigações e títulos da dívida pública) e, ainda, o dinheiro”. E completa, “É da lógica financeira homogeneizar os diferentes rendimentos de diferentes títulos” (DELGADO, 1985, p. 195-196), corroborando a estreita relação entre o mercado de terras e o mercado financeiro, entrelaçados no movimento de crise-acumulação.

O espaço sofreu profundas transformações, necessárias para atender as demandas do processo de acumulação de capital no campo e na cidade. Dentre estas transformações, o crescimento da urbanização no Brasil decorrente, dentre outros fatores, do processo de industrialização, vai ocasionar o rápido crescimento do emprego não agrícola, necessidade de maior produção de produtos agrícolas, pressão pela integração e a diversificação das exportações agrícolas (SILVA, 2014).

A modernização do campo acentuou as diferenças regionais da agricultura no país, uma vez que ficou muito concentrada nas regiões Sul, Sudeste e nas áreas de fronteiras agrícolas do Centro-Oeste, enquanto que ao Norte e o Nordeste coube na divisão territorial do trabalho um papel mais periférico e ao mesmo tempo necessário. Se as relações de trabalho assalariado ganham destaque nas regiões de maior modernização técnica, por outro lado, as velhas oligarquias rurais continuavam a exercer seu domínio sob o aval da ditadura militar. Relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, manutenção dos latifúndios e financiamento da monocultura são traços de uma modernização desenvolvida de forma desigual e combinada nos certames da produção e reprodução do capital no campo (SILVA, 2014).

A crise da dívida vai marcar o final do regime militar no Brasil, o esgotamento deste ciclo de crescimento colocará em pauta a necessidade de novo arranjo econômico e político. Delgado (2005) vai afirmar que a década de 1980 foi um período de transição e contradição para a questão agrária brasileira. Com a abertura política eclodem várias lutas no campo em torno da reforma agrária fruto das articulações dos movimentos sociais e outras entidades ligadas a questão agrária.

A concessão de crédito que antes ficava restrita as grandes empresas, aos conglomerados agroindustriais e aos detentores de extensas áreas de terra, a partir da reivindicação dos movimentos sociais passou a ser destinada também a produção familiar pelo viés de políticas públicas. Para tanto, o Estado consegue transformar o que seria uma conquista social em mais uma forma de subsunção do trabalho ao capital (SILVA, 2014).

De tal modo o Estado vai agir como facilitador do processo de reprodução do capital no campo, atuando na esfera normativa: normatização das relações de trabalho no campo (Estatuto do trabalhador) criação de condições de

mercado para valorização especulativa das terras; na esfera financeira e fiscal: criação do sistema crédito e incentivos fiscais para estimular, compensar e financiar a aplicação de capitais privados no setor agrícola, onde podemos destacar o Sistema de Crédito Rural e Política de Garantia de Preços dos produtos agrícolas; na esfera produtiva: uso dos defensivos agrícolas por empresas estatais como a Petrobras e a Vale do Rio Doce, além da geração, adaptação e de difusão de novas tecnologias para o complexo agroindustrial (DELGADO, 1985).

A partir desse complexo processo, o Estado contribui para a manutenção das relações não capitalistas de produção para que a renda da terra camponesa seja expropriada, permitindo a acumulação de capital por vias não capitalistas, se tornando portanto uma relação contraditória. No capítulo a seguir iremos discutir sobre a trajetória da categoria camponês, bem como os desafios que esses sujeitos enfrentam para continuar se reproduzindo.

Capítulo II – Campesinato: uma classe “estranha”

Existem muitas divergências acerca da permanência do campesinato no modo de produção capitalista. Alguns teóricos consideram os camponeses como resquício histórico e incapazes de se constituir como classe social; outros afirmam que se trata de um produtor subordinado ao capital e completamente refém do mercado e ainda há quem afirme que se trata de uma classe social com suas especificidades e caráter revolucionário. Para tanto, neste capítulo objetivamos analisar o conceito de camponês que foi e continua sendo alvo de muitas discussões nos estudos agrários a fim de compreender o porquê do seu uso como fundamental para entender as contradições e conflitos existentes no campo. Tal como, analisar as relações de produção presentes e os desafios enfrentados pelos camponeses para continuar se reproduzindo em meio a lógica destrutiva do Capital.

Paulino, Almeida, (2010), analisam que o camponês vive uma dupla e contraditória situação, haja vista ser ao mesmo tempo proprietário do seu principal meio de produção (a terra) e trabalhador. Essa ambiguidade faz com que esses sujeitos sejam caracterizados como uma classe “estranha” e alvos de críticas e até mesmo previsões que decretam o fim do seu modo de vida, pois, só haveria lugar no modo capitalista de produção, para burgueses e proletários. Entretanto, como analisa Martins (1981), o processo de produção do capital, contraditoriamente, recria formas não capitalistas de produção, explicitando que o desenvolvimento do capital se faz de forma contraditória à sua própria natureza. Outrossim, o camponês se constitui como realidade objetiva e deve ser compreendido a partir das diversas contradições resultantes do desenvolvimento desigual e combinado do Capital.

3.1 – A compreensão da categoria camponês

As pesquisas e análises a respeito da resistência do campesinato no modo de produção capitalista não são novas. Muito já foi dito sobre o conceito e o modo de vida camponês e o porquê do seu uso como fundamental para entender a realidade agrária brasileira. Porém, ainda faz-se necessário o debate, haja vista que o campo tem sofrido muitas transformações decorrentes do avanço do modo de produção capitalista. Por conseguinte, para entender que o camponês resiste a essa lógica é imprescindível compreender a sua trajetória. Shanin, um dos maiores estudiosos sobre a resistência/permanência do campesinato no mundo, observa que:

Há razões para definir “camponês” e há razões para deixar indefinida a palavra, uma figura de linguagem fora do domínio onde residem as criteriosas categorias do conhecimento. Tal decisão jamais é inconsequente, pois este conceito, se aceito como tal, vincula-se ao próprio âmago do pensamento teórico sobre a sociedade global contemporânea e reflete-se em conclusões de imediato interesse político e analítico. O que importa são as maneiras como tais palavras são utilizadas (SHANIN, 2005, p. 1).

A partir da citação pode-se concluir, considerando-os como sujeitos políticos, adotam posturas que, dentro de uma sociedade desigual, manifestam posicionamentos favoráveis ou contrários à ordem vigente. Nessa perspectiva, a proposta de refletir sobre os modelos teóricos voltados à compreensão da questão agrária pode apontar, para a necessidade de manter ativo o debate entre os geógrafos sobre tal questão. Pois, como analisa Paulino, Almeida (2000), o desvendamento dos elementos implícitos à configuração do território brasileiro, não pode ser feito a contento sem um olhar cuidadoso para o campo, cujo emaranhado de relações confere significação inclusive às formas históricas e rumos que essa sociedade vem trilhando.

Apreende-se que o conceito de camponês permite compreender a complexidade do sujeito histórico que designa, diferentemente do que ocorre com outros conceitos como os de pequena produção e agricultura familiar. Trata-se de um conceito que possui uma história significativa no interior das ciências

sociais e que tem se relacionado às disputas políticas e teóricas em torno da interpretação da questão agrária e das direções tomadas pelo desenvolvimento capitalista no campo (MARQUES, 2008).

As raízes do debate tem origem no século XIX, e os precursores das matrizes teóricas que fundamentam as concepções acerca do campesinato foram, Karl Kautsky com sua consagrada obra *A Questão Agrária* (1899), Vladimir Lênin que escreveu *O desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899) e Alexander Chayanov com o clássico *La organización de la unidad económica campesina* (1974). Cada um dos autores enxergavam o futuro do campesinato de formas diferentes e suas ideias repercutem nos debates até os dias atuais. É importante destacar que as discussões travadas por esses autores sofreram influência do contexto histórico que vivenciaram e portanto devem ser analisadas com cautela quando se trata do campesinato no Brasil para não incorrer em distorções conceituais.

Dentro do marxismo reside uma problemática sobre qual seria o futuro do campesinato. Durante o período da social democracia desde a II Internacional (1899) imperou um reducionismo econômico em relação a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no campo. Destarte, entre os marxistas da época perpassou a tese da homogeneização/unilateralidade das relações capitalistas e das formas sociais materializadas na tendência constante à concentração da propriedade. Outrossim, a grande unidade de produção era vista como condição para o progresso do ponto de vista das relações capitalistas, e apostar em seu desenvolvimento era o caminho para atingir o socialismo. Supunha-se que as unidades camponesas retardavam o curso da história, pois retardava o progresso do Capital como se pode analisar nas obras de Karl Kautsky e Vladimir Lênin (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

Karl Kautsky em sua obra **A Questão Agrária** procurou fazer em relação a agricultura o que Marx fizera em relação a indústria. Ele aplicou com rigor os conceitos marxistas para analisar o desenvolvimento agrícola na Alemanha. Isso antes de acontecer a Revolução Russa. E concluiu que a agricultura se desenvolve, tendencialmente, da mesma forma que a indústria, ou seja, de forma concentrada e causando expropriação (ARAÚJO, 2002).

Kautsky fundamenta a sua concepção de que o desenvolvimento capitalista não poderia comportar outras classes além da burguesia e do proletariado. Nessa perspectiva, o desenvolvimento da agricultura seguiria o caminho da indústria que seria a força motriz da sociedade e o agente responsável pela evolução que se processava. Dentro dessa lógica, a indústria se expandiria, atingindo a todos, inclusive nos locais onde ainda predominava o modo de vida camponês. Para Kautsky, por mais impermeáveis que fossem as unidades camponesas, elas sucumbiriam ao modo de produção industrial pois, em última instância, se constituiria no veículo de seu desaparecimento (ARAÚJO, 2002).

Ainda verifica a forma como o capital se apodera da agricultura, ao mesmo tempo em que também a revoluciona, tornando insustentáveis “as velhas e arcaicas formas de produção”, favorecendo, em última instância, o grande estabelecimento agrícola. Dentro deste contexto, o autor vai apresentar os grandes estabelecimentos rurais como superiores em relação aos pequenos. Pois para ele a pequena exploração era marcada pela inferioridade técnica, e pelo alto custo da produção e caracterizava-se também pelo excesso de trabalho e insuficiência de consumo. Desse modo, a pequena produção condenava os camponeses ao trabalho forçado e lhes rendia muito pouco em recompensa e por isso precisava ser superada (ARAÚJO, 2002).

Para o referido autor, a condição do homem camponês naquele momento estaria marcada pela lógica pouco favorável para a sua manutenção, pois a agricultura se modernizava e ampliava-se a propriedade privada da terra. A exploração capitalista se dava, além da apropriação privada da terra, pelo caráter de mercadoria imprimido a todos os produtos da lavoura. O autor afirma que a forma como o camponês executava o seu trabalho seria um dos motivos da sua inevitável decadência, pois aquilo que o camponês laboriosamente produzia em um determinado período de tempo podia ser rápida e quantitativamente superado pela produção nos moldes capitalistas (DOURADO, 2010).

Sua visão sobre o campesinato era, de certa forma, altamente depreciativa. Essa seria uma classe miserável, retrógrada e vacilante, um entrave à superação do modo capitalista de produção. Nessa linha de raciocínio, a conquista do socialismo seria inevitável, pois o capitalismo construía os

elementos de sua própria destruição. Entre esses elementos, reservava ao operariado urbano o papel supremo de conduzir o processo revolucionário (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

Tudo isso revela que em seu entendimento, o caminho para a coletivização não poderia ser trilhado pelo campesinato, devendo o mesmo passar pela experiência concreta da proletarianização, da socialização através do trabalho coletivo. Somente o sucesso do trabalho em cooperativas romperia com a resistência e desconfiança dos camponeses, conduzindo-os naturalmente à organização coletiva, a qual finalmente promoveria a abolição definitiva da propriedade e exploração individual da terra (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

Mas, embora Kautsky fosse defensor da ideia da superioridade da grande propriedade, ao analisar as tendências de evolução da agricultura foi capaz de identificar a resistência camponesa à concentração da propriedade e percebeu a renúncia dos camponeses à renda e ao lucro, fator que para ele contribuía para a insustentabilidade dessa classe dentro do capitalismo. Assim como Kautsky, Lênin também previa que o desenvolvimento capitalista na agricultura provocaria a desintegração do campesinato que seria incapaz de resistir às relações capitalistas de produção (ARAÚJO, 2002).

Vladimir Lênin foi o principal líder da Revolução Russa, influente pensador e autor de importantes obras sobre o desenvolvimento capitalista e suas contradições. Em **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**, escrita originalmente em 1899, o autor marxista explica como o capitalismo, enquanto fase transitória para o socialismo, mudaria as relações sociais até então presentes na agricultura.

Lênin via que a evolução do capitalismo no campo acelerava e aprofundava as contradições na comunidade camponesa, contribuindo para a transformação dos camponeses em proletários urbanos. Este processo, denominado pelo autor de diferenciação do campesinato, consistia em uma ação do capitalismo que buscava criar seu próprio mercado onde antes ainda não havia penetrado (CONCEIÇÃO, 1991).

Lênin desenvolve sua análise sobre a desintegração do campesinato, fundamentando-se nas seguintes reflexões: os camponeses abastados

aumentariam seu mercado de consumo individual e com isso haveria a formação de um mercado interno. Os camponeses estariam totalmente subordinados ao mercado tanto para consumo quanto para atividades. E a renda-dinheiro possibilitaria a acumulação e lhe daria condições de assalariar e resgatar sua liberdade. Contudo o caráter contraditório no sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato, resultaria nas diferenciações de interesses (CONCEIÇÃO, 1991).

Segundo Lênin (1982, p. 114) *apud* Conceição, (1991, p. 37) “O campesinato não apenas se diferencia, ele deixa de existir, se destrói, é inteiramente substituído por novos tipos de população rural, que constituem a base de uma sociedade dominada pela economia mercantil e pela produção do capital”.

Desse modo surgiriam novos tipos de população rural:

- Burguesia Rural ou camponeses ricos – caracterizados como aqueles que empregam a força de trabalho de camponeses pobres e que poderiam se tornar capitalistas;
- Os camponeses médios – a grande maioria se tornaria proletário e muitos sobreviveriam contraindo dívidas a serem pagas em trabalho. Os camponeses médios representariam o maior índice de fluxo migratório e a migração representaria a sua desintegração.
- O proletariado Rural – caracterizados como aqueles assalariados que podem ou não possuir terra, sendo, seu representante típico o assalariado agrícola, o diarista, o peão, o operário da construção civil, etc.

A ênfase dada ao capitalismo para afirmar a viabilidade da Revolução Socialista, fez com que Lênin atenuasse as fortes contradições geradas no processo de exploração na economia capitalista. Sem levar em conta, inclusive a forma de obtenção da mais-valia relativa pela mobilidade do trabalho. Para Lênin, enquanto a população não tiver mobilidade não pode ser desenvolvida, portanto a migração proporcionaria não só vantagens econômicas, melhores salários, como também provocaria a destruição das formas servis e do pagamento em trabalho (CONCEIÇÃO, 1991).

O reforço que se dá a importância do êxodo como forma de melhoria de vida na cidade, está relacionado às teses do dualismo engendrado pelo desenvolvimento do capitalismo, mascarando o processo de exploração da mais valia e encobrindo o redirecionamento da divisão internacional do trabalho. Na mesma medida são explicadas as teses da subordinação, da teoria do atraso, fundamentando também as teorias “modernizantes” da dominação do capitalismo sobre a agricultura. Em todos os casos passa-se a considerar a produção camponesa como uma anomalia residual (CONCEIÇÃO, 1991).

Já por volta de 1907, Lênin declarava ter exagerado em suas primeiras conclusões sobre a natureza capitalista da agricultura russa, no período de hegemonia de Plekhanov na Social-Democracia russa. Lênin foi além na aceitação da permanência de traços camponeses. Esta mudança subjaz explica as modificações dos programas do partido em 1917- 1921 e foi mais firmemente expressa nos últimos momentos de vida de Lênin. Com efeito, o simples fato de o “programa agrário” de seu partido ter sido cancelado já significava que a análise de 1896-1898, diretamente relacionada a ele, não podia ser sustentada (SHANIN, 2005).

Enquanto Lênin indicava a desintegração camponesa como necessária ao avanço do capitalismo, Chayanov defendia o sistema da unidade econômica camponesa, como processo organizativo no trabalho familiar e modelo de organização econômica (modo de produção). Entretanto, Chayanov não nega a possibilidade da desintegração do campesinato pelo capitalismo, ele nega que seria inevitável a sua desintegração. Face a sua permanência, apresenta como alternativa um plano organizativo da unidade econômica camponesa como sujeito criador da sua própria existência (CONCEIÇÃO, 1991).

La organización de la unidad económica campesina constituiu-se em um marco pioneiro no estudo sobre a composição e organização das unidades econômicas camponesas, apresentando um estudo pormenorizado dessa forma de organização econômica e social. Com isso, o enfoque privilegia elementos desconsiderados pela maior parte dos teóricos clássicos (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

Chayanov criou a teoria do balanço entre trabalho e consumo para demonstrar como as unidades camponesas alcançavam o equilíbrio interno, que está relacionado com a satisfação das necessidades e as dificuldades do trabalho. Este equilíbrio é afetado pelo tamanho da família e da propriedade da terra. O tamanho da família se modifica com o passar do tempo, assim como o tamanho da terra, (fruto de casamentos, heranças); Chayanov deduz daí uma dinâmica especial de diferenciação sócio econômica no mundo rural, a que chama de diferenciação demográfica, em oposição a diferenciação de classe (ARAÚJO, 2002).

Por conseguinte na análise de Chayanov sobre a unidade de produção familiar, anula-se a divisão de classe a partir da determinante posse e propriedade em adequação a quantidade de valor e da renda da terra. O autor caracteriza uma categoria única tendo como parâmetro estatístico – tamanho da família (CONCEIÇÃO, 1991).

La composición familiar define ante todo los límites máximo y mínimo del volumen de su actividad económica. La fuerza de trabajo está totalmente determinada por la disponibilidad de miembros capacitados en la familia [...] el tamaño y la composición de la unidad económica, no solo cuantitativa sino también cualitativamente. (Chayanov, 1974, p. 47 – 48 *apud* CONCEIÇÃO, 1991, p. 45)

Por essa razão, considerou imprescindível levantar a composição biológica e etária dos membros da família, em virtude de haver uma variação conjunta e indissociável entre as fases da família e o balanço entre trabalho e consumo. No início do matrimônio, haveria uma sobrecarga de consumidores (os filhos pequenos) sobre os trabalhadores. À medida em que os filhos passam a trabalhar, a unidade caminha para um estado de equilíbrio entre o número de consumidores e o número de trabalhadores, sendo esse novamente desfeito à medida em que avançava a idade dos pais e os filhos contraíam matrimônio. Nessa fase declinaria novamente o número de trabalhadores, aumentando o peso dos consumidores sobre esses (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

Chayanov analisa que quanto menor a área disponível para cultivo, maior a necessidade de aumentar os ganhos da família através da realização de

atividades não agrícolas. Consequentemente, a pressão pelas necessidades de consumo seria o fator determinante no grau de utilização e intensificação da força de trabalho.

O autor analisa que a unidade familiar utilizava ao máximo a força de trabalho disponível, evitando períodos de ociosidade. Essa especificidade camponesa se constituía em empecilho à adoção de máquinas, por serem poupadoras da mão de obra que os camponeses necessitavam ocupar. Além disso, elucidou a inviabilidade de sua utilização em virtude da relação inversamente proporcional entre custos para a aquisição/manutenção de máquinas e disponibilidade de terras.

Diferentemente de Kautsky, que atribuiu à falta de inteligência e incompetência em operar as máquinas, essa leitura da lógica camponesa conduziu à interpretação de que a economia de força de trabalho era o principal fator a impedir os camponeses de empregarem máquinas e modernizarem suas atividades, a fim de salvaguardar o emprego interno. A mecanização somente seria aceitável caso houvessem outras atividades a serem executadas pela mão de obra liberada ou a possibilidade de aumento dos ganhos brutos mediante intensificação de cultivos (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

A inserção no mercado de trabalho que para teóricos como Kautsky e Lênin seria sinônimo de proletarização, foi interpretada como recurso para a manutenção da condição camponesa. Para Chayanov, essa não se confundiria com a postura burguesa de acumulação, pois lógicas distintas mediavam as explorações capitalistas e camponesas. Apesar das unidades camponesas buscarem a melhor remuneração possível, não estavam fundamentadas na lógica do lucro (PAULINO, ALMEIDA, 2000).

Paulino, Almeida (2010), analisam que os comentários de Marx em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* e *As lutas de classes na França de 1848 a 1850* tem sido utilizadas por muitos estudiosos para fundamentar o discurso sobre o conservadorismo e a incapacidade do campesinato de continuar existindo. Porém tais estudiosos não levam em consideração o contexto em que foram feitos tais comentários e nem que Marx o fez de forma periférica pois essa não era sua preocupação central. Por outro lado, esses mesmos autores ao

buscarem em Marx análises que corroborem com seus estudos, omitem, por exemplo, a consideração do campesinato como realidade objetiva encontrando-se no próprio Marx os fundamentos explicativos da transformação da renda da terra pré capitalista em renda capitalizada sendo a sociedade dominada pelo capital a abrir possibilidades de recriação de formas não capitalistas de produção.

Ainda sobre o debate marxista, indo na contramão do que pensava os marxistas clássicos ortodoxos do século XIX, surgem novos teóricos que introduzem a defesa da pequena propriedade camponesa nas discussões. Como é o caso de Rosa Luxemburgo, Samir Amin, Kostas Vergopoulos e Teodor Shanin. No Brasil, temos vários pensadores, a exemplos de Ariovaldo Umbelino de Oliveira, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, Alexandrina Luz Conceição, Marta Inês Medeiros Marquez, Eliane Tomiasi Paulino, Rosemeire Aparecida de Almeida, entre outros.

Para os geógrafos que assumem postura crítica e se fundamentam na teoria marxista, embora haja divergência de análise sobre a “questão camponesa”, pelos seus escritos pode-se afirmar que há uma unidade na concepção do ser camponês. De forma geral define-se camponês como o pequeno produtor que se apoia no trabalho familiar. Há uma diversidade, entretanto, na compreensão das formas em que se dão as relações de produção na agricultura, onde se estabelecem as diferenciações conceituais do camponês, enquanto classe (CONCEIÇÃO, 1991).

Segundo Shanin (2005) o campesinato é, ao mesmo tempo, uma classe social e um “mundo diferente”, que apresenta padrões de relações sociais distintos, o que também podemos denominar de modo de vida. Para ele, o campesinato é uma classe social de baixa “classicidade” que se insere na sociedade capitalista de forma subordinada e se levanta em momentos de crise.

Para Vergopoulos (1977, p. 147)

O caráter do camponês não deve ser procurado ao nível do que é ou do que deveria ser em função das categorias do modo de produção capitalista. É ao contrário, ao nível de sua existência social, de suas

relações com o conjunto do sistema social que seu caráter pode ser definido. A questão mais interessante não é a da natureza do ser, mas o caráter da existência social.

Shanin (2008, p. 25) demonstra que o campesinato possui características próprias:

A flexibilidade de adaptação, o objetivo de reproduzir o seu modo de vida e não o da acumulação, o apoio e a ajuda mútua encontrados nas famílias e fora das famílias em comunidades camponesas, bem como a multiplicidade de soluções encontradas para o problema de como ganhar a vida são qualidades encontradas em todos os camponeses que sobrevivem às crises.

Mas a principal característica do campesinato é o fato de que ele corresponde a um modo de vida, a uma combinação de vários elementos. Somente após compreendermos que “se trata de uma combinação de elementos e não de algo sólido e absoluto é que começamos a entender realmente o que ele é. Porque se procurarmos uma realidade fixa, não vamos encontrar isso no campesinato” (SHANIN, 2008, p. 34).

O campesinato representa uma diversidade de formas sociais baseadas na relação de trabalho familiar. Seu acesso à terra também se dá de formas distintas; têm-se o posseiro, o parceiro, o foreiro, o arrendatário, o pequeno proprietário. A centralidade do papel da família na organização da produção e na constituição de seu modo de vida, juntamente com o trabalho na terra, constituem os elementos comuns a todas essas formas sociais (MARQUEZ, 2000).

O reconhecimento de sua especificidade não implica a negação da diversidade de formas de subordinação às quais pode se apresentar submetido, nem da multiplicidade de estratégias por ele adotadas diante de diferentes situações e que podem conduzir ora ao “descampesinamento”, ora à sua reprodução enquanto camponês (MARQUEZ, 2000).

Porém, como analisa Marquez (2000) na década de 1970, o conceito de pequena produção passa a ser usado pelas ciências sociais como alternativa ao de camponês. Tal conceito supostamente melhor representaria a realidade do campo, atribuindo-lhe um caráter operacional. Todavia o conceito de pequeno produtor não permite explicar as singularidades desta categoria social na incorporação das técnicas, no acesso ao crédito, na inserção ao mercado, como o conceito de camponês o permite e alguns autores passam a utilizar os dois conceitos de forma articulada.

Na última década do século XX, o conceito de agricultura familiar é proposto por alguns autores (Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga, entre outros) como substituto para o de camponês enquanto conceito-síntese. Tal substituição se dá com base na adoção de uma abordagem evolucionista sobre o desenvolvimento da história e contribui para o empobrecimento do debate político em torno da questão agrária. Diferentemente do que ocorreu com o conceito de pequena produção, que aparece de forma articulada ao de camponês em algumas situações, o emprego do conceito de agricultura familiar passa pela afirmação de sua diferença em relação ao de camponês, que não mais se aplicaria às novas realidades criadas a partir do desenvolvimento do capitalismo na agricultura (MARQUEZ, 2008).

Abramovay identifica o agricultor familiar moderno que corresponderia a uma profissão, diferentemente do campesinato, que constitui um modo de vida. Enquanto este último apresenta como traço básico a integração parcial ao mercado. O primeiro representa um tipo de produção familiar totalmente integrada ao mercado e ao desenvolvimento capitalista (SILVA, INÁCIO, 2012). Desse modo o camponês se metamorfosearia em agricultor familiar. Há, nesse contexto, uma desconfiguração do camponês, que perderia a sua capacidade de resistência, tornando-se conformado com as diferenças decorrentes do capitalismo (DOURADO, 2010).

Entretanto, o camponês não se desconfigurou e nem perdeu sua capacidade de resistência, como afirma Marquez, 2008, p. 61:

Curiosamente, desde meados dos anos 1990, a crescente crítica ao modelo de agricultura industrial capitalista e aos seus impactos negativos sobre a diversidade cultural e ambiental do planeta, além de seu caráter de espoliação, tem dado lugar ao ressurgimento do campesinato como identidade política. Neste cenário, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a se auto-definir como um movimento camponês, filiando-se à Via Campesina, organização internacional que congrega camponeses de várias partes do mundo, e contribuindo ativamente para as ações que esta realiza no Brasil.

Ressalta-se que um número cada vez maior de estudiosos da agricultura tem buscado a explicação não só para a permanência, como também para o aumento do campesinato na agricultura no próprio processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção. Para eles o desenvolvimento desse modo de produção deve ser entendido como contraditório. Isso quer dizer que o próprio capital cria e recria relações não capitalistas de produção (OLIVEIRA, 2007).

Isto posto, os autores dessa corrente entendem principalmente que o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele pode subordinar a produção camponesa, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra (OLIVEIRA, 2007).

Como afirma Oliveira, 2007, p. 12:

Agora, se está diante de um processo distinto na agricultura: o processo de sujeição da renda da terra ao capital. Esse é o mecanismo básico do processo de expansão do capital no campo. Esse processo se dá quer pela compra e venda da terra, quer pela subordinação da produção camponesa.

Por todo o exposto, corroboramos com a análise de Marquez (2008) que entende o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico - esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro, o campesinato permanece

como conceito-chave para decifrar os processos sociais e políticos que ocorrem neste espaço e suas contradições.

Optar por escolher o conceito de camponês ao contrário de agricultor familiar remete a força histórica e teórica que eles carregam, remetendo a uma classe que carrega consigo o símbolo da resistência. Os conceitos são termos repletos de conteúdos tanto no plano social como no político. Assim como não se pode usar o conceito de burguesia para falar somente em capitalistas, não é possível preferir o conceito de camponês para falar apenas em pequeno produtor/agricultor familiar (MOURA, 1988).

Ratificamos a análise de Moura (1988, p 17), para quem, “os processos sociais que viabilizam a existência do camponês têm sido mais expressivos e fortes do que aqueles que o levam a extinção”. O campesinato foi recriado, redefinido e resultou em uma diversificação de relações, mas não em um desaparecimento. O papel contraditório do campesinato que resiste em desaparecer, é por outro lado, resultado do capitalismo que para a sua própria reprodução e contraditoriamente, pode não extinguir as relações não capitalistas.

3.2 Relações de trabalho no campo: as contradições no interior do capitalismo

Segundo Oliveira (2007, p. 36) “as relações de produção devem ser entendidas como o conjunto das relações que se estabelecem entre os homens em uma determinada sociedade durante o processo de criação das condições materiais de sua existência”. Elas são estabelecidas independentemente da vontade individual de cada um e os níveis de desenvolvimento dessas relações dependem do grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais da sociedade.

Em nossa sociedade existem, portanto, relações capitalistas de produção e relações não capitalistas, que são (re)criadas por mecanismos de subordinação da renda da terra. Primeiro nos centraremos a entender como se

dão as relações capitalistas no campo e posteriormente como se estabelecem as relações não capitalistas.

As relações capitalistas de produção são baseadas no processo de separação dos trabalhadores dos meios de produção, como já foi dito anteriormente. Os trabalhadores devem aparecer no mercado como trabalhadores livres de toda a propriedade, exceto de sua própria força de trabalho. Esse processo é associado à liberdade pela ideologia capitalista. Liberdade porque o trabalhador poderia vender sua força de trabalho ao capitalista que é o dono dos meios de produção. Com isso, o capitalismo transformou a desigualdade econômica das classes sociais em igualdade jurídica de todas as pessoas da sociedade. Só pessoas juridicamente iguais podem assinar contratos e podem rompê-los quando quiserem (OLIVEIRA, 2007).

Sabe-se que o trabalho é o criador do valor, medido pela quantidade de trabalho socialmente necessária para a produção das mercadorias. No entanto, o valor da força de trabalho, deveria ser o produto do trabalho do trabalhador estando materializado naquilo que ele criou ou possibilitou criar, mas não o é. Isso se deve ao fato de que nem o trabalhador e nem a sua força de trabalho são produtos do trabalho (MARX, 2017).

Como o trabalhador tem a capacidade de produzir mais do que aquilo que necessita para viver, o capitalista faz retornar ao trabalhador sob a forma de salário apenas aquela parte do valor produzido, convertido em dinheiro, para que o trabalhador adquira no mercado o que precisa para reproduzir-se e para que ele continue a trabalhar. É importante destacar que esse salário não é produto de um acordo individual e sim social, e a sua mediação é dada pela taxa de lucro média dos capitalistas em geral. Assim, a relação que é propagada como de igualdade, na verdade é de desigualdade, pois o capitalista ganha a fração de valor criado que não é revertida para o trabalhador (mais-valia) (OLIVEIRA, 2007).

É criada no imaginário dos trabalhadores a ilusão de que para sobreviver eles precisam do capital. A partir dessa perspectiva eles não enxergam a riqueza produzida pelo trabalho, ao contrário, aparece como criação do capital, e com

isso o trabalho se torna estranho a esses sujeitos, nascendo o processo de alienação (MARX, 2017).

Compreende-se que as relações capitalistas são, portanto, relações sociais que pressupõem a troca desigual entre o capital e o trabalho. São, pois, relações que têm necessariamente que supor capital e trabalho assalariado. Um cidadão só é capitalista e o seu dinheiro só é capital quando o coloca no processo produtivo (comprando meios de produção e força de trabalho) para reproduzir, de forma ampliada, esse capital. Este é, pois, a materialização do trabalho não-pago ao trabalhador (OLIVEIRA, 2007).

Na agricultura, para a efetivação dessa relação, é necessário que o capitalista compre ou arrende a terra, principal meio de produção no campo. É preciso também a compra dos demais meios de produção, as máquinas, as ferramentas, os insumos etc. Podemos observar como exemplos:

{...} aqueles setores onde o processo produtivo necessita de pouco tempo de trabalho, como é o caso, por exemplo, da pecuária de corte e do reflorestamento. Ou aparece também, naqueles em que o avanço tecnológico permite uma redução do tempo de produção em relação ao tempo de trabalho, como é o exemplo da avicultura, da pecuária estabulada ou confinada etc. E aparece mesmo naqueles setores onde existe a possibilidade de obter renda da terra particularmente, como é o caso da citricultura, da cultura da soja, do café etc (OLIVEIRA, 2007, p. 39).

É nesse bojo que se constitui o agronegócio como uma forma de agricultura capitalista com objetivo de produzir alimentos-mercadoria exclusivamente para obtenção de lucro. Destarte, não interessa as necessidades da população ou o que seria mais propício na cultura local (CAMPOS, 2011).

É importante destacar, como analisa Campos (2011), que o agronegócio não pode ser caracterizado apenas como agricultura capitalista. Ele é sim um ramo da agricultura capitalista mas possui características bem demarcadas. Uma dessas características é o envolvimento de uma ampla articulação de capitais, sob o controle de grupos econômicos multinacionais e cuja maximização de lucros é viabilizada de um lado, por um contexto de globalização neoliberal em que os capitais têm ampla liberdade de circulação, com uma rápida

difusão de informações, técnicas e tecnologias e, simultaneamente, uma intensa precarização do mundo do trabalho em todos os países capitalistas. O agronegócio se viabiliza por meio da apropriação de espaços nos Estados para garantir recursos e condições políticas e jurídicas favoráveis às suas atividades. Isto posto, na concepção de Campos, (2011, p. 109) o agronegócio deve ser entendido como:

Uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente vinculados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos multinacionais e que, em aliança com o latifúndio e o Estado, tem transformado o interior do Brasil em um lócus privilegiado de acumulação capitalista, produzindo, simultaneamente, riqueza para poucos e pobreza para muitos e, por conseguinte, intensificando as múltiplas desigualdades sócio espaciais.

O agronegócio ao territorializar-se, em geral, promove desterritorializações quais sejam das formas não capitalistas de produção e circulação de produtos ou dos trabalhadores que se deslocam tanto porque são excluídos quanto porque são atraídos pela possibilidade de novas formas de inclusão. Nesse processo de territorialização as técnicas e tecnologias se dirigem para os lugares em que o processo de valorização do valor é mais amplo e/ou acelerado e os modos de vida são transformados para se adequarem às necessidades do capital (CAMPOS, 2011).

Esses capitalistas se aliam ao latifúndio para perpetuar a estrutura fundiária arcaica existente no Brasil que favorece a expansão territorial da moderna produção agropecuária e perpetua também os métodos truculentos para garantir a apropriação da terra, o que tem resultado no aumento dos conflitos no campo. Outro aspecto que revela a face bárbara do agronegócio é o aumento da insegurança alimentar, pois a prioridade é produzir *commodities* e não alimentos (CAMPOS, 2011). Por consequência:

Quanto mais se produz *commodities* menos se produz alimentos, porque, apesar de ambos serem obtidos a partir do uso humano das

riquezas naturais, os alimentos são produzidos conforme a lógica que Marx denominou de valor de uso, enquanto as mercadorias agroalimentares são produzidas conforme a lógica do valor, ou seja, são produzidas para possibilitar aos capitalistas maior acumulação de capital, não para atender às necessidades das pessoas (CAMPOS, 2011, p. 129).

Por outro lado, na produção camponesa, são produzidos os principais alimentos consumidos pelos brasileiros, dentre eles: o feijão, a mandioca, o milho, arroz, hortaliças, e destaque para a produção de aves e suínos (JUNIOR MITIDIERO, BARBOSA, HÉRICK DE SÁ, 2017). Uma parte da produção agrícola entra no consumo direto do produtor, como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, é comercializada. A sobrevivência é o limite para o camponês e não o lucro médio. Disso depreende-se a existência de relações não capitalistas no campo.

As relações camponesas se fundamentam no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva, voltados para as necessidades da família, quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura (WANDERLEY, 2014).

Todavia, na sociedade capitalista o camponês deve ter algum vínculo com o mercado, e então com dinheiro e capital. No entanto, ele não é empregado/assalariado, e sim um trabalhador que trabalha para si mesmo com a família. O seu trabalho é independente, mas sua vida está articulada com as relações do mercado. O camponês é livre na medida que é dono dos seus instrumentos de trabalho, ou, em certa medida, da sua vontade de quanto, como e o quê produzir. As determinações do mercado não estão imediatamente presentes no processo de trabalho. Assim, a liberdade na situação social do camponês está no meio do caminho entre a dependência pessoal e a igualdade (MARTINS, 2002).

Apesar dessa liberdade acenada por Martins (2002), muitas vezes esses sujeitos se enxergam a partir de uma visão depreciativa, se vendo como o pobre

e fraco, em oposição aos grandes proprietários de terras e aos profissionais de agências do Estado, e de modo mais ou menos genérico aos habitantes da cidade. Só a partir do momento em que se identificam socialmente é que passam a não se reconhecer em uma posição de inferioridade. Muitos deles se denominam como lavradores e essa categoria também é rica em conteúdo, pois lavrador contém na raiz a palavra *labor* que significa trabalho, possuindo também uma conotação de esforço cansativo, dor e fadiga. À vista disso é evidenciado o sentido de uma vida oprimida e de sacrifício em que o trabalho ocupa um lugar central (MOURA, 1988).

A permanência do campesinato enquanto relação não capitalista de produção deve ser entendida pela ótica de que o desenvolvimento contraditório do capital recria as relações não capitalistas no campo, subordinando-as à sua produção. A partir dessa compreensão pressupõe-se que a sujeição da renda da terra ao Capital é o principal mecanismo de subordinação do campesinato. A renda camponesa é apropriada pelo Capital para ser convertida em novo Capital e manter o processo de acumulação (MARTINS, 2004).

Martins (1981, p. 169) analisa essa renda a partir de uma dimensão oculta, quando afirma:

Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém, e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores dessa mesma sociedade.

Paulino e Almeida (2010) discutem se há uma existência de renda nas unidades de produção camponesa, uma vez que a economia camponesa não possui a mesma natureza da economia capitalista. Para isso faz-se necessário compreender o conceito de renda da terra no capitalismo. Marx (2017, p. 696) explica que:

No modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente). Por isso, erra-se quando então se procura explicar a renda fundiária, ao componente particular e

específico da mais valia, recorrendo simplesmente às condições gerais de mais valia e do lucro.

Devemos entender toda a renda fundiária como mais valia, fruto do trabalho excedente. Se em sua forma menos desenvolvida, ou seja, na sua forma de renda natural era diretamente produto excedente, com o modo capitalista de produção a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais valia. Por isso o capitalista ao investir seu capital na agricultura tem o objetivo único de obter um lucro extraordinário através da exploração do trabalho alheio. Quando o Capital se territorializa na agricultura, o lucro extraordinário (mais-valia) é conseguido através da exploração do trabalhador, mas quando é por meio da monopolização do território, a apropriação da renda ocorre através das relações de troca que a unidade de produção familiar estabelece com as personificações do capital (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

A renda fundiária reside no fato de que um grupo de pessoas possuem a propriedade do solo em detrimento do restante da sociedade que por sua vez necessita pagar um tributo para que essa terra seja disponibilizada para a produção. Pode aparecer sob as formas de renda absoluta, renda diferencial I e II e renda de monopólio (MARX, 2017).

A renda absoluta advém da existência do monopólio da terra, sendo uma espécie de renda primeira a que todos os proprietários da terra têm direito, pois dá o sentido capitalista da terra. A renda diferencial I está ligada a fatores de fertilidade natural do solo, a renda diferencial II caracteriza-se pela adição de Capital visando aumentar a produtividade do solo. E a renda de monopólio é gerada pela combinação de determinadas condições edáfico-climáticas que são únicas em cada local (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

A renda como categoria objetiva de rendimento econômico não pode existir na unidade econômica familiar porque sua obtenção se daria após a dedução dos custos materiais de produção, salários e juros sobre o Capital, elementos ausentes da economia camponesa. Mas os fatores de formação da renda como fertilidade e melhor localização estão presentes na terra camponesa. A partir dessas considerações pode-se afirmar que a renda inerente

à terra camponesa é convertida em aumento da produção e da quantidade de rendimento por unidade de trabalho que, por sua vez, produz aumento na qualidade de vida da família camponesa. Atingindo o equilíbrio trabalho-consumo, diminui o esforço do trabalho familiar. Portanto, apesar do rendimento indivisível da unidade familiar, a renda fundiária e o excedente gerado por ela, não podem ser ignorados dentro do balanço trabalho-consumo (PAULINO, ALMEIDA, 2010).

O que distingue a produção camponesa e a produção capitalista é a fórmula da circulação, haja vista que possuem cálculos diferentes. Na produção capitalista, ocorre o movimento de circulação do capital expresso nas fórmulas $D - M - D$. Na sua versão simples, o D representa o dinheiro que é usado para comprar mercadorias, inclusive a força de trabalho, para então conseguir mais dinheiro. Na sua versão ampliada $D - M - D'$, têm-se na versão final o dinheiro acrescido de lucro. Já na produção camponesa, se está diante da seguinte fórmula $M - D - M$, ou seja, a forma simples de circulação das mercadorias, onde a conversão de mercadorias em dinheiro se faz com a finalidade de se poder obter os meios para adquirir outras mercadorias igualmente necessárias à satisfação de necessidades. É pois, um movimento do vender para comprar (OLIVEIRA, 2007).

Para entender como se estruturam as relações não capitalistas na agricultura é importante compreender que existem alguns elementos centrais que são característicos do campesinato, que foram elencados por Tavares dos Santos (1978). O primeiro é a força de trabalho familiar, como já foi mencionado, a família é o motor do processo de trabalho na unidade camponesa, que não é instrumento de exploração do trabalho alheio.

Para driblar a falta de recursos financeiros para contratar funcionários, os camponeses recorrem a ajuda mútua. Esta também é uma das principais formas de suprir, em determinados momentos, a força de trabalho familiar. Entre essas práticas está o mutirão ou a troca pura e simples de dias de trabalho entre eles (TAVARES DOS SANTOS, 1978)

Na figura 02 observa-se o trabalho na lavagem da batata doce, cultivo muito produzido no município de Itabaiana. A foto foi realizada durante trabalho de campo e expressa a divisão do trabalho durante o período da colheita da

batata doce que requer maior quantidade de força de trabalho. Nessa época é comum que vizinhos se ajudem e troquem dias de trabalho. Na ocasião uma mulher camponesa que reside na cidade tinha ido para o sítio para ajudar outra família em troca de dias de trabalho.

Figura 02 – Mulheres no processo de colheita/lavagem da batata doce no povoado Pé do Veado em Itabaiana.



Fonte: COSTA, 2020

Quando a terra do camponês é pequena e insuficiente para garantir sua reprodução ele recorre a parceria ou a meação como alternativa a falta de recursos financeiros para fazer o arrendamento. Em Itabaiana os camponeses utilizam muito a “meia”, uma relação na qual o dono da terra recebe a metade dos rendimentos da produção, realizada pelo camponês meeiro. O dono da terra geralmente entra com todos os gastos da produção e o meeiro com o trabalho (COSTA, 2021). Essa parceria antes era articulada na produção capitalista como estratégia do capital para reduzir os custos com a remuneração dos trabalhadores, ou como forma de extrair a renda em espécie dos camponeses. Mas da mesma maneira, a parceria pode ser a estratégia que os pequenos camponeses utilizam para ampliar a sua área de cultivo e consequentemente aumentar suas rendas (TAVARES DOS SANTOS, 1978). Existe também aqueles trabalhadores que vendem seu dia de trabalho nos sítios de outros

camponeses. Em Itabaiana esse trabalhador é conhecido como “pataqueiro” ou “Quem ganha o dia de pataca”. Eles trabalham em sítios de outros camponeses alguns dias da semana para complementar a renda, mas também produzem em suas propriedades (COSTA, 2021).

Para driblar o problema da falta de terra e conseguir produzir alimentos para o seu consumo próprio, além dos produtos destinados ao mercado, os camponeses fazem plantios de vários gêneros alimentícios em uma única “tira” de terra para aproveitar o espaço que possuem. Ver figuras 03 e 04

Figura 03 – policulturas em terra camponesa



COSTA, 2021.

Na figura acima observa-se o plantio de macaxeira, amendoim e milho para consumo próprio, todos na mesma “tira” de terra. Como o amendoim e o milho levam menos tempo para colher, assim que estiverem maduros são colhidos e resta só a macaxeira que vai sendo arrancada de acordo com as necessidades da família.

Figura 04 – Plantação para o mercado e para consumo próprio



COSTA, 2021.

Na figura 04 o plantio principal é a batata doce, que será destinada em sua maioria para o mercado, mas os camponeses aproveitaram para plantar feijão nas “cabeceiras” das “lêras” e milho no meio delas, que serão para consumo próprio. Essa técnica é muito comum em diversas propriedades e representa mais uma das formas que o camponês utiliza para sobreviver às adversidades, dentre elas a falta de terra.

Alguns camponeses periodicamente podem acabar se transformando em trabalhadores assalariados ou mesclar atividades agrícolas com não agrícolas, o que entendemos por trabalho acessório. Essa transformação periódica constitui uma fonte de renda monetária suplementar na unidade camponesa, constituindo-se em um recurso para reduzir os impactos das relações desiguais entre o camponês e o capital. Se trata de uma das estratégias utilizadas pelo camponês, para conseguir resistir a diferentes pressões e agressões provenientes da territorialização do capital no campo, o que pode representar a sua permanência na terra (NASCIMENTO, LOCATEL, 2011).

A propriedade da terra é na unidade camponesa, propriedade familiar, privada para muitos, porém diferente da propriedade privada capitalista. Na propriedade familiar estamos diante da propriedade direta de instrumentos de trabalho que pertencem ao próprio trabalhador, é terra de trabalho, é propriedade do trabalhador, não é, portanto, instrumento de exploração. Nesse particular, três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser camponês proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser camponês-posseiro (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra) (OLIVEIRA, 2007).

Na maioria dos casos os meios de produção são em parte adquiridos, como mercadorias que não só possuem valor de uso, mas também valor de troca, (exceto a terra), e em parte produzidos pelos próprios camponeses; como consumidor de mercadorias (instrumentos de trabalho, por exemplo), o camponês se vê subordinado ao capital, que lhe vende produtos caros e lhe paga preço baixo pelos produtos agrícolas.

A jornada de trabalho é outro elemento da produção camponesa a ser distinguido, pois nesse caso não há rigidez de horário diário, como na produção capitalista. A jornada de trabalho do camponês varia conforme a época do ano e segundo os produtos cultivados. Assim, combinam-se períodos de pouco trabalho, e períodos de trabalho intenso quando muitas vezes nem mesmo o nascer e o pôr-do-sol são limites naturais em sua jornada (OLIVEIRA, 2007).

A família camponesa se envolve nas diversas tarefas produtivas visando a reprodução social do grupo. A mulher pode estar presente nas tarefas da produção ou ausente, quando executa outras tarefas no interior da casa. Em alguns lugares a mulher não vai a roça trabalhar, preferindo o trabalho na cidade, ou o trabalho acessório, como o de manicure, cabelereira; em outros lugares o trabalho feminino inclui a participação no plantio e na colheita, e muitas vezes elas desempenham um trabalho à parte com o objetivo de assegurar a compra de produtos para uso próprio, da mesma forma também agem os filhos (MOURA, 1988).

Em geral, o processo de reprodução da produção camponesa é simples, o que significa dizer que o camponês repõe, a cada ciclo da atividade produtiva,

os meios de produção e a força de trabalho para a repetição pura e simples da sua atividade produtiva. Quando o camponês consegue atingir uma melhor situação no mercado, ele pode ter uma certa reserva de dinheiro como produto do trabalho familiar, e assim procurar garantir para os filhos a possibilidade de também reproduzirem-se como camponeses, e com isso, assegurar o processo de reprodução ampliada do campesinato. É nesse processo de produção, e em suas variações interiores, que se encontra a chamada diferenciação interna do campesinato. Essa diferenciação explica a heterogeneidade de situações vividas pelos camponeses, resultante das diferenças de articulações dos elementos estruturais acima expostos (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, o campesinato é formado no seio de uma sociedade situada na periferia do capitalismo e à margem do latifúndio escravista. Em contraste com o forte enraizamento territorial que caracteriza o camponês europeu, a trajetória do nosso campesinato é marcada por uma forte mobilidade espacial. O predomínio de sistemas de posse precária da terra nas formas de existência desenvolvidas por essa classe social tem resultado numa condição de instabilidade estrutural, que faz da constante busca por novas terras uma importante estratégia de reprodução social (MARTINS, 1981).

3.3 Presença e desafios do campesinato

A agricultura brasileira onde o campesinato está historicamente inserido, manteve mesmo após o fim do período colonial, as características estruturais da grande propriedade monocultora. Mas esse fato não impediu que se constituíssem nos pequenos espaços internos e externos dos latifúndios, pequenas produções camponesas. Pode-se afirmar que essa particularidade representa uma estratégia de resistência camponesa ao modo como se estruturou a atividade agrícola no país (WANDERLEY, 2014).

Muito embora a fazenda monocultora escravista (o sistema brasileiro de “plantation”) tenha chegado a exercer uma hegemonia econômica, política e social sobre a nação durante quatro séculos, ela não foi, e não é, um quadro total do modo de vida no Brasil rural. De acordo com Forman (2009), desde o princípio da colonização, a economia brasileira de exportação esteve

entrecortada por uma rede de outros vínculos econômicos, que deram lugar a uma economia doméstica consideravelmente articulada.

Frequentemente, nos meios de comunicação e no imaginário de uma parcela da população, a representação socialmente construída da agricultura brasileira é associada às grandes propriedades monocultoras que produzem para os mercados internacionais sob a base de um moderno e sofisticado padrão tecnológico. O exemplo mais expressivo, é o das grandes plantações de soja. Nos extensos hectares de terra não se observa qualquer presença humana, apenas uma única cor na paisagem que é transformada por meio de máquinas. Para Wanderley (2014), essa representação no imaginário social como a marca da agricultura brasileira é fruto de uma “amnésia social”, que não reconhece a história do campesinato no Brasil e que nega o reconhecimento de sua contribuição para a sociedade.

A emergência do campesinato brasileiro foi marcada pela produção inicial de mercadorias e teve como objetivo fornecer alimentos para os crescentes centros urbanos e para as fazendas monoculturas (plantations) como também produzir safras de exportação para o mercado externo. Embora o setor dominante da economia rural de exportação se sobressaia, a produção camponesa para o mercado interno sempre foi uma atividade comercial importante desde os tempos coloniais (FORMAN, 2009).

Segundo Forman (2009) a colonização do Brasil foi norteadas para o desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação, com o propósito da coroa portuguesa de obter renda, e acumular capital, qualquer que fosse a fonte. Por conseguinte, a produção de açúcar para o mercado europeu em expansão no século XVI estabeleceu uma economia de “plantation” com a permanência de algumas características até o presente, embora com mudanças a exemplo da força de trabalho, originalmente fornecida pela massa de escravos africanos e posteriormente por homens livres vinculados à esse tipo de produção.

A legislação fundiária colonial, de origem portuguesa, perdeu legitimidade em 1822 com a Independência Nacional e só foi substituída em 1850. Com isso criou-se um lapso de tempo em que apenas vigorava a posse efetiva da terra.

Esta ausência de legislação favoreceu, naquela época, a ocupação precária das terras. Dessa forma os camponeses que se apossavam das terras no período em questão não possuíam titulação jurídica, criando um sistema de posse. Esse sistema não se extingue com a Lei de Terras de 1850, porque as grandes propriedades localizadas desde o início da colonização em áreas próximas ao litoral, deixavam nas regiões mais distantes, grandes espaços não apropriados juridicamente, que também podiam ser ocupados por camponeses posseiros (WANDERLEY, 2014).

É importante destacar que por meio da posse também se constituíram vários latifúndios. Mas, para o latifúndio estavam abertos todos os caminhos e todas as possibilidades de formação e expansão, ao contrário da pequena propriedade que quase não restava, durante os três primeiros séculos, senão uma única via de acesso que era a posse (GUIMARÃES, 2009).

Outras adaptações ao sistema de posse da terra tornaram-se necessárias, tanto para o abastecimento de cana-de-açúcar aos engenhos quanto para o fornecimento de alimentos a uma população em crescimento. Segundo Forman, (2009, p. 37):

Por volta do século XVIII, propriedades menores, que se chamavam “datas de terra”, começaram a ser distribuídas, inicialmente a colonos que tinham vindo dos Açores, com o objetivo de praticar agricultura diversificada baseada no trabalho familiar. Estas “datas de terra”, ou fazendas camponesas, eram estimuladas com o intento de solucionar o problema de suprimento interno de alimentos num sistema agroexportador, um problema aliás que aflige o governo brasileiro até os dias de hoje (FORMAN, 2009).

Através de sua história, portanto, o sistema agrário brasileiro tem abrigado uma variedade de formas de posse da terra. Os camponeses, conhecidos por diversos nomes tais como lavradores, moradores, posseiros e foreiros, tiveram diferentes vinculações socioeconômicas com os senhores de engenho.

O lavrador era um cultivador pequeno e independente. Cultivava produtos de subsistência em suas terras recebidas em sesmarias ou arrendadas dos

engenhos e tinha um papel importante na economia açucareira do século XVI. Ele cultivava cana de açúcar na sua própria terra e a vendia aos engenhos, os quais eram obrigados por lei a processar a cana-de açúcar (FORMAN, 2009). Pelo fato do lavrador naquela época já ser conhecido como um cultivador pequeno e independente é que nos dias atuais os camponeses se identificam como lavradores. Ainda que muitos dos trabalhadores do campo não conheçam a importância do conceito de campesinato e por isso não se afirmem como tais, entendem a diferença entre ser lavrador e agricultor. Para eles o lavrador é aquele que cultiva a terra e é “pequeno”, já o agricultor é o grande proprietário que possui empregados.

Outro sistema de acesso precário à terra que surgiu durante a colonização consistia na instalação de famílias de trabalhadores, em uma pequena área, no interior das fazendas – de cana de açúcar ou de café. Os proprietários autorizavam o cultivo de alguns produtos alimentares em volta da casa de moradia. Os moradores, no entanto, eram obrigados a trabalhar na cultura principal da fazenda recebendo ou não um pagamento sob a forma de salário. Com isso, o uso da terra estava condicionado ao vínculo de trabalho com o patrão, não havendo nenhuma garantia quanto à sua continuidade (WANDERLEY, 2014).

Os foreiros são ainda outro segmento da população camponesa brasileira com raízes profundas no passado colonial. Os foreiros originalmente alugavam dos senhores de engenho terras marginais, nas quais cultivavam lavouras de subsistência. Além da baixa renda que pagavam, eles faziam trabalho do tipo corveia durante as épocas de plantio e de colheita (FORMAN, 2009).

Além destas formas de acesso precário à terra, a pequena propriedade é também uma realidade significativa no campo brasileiro. Na região Sul, as pequenas propriedades têm origem na política de concessão de um pequeno lote de terra aos migrantes estrangeiros, especialmente alemães, italianos e poloneses, que se instalaram na região, a partir do século XIX. Em São Paulo, com a crise do café dos anos 1930, cafeicultores endividados venderam parte de suas propriedades em pequenos lotes que em muitos casos, foram adquiridos por produtores não proprietários (WANDERLEY, 2014).

O acesso à propriedade reconhecida formalmente, possibilitava aos camponeses uma economia mais independente e liberta dos grandes proprietários. Mas como afirma Wanderley, (2014 p. 28) “A tensão entre subordinação e autonomia se desloca, no entanto, para o âmbito da comercialização dos produtos, onde os camponeses sofrem as consequências de relações também subordinadas e assimétricas”.

Contudo, foram surgindo uma grande quantidade de pequenos estabelecimentos, que garantiam o abastecimento do crescente sistema de comercialização interna com alimentos e outros produtos básicos de grande necessidade. Assim, ao lado do sistema brasileiro de “plantation”, cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proletários rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo (FORMAN, 2009).

Com o desenvolvimento do modelo de industrialização registra-se uma exigência cada vez maior dos camponeses, tanto para produzir alimentos baratos para alimentar os novos operários quanto para oferecer “mão de obra barata”. Foi se formando um campesinato com consciência social, e juntamente com essa consciência de classe surgiram as primeiras organizações e movimentos dos camponeses (STEDILE, 2002).

A princípio o Partido Comunista Brasileiro (PCB) era a principal força sindical do país e não era permitida a organização de sindicatos rurais. Então o partido criou a expressão Ligas Camponesas e saiu a campo para organizar a população. Porém em 1947 o PCB teve seu registro caçado e foram eliminadas as primeiras ligas (STEDILE, 2002).

O partido seguiu tentando criar organizações como forma de conseguir certa organicidade pois a lei proibia a formação de sindicatos dos camponeses e assim criou a Associação de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil que se constituiu no embrião dos sindicatos dos trabalhadores rurais, conquistando a legalização a partir de 1962 por uma portaria do Ministério do Trabalho. Mas foi a partir de 1955 que ressurgiram as mais contundentes organizações camponesas no Brasil, as Ligas Camponesas, reutilizando o nome já conhecido.

As ligas mobilizaram durante 10 anos os camponeses brasileiros, gerando revoltas e propiciando mais dignidade a milhares de camponeses, sobretudo no Nordeste. Contudo com o golpe de 1964 o movimento foi destruído, mas renasceu em outros movimentos, tais como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), após a redemocratização (STEDILE, 2002).

Com a promulgação da Constituição de 1988, e o fim do período da ditadura militar no Brasil, os movimentos sociais puderam reemergir e formular suas demandas políticas e estratégias de luta. Da mesma forma, o Estado também inicia um processo de democratização em suas diversas instâncias, buscando acolher as demandas da sociedade amparadas nas novas normas institucionais. No que se refere ao meio rural, em termos de organização camponesa, 1984 aparece como o marco do surgimento do MST. Por sua vez, o Movimento Sindical Rural, que existia desde o início dos anos 1960, se fortalece, então, sob a liderança da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) (STEDILE, 2002)

Estes movimentos reinscrevem na sociedade a atualidade da questão fundiária e a pertinência das lutas dos camponeses expropriados ou com pouca terra.

Importante ressaltar que a ditadura militar consolidou o processo de modernização de base técnica do campo para determinados setores e aumentou a concentração fundiária, o que resultou na intensificação do processo de expulsão dos camponeses de suas terras. Com o processo de redemocratização surgem novas ideias e propostas de modelos para a agricultura. Como afirma Wanderley (2014, p. 30):

O ponto de partida dessa discussão, eminentemente política, é o reconhecimento de que as unidades familiares de produção não são incompatíveis com o desenvolvimento agrícola, isto é, de que são capazes de transformar seus processos de produção, no sentido de alcançar novos patamares tecnológicos, que se traduzam pela maior oferta de produtos, maior rentabilidade dos recursos produtivos aplicados e a plena valorização do trabalho. Esta afirmação atinge diretamente o argumento central que justificava o apoio irrestrito e exclusivo, dado no Brasil à grande propriedade, considerada como a única em condições de modernizar o setor agrícola e ao modelo de modernização “produtivista” que foi apoiado pelo Estado.

É nesse contexto que o Estado adota a categoria “agricultor familiar” para substituir “camponês” diluindo todo o conteúdo político de luta pela terra presente nesta categoria. O agricultor familiar seria uma expressão mais “neutra” e que representaria o trabalhador que está mais integrado a cidade e aos mercados, ainda que possua condições de produção restritas.

Em 2006 que pela primeira vez o censo agropecuário (maior base de dados sobre a agropecuária brasileira) inclui dados sobre os camponeses, a quem eles chamam de agricultores familiares. O primeiro passo foi definir o conceito de “agricultor familiar”. Oliveira afirma que (2010, p. 1-2):

Essa conceituação tem sua origem no neoliberalismo. Nasceu com a intenção de apagar da memória e da história o conceito de camponês e o campesinato como sujeito social revolucionário do século XX. A função política desse volume é induzir a análise do campo pela lógica neoliberal, que esconde a dimensão dos estabelecimentos e, portanto, os indicativos analíticos da concentrada estrutura fundiária do país. Seu alvo preferencial são os movimentos sócio-territoriais em luta pela terra. Visou assim, retirar o seu mais potente elemento revelador da desigual distribuição da terra no Brasil.

Presencia-se a tentativa de transformar esse sujeito histórico imemorial ratificada na Lei nº 11.326, em seu artigo 3º, segundo o qual:

considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo simultaneamente, aos seguintes requisitos: I – não tenha, a qualquer título, área maior que 4 (quatro) módulos fiscais; II – utilize predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III – tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV – dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. (BRASIL, 2006)

Consideramos o campesinato como uma classe repleta de diferenciações e não homogênea, que se reproduz de maneiras diferenciadas de acordo com cada região do país. Compreendemos que essa Lei gera alguns problemas ao tentar normatizar esses sujeitos. Como bem analisa Mitidiero Júnior; Barbosa; Hérick de Sá, (2017) ao limitar o tamanho dos estabelecimentos em até 4 módulos fiscais a lei pode ter permitido um ocultamento de estabelecimentos familiares/camponeses. Pois o tamanho dos módulos fiscais variam de município para município, partindo de 5 hectares até 110 hectares. Dessa forma em um município em que o módulo fiscal seja de 5 hectares, para que uma família possa ser enquadrada na categoria agricultor familiar é necessário que sua propriedade possua até 20 hectares. Com isso, qualquer família que trabalhe na terra usando unicamente ou predominantemente trabalho familiar, mas que possua uma área superior a 20 hectares, não pode ser considerada enquanto tal. Portanto mesmo que no geral o pequeno produtor familiar apodere-se de pequenas áreas de terra que não superam 4 módulos fiscais, o critério da dimensão da área em limites exatos não contribui para a caracterização desse produtor agropecuário e dessa forma de apropriação da terra

Um outro problema que pode excluir os agricultores familiares/camponeses da base de dados é o critério de que esse agricultor tenha renda familiar predominantemente da atividade econômica ligada ao próprio estabelecimento. Pois se um dos filhos ou outro membro da família realizar uma atividade fora do estabelecimento rural que contribua com a renda da família, e essa informação ser computada pelo recenseador pode descaracterizar o estabelecimento familiar, mesmo que ele continue sendo um estabelecimento voltado para a produção com força de trabalho familiar (MITIDIERO JÚNIOR; BARBOSA; HÉRICK DE SÁ, 2017).

Um terceiro problema apontado nos estudos desses autores é a exigência de simultaneidade nas diretrizes. Como nos exemplos expostos acima, se o pequeno produtor possui fração de terra superior aos 4 módulos fiscais, mesmo realizando as outras diretrizes, ele é caracterizado como “não familiar”. Por conseguinte a Lei nº 11.326, ao tentar normatizar os sujeitos que tem como trinômio basilar terra-trabalho-família, foram impostas diretrizes que mais atrapalham do que ajudam

Mesmo com essas limitações, os resultados do censo 2006 mostraram expressiva capacidade produtiva dos pequenos. Ou seja, a realidade contraditória na qual a “agricultura familiar” se insere, abrangeu o equivalente a 84,4% dos estabelecimentos do país e detendo somente 24,3% da área total, foi responsável pela produção de: 87% da mandioca, 70% do feijão, 59% dos suínos, 58% do leite, 50% das aves, 46% do milho, 38% do café, 34% arroz, 30% dos bovinos e 21% do trigo. Ainda, a agricultura familiar seria responsável por 74,4% (12,3 milhões de pessoas) da ocupação laboral no campo, dominando a geração de trabalho/emprego rural (IBGE, 2006).

Em 2006, o Brasil possuía 5.175.636 estabelecimentos agropecuários e destes, 84,4% pertenciam a agricultores familiares; no censo de 2017 houve uma redução no total de estabelecimentos e também no número dos pertencentes a agricultura familiar. Mas, mesmo com a redução, a esmagadora maioria dos estabelecimentos continuam sendo de origem familiar, representando 76,8% do total, como é possível observar nos dados do quadro abaixo:

Quadro 01 – Número de estabelecimentos agropecuários por tipologia censos 2006 e 2017

Número de estabelecimentos por tipologia	2006	2017
Total	5.175.636	5.073.324
Agricultura familiar	4.366.267	3.897.408
Agricultura não familiar	809.369	1.175.916

Elaboração: COSTA, 2021.

Essa redução no número de estabelecimentos pode ser resultado das mudanças na metodologia aplicada no último censo agropecuário. Dentre as mudanças destaca-se ter assumido o estabelecimento agropecuário com área não contígua, mas localizado em um mesmo município e sob a administração da mesma pessoa, como um único estabelecimento. Outra mudança metodológica em relação ao censo de 2006 foi a exclusão da categoria “produtor sem área”. Em 2006 para o morador de um estabelecimento que produzisse na terra, mesmo sem ter nenhuma relação de propriedade e nem contrato de arrendamento, mas que estivesse sob sua responsabilidade, foi aberto um

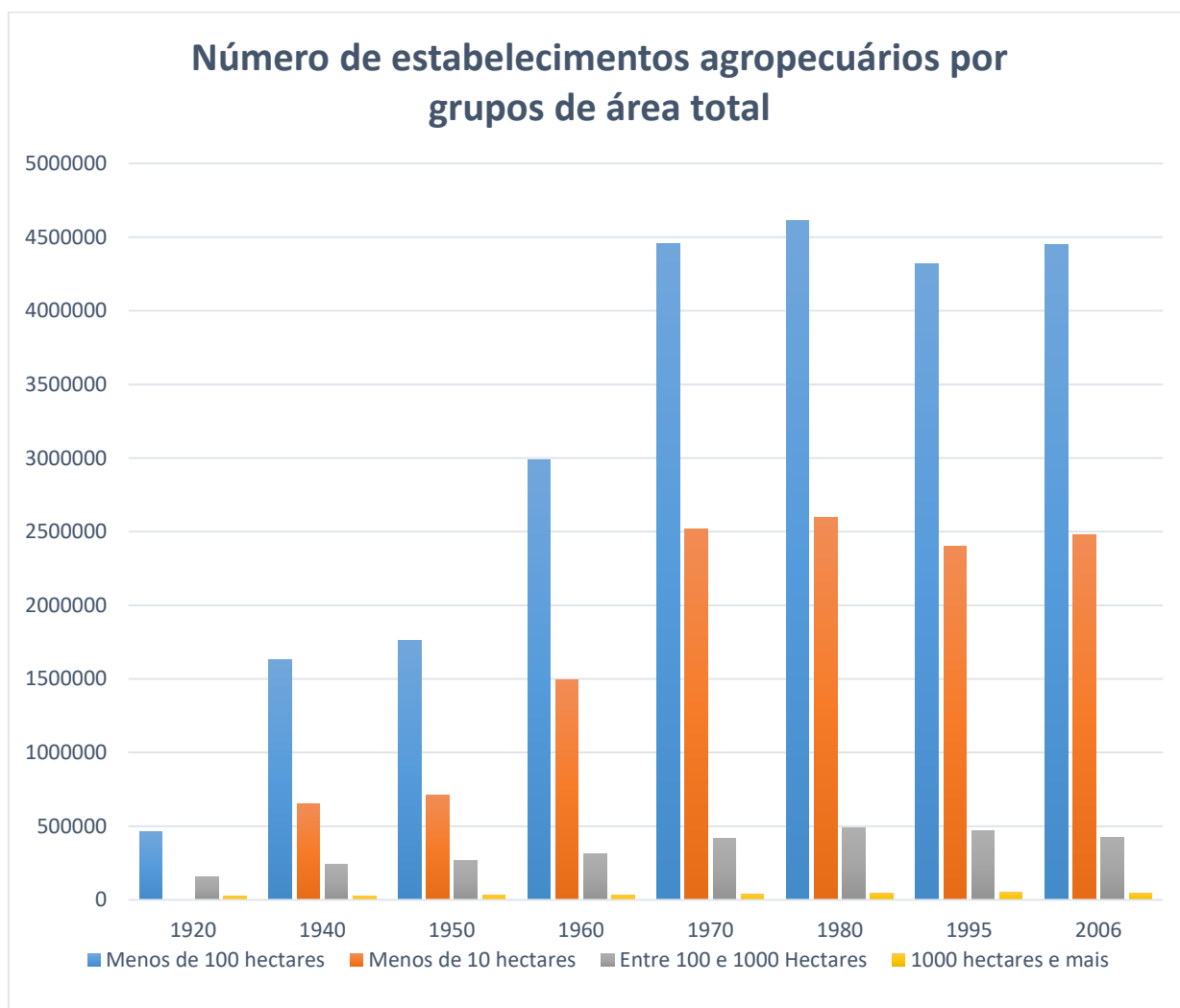
questionário considerando um novo estabelecimento e enquadrado no conceito de “produtor sem área”. Isso resultou em um aumento no número de estabelecimentos no Brasil. Com a exclusão desse conceito no último censo pode ter incidido na diminuição do número de estabelecimentos (MITIDIERO JÚNIOR, 2019).

Na essência, o problema agrário brasileiro reflete a desigualdade nos padrões de distribuição de terra e a posição favorecida do latifúndio na competição por terra e trabalho dentre os diferentes setores da economia rural. O padrão dominante de posse e de uso da terra no Brasil foi, e continua sendo, o da grande propriedade engajada na produção comercial para o mercado exportador. As lavouras que experimentaram vertiginosa expansão — açúcar, café, algodão, cacau e borracha — continuam a prosperar nas regiões específicas do Brasil onde, um dia, elas já tiveram seu ápice (FORMAN, 2009).

O Brasil é um dos países com maior concentração fundiária do planeta e a propriedade privada da terra, concentrada e improdutiva, é o centro de um persistente sistema político territorial gerador de desigualdades sociais no campo brasileiro. A análise das séries históricas do censo do IBGE, sobretudo de 1970 em diante, indica uma rápida evolução nos índices de produtividade decorrentes das mudanças das bases técnicas da produção, ao passo que revelam a perpetuação da concentração fundiária e de capitais e a presença marcante da agricultura camponesa. Nesse horizonte, revisitar o censo nos possibilita indicar e até concluir características fundantes da ocupação do espaço rural, pois a percepção é que o acompanhamento das questões que o envolvem indica que ele mudou, mas continua com as mesmas características (JUNIOR MITIDIERO; BARBOSA; HÉRICK DE SÁ, 2017, p.11).

No Gráfico 09 é possível observar a presença marcante dos pequenos estabelecimentos no Brasil. A classificação constitucional do tamanho das propriedades considera a pequena propriedade rural os imóveis que possuem entre 1 e 4 módulos fiscais, a média propriedade com área compreendida entre 4 e 15 módulos fiscais e a grande propriedade com área superior a 15 módulos, lembrando que o tamanho dos módulos varia de acordo com o município e o menor módulo fiscal é de 5 hectares e o maior é 100 hectares.

Gráfico 09 – Número de estabelecimentos agropecuários por grupos de área total.



FONTE: IBGE, 2021

Para classificação dos estabelecimentos corroboramos com a análise de Mitidiero Júnior, Barbosa; Hérick de Sá, (2017) que consideram como pequenos os estabelecimentos que possuem até 200 hectares, os médios entre 200 e 1000 hectares e os grandes com mais de 1000 hectares. Pois:

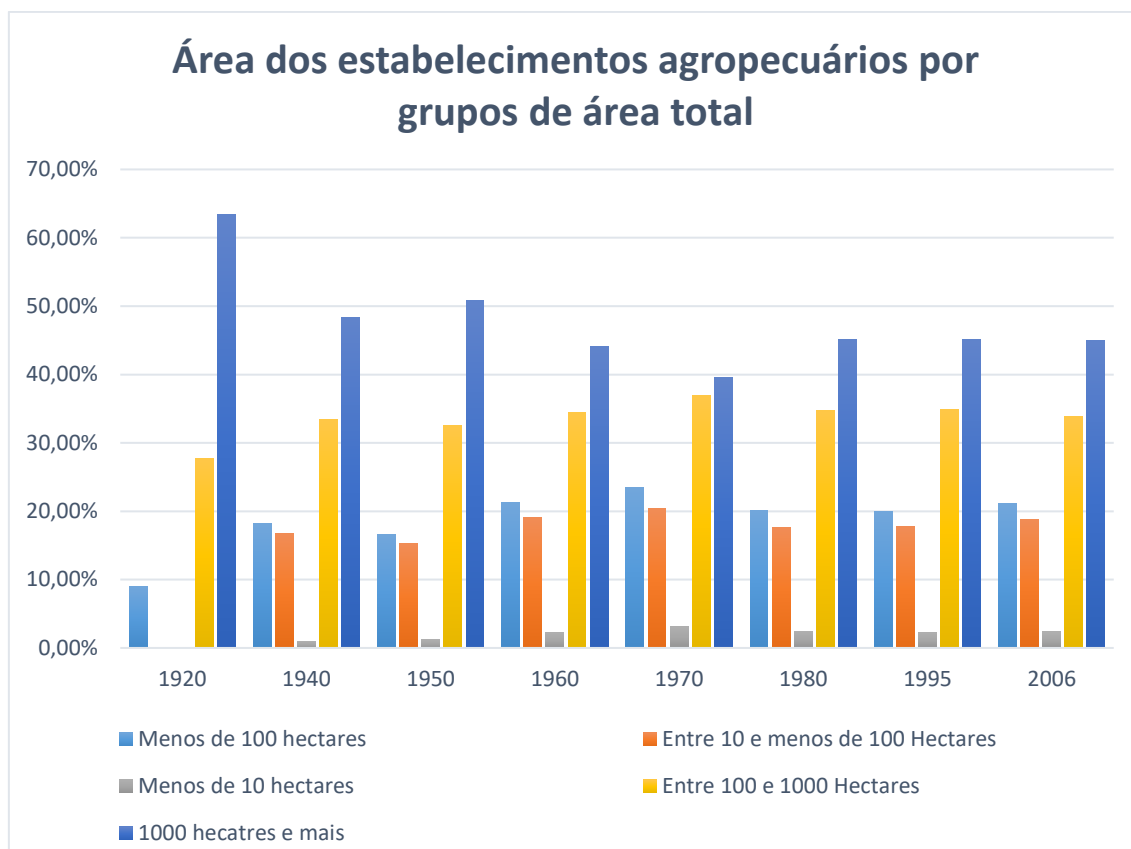
Dentro do estrato de 0 a 200 hectares pode-se encontrar desde o campesinato mais tradicional ao pequeno capitalista tecnificado; desde uma família camponesa produtora de produtos agrícolas para o mercado local a um pequeno estabelecimento empresarial com trabalhadores assalariados, onde a produção é comercializada no mercado internacional. Não se deve esquecer que o campesinato

brasileiro não é homogêneo, abarcando uma miríade de tipificações e estratos sociais - do camponês caipira do estado de São Paulo ao camponês sertanejo do Nordeste do Brasil; das famílias assentadas em projetos de Reforma Agrária a famílias remanescentes de quilombos, ribeirinhos, pantaneiros, faxinalenses, comunidades de fundo de pasto, etc., que compõem esse universo. Diante dessa diversidade, o mais importante é conceber que a maior parte dos produtores que se encaixam nesse estrato é de pequenos estabelecimentos, sendo o maior universo dos pequenos estabelecimentos composto pelo produtor camponês/familiar. (MITIDIERO JÚNIOR, BARBOSA; HÉRICK DE SÁ, 2017, p. 24)

A análise dos dados do gráfico 09 revela que a concentração de terras no país não só permaneceu como aumentou no decorrer dos anos e com isso ocorreu um fracionamento das pequenas propriedades. Em 1920 nenhum estabelecimento possuía menos de 10 hectares de acordo com os dados do censo; Em 1940 já existiam 654.557 estabelecimentos com menos de 10 hectares; e em 2006 esse número passou para 2.477.151 estabelecimentos. Já nos grupos de área entre 100 e 1000 hectares e 1000 hectares ou mais percebe-se que não houve grandes variações em 86 anos, denunciando que a grande propriedade no Brasil permanece inatingível.

No gráfico 10 observa-se a disparidade do tamanho de área dos estabelecimentos agropecuários no país. Os grandes estabelecimentos sozinhos detêm 45% de área, que somando aos 33,82% dos médios estabelecimentos resultam em 78,82% de área ocupada. Enquanto que os estabelecimentos com menos de 10 hectares e os que possuem menos de 100 hectares que são a expressiva maioria ocupam apenas 21,2% de área.

Gráfico 10 – Área dos estabelecimentos agropecuários por grupos de área total



FONTE: IBGE, 2021

Em resumo, os dados revelam, a contragosto dos ruralistas que compõem os poderes da república, que esse sujeito histórico, chamado de agricultor familiar em determinada concepção teórica e assumida pela política pública,, representava de acordo com o censo de 2006 a maior parte dos estabelecimentos agropecuários, mas possuíam a menor quantidade de terra, ao passo que conseguiram atingir totais de produção de alimentos muito maiores em comparação aos que foram chamados de não familiares (médios e grandes estabelecimentos, principalmente).

3.4 O camponês em Itabaiana

A presença do campesinato em Itabaiana, assim como no Brasil, remonta ao período de formação de seu território. A ocupação territorial desse município começou logo após a fixação da colonização portuguesa em Sergipe, (NUNES, 1976); uma das sesmarias foi doada a Ayres da Rocha Peixoto, que, de acordo

com a historiografia, seria o primeiro proprietário de terras em Itabaiana. Segundo (CARVALHO, 1973, p.21) “ainda não existia, no período, ao menos um arraial de gente civilizada”. É no século XVII que inicia-se o povoamento colonial das terras. Criou-se um arraial localizado as margens do Rio Jacarecica, denominado de Arraial de Santo Antônio, onde os colonos chegaram a construir uma igreja, e ao seu redor ergueram suas casas. Em 1678 Itabaiana ganha a condição de Distrito. No século XVIII, final da colonização o Arraial já era denominado de Igreja Velha² (CARVALHO, 1973).

O povoamento de Itabaiana estaria ligado a possível existência de minas de prata na Serra que leva o nome do município. Visto que o objetivo dos colonizadores era a exploração de metais preciosos, assim Itabaiana tornou-se um alvo das investidas dos Portugueses. Devido a possível existência das minas, sobretudo, Itabaiana tornou-se caminho ligando Pernambuco à Bahia. Por ela, no início do século XIX, passavam trilhas de tropeiros e boiadas, de viajantes, comerciantes e mercadorias, além de atrair muitos imigrantes à procura das minas que se diziam existir na serra.

Segundo a historiografia sergipana, após a possível investida de busca do metal precioso em Itabaiana não ter obtido êxito, a sua ocupação foi estabelecida centrada na produção agrícola voltada à pecuária e à cultura de subsistência (SANTOS, 2014). A invasão holandesa no município, que durou anos, contribuiu para a chamada “vocação agrícola”, pois os holandeses destruíram as prósperas fazendas de gado; com a queda da pecuária, a cultura de subsistência se tornou o principal meio de garantia de sobrevivência dos moradores (SANTOS, 2014). As dificuldades da qualidade do solo nas áreas dos sítios, para o cultivo de legumes e mandioca, desenvolveu a necessidade por terras férteis. A busca de terras sem levar em consideração os limites de fronteira, provocou, segundo Nunes (1976), conflitos entre lavradores e criadores na disputa de terras para cultivo e pastagem.

Segundo Santos, (2014, p. 07):

Apesar da ordem mantenedora colonial determinar formas econômicas predominantes, observa-se que a prática agrícola voltada para o plantio de legumes, mandioca e outros g  neros em Itabaiana,

² Denominação recorrente na contemporaneidade.

independente de determinações, ou como decorrência do caos provocado com a invasão holandesa, configura-se como uma marca discursiva e material de sua formação territorial.

Desse modo a agricultura de subsistência foi a atividade que fez o itabaianense se fixar no território e assim se reproduzir com sua família. Carvalho (1973) analisa que a tendência para a agricultura pode ser explicada também pelo fato da sede ter crescido num local próprio para a agricultura, o que fez com que os itabaianenses se isolassem em seus sítios, se desenvolvendo economicamente. Nesses sítios eram cultivados principalmente produtos de subsistência, mas também produziam excedente de alimentos que abasteciam mercados locais (NUNES, 1976), fato que se perpetua até os dias atuais, fazendo com que seja atribuída uma ideologia geográfica (MORAES, 1991) sobre o local, conhecido como “celeiro agrícola”.

Atualmente o setor de serviços superou a agricultura como atividade econômica predominante. Apesar desse fato, a agricultura permanece como atividade econômica forte. Na tabela (01) encontram-se os principais cultivos produzidos em Itabaiana no ano de 2019 de acordo com a Pesquisa de Produção Agrícola Municipal realizada todos os anos pelo IBGE.

Tabela 01 – Quantidade produzida dos principais cultivos produzidos em Itabaiana

Cultivo	Toneladas
AMENDOIM	329
BATATA DOCE	23.750
FEIJÃO	36
MANDIOCA	1.400
MILHO EM GRÃOS	2.772

Fonte: IBGE, 2021

A batata doce é o produto mais cultivado no campo Itabaianense, e o município no ano de 2019 foi o maior produtor deste alimento no estado. Isso se deve principalmente ao fato do plantio poder ser realizado o ano inteiro. Tanto

os camponeses que possuem irrigação, (ver figura 05) quanto os que não possuem, plantam batata doce, com a diferença da limitação entre os que não possuem irrigação plantarem apenas no período de chuvas. Nota-se que os produtos cultivados são predominantemente de origem camponesa.

Figura 05 – Plantação de batata doce com o auxílio de irrigação no povoado Pé do Veado em Itabaiana



Fonte: Trabalho de campo. COSTA, 2021.

Na foto registra-se uma plantação de batata doce realizada com o auxílio de irrigação.

Na tabela 02 encontra-se a quantidade de estabelecimentos incluídos na categoria “agricultor familiar” adotada pelo IBGE nos últimos censos agropecuários.

Tabela 02 – Número de estabelecimentos agropecuários segundo tipologia no município de Itabaiana

Número de estabelecimentos por tipologia	2006	2017
--	------	------

Total	3561	3262
Agricultura familiar	3293	2764
Agricultura não familiar	268	498

FONTE: IBGE, 2021.

Em 2006 92,4% dos estabelecimentos eram caracterizados como da agricultura familiar, e em 2017 esse número teve uma leve redução para 84,7%. Esse decréscimo pode ser explicado por mudanças metodológicas aplicadas no último censo como já foi abordado anteriormente.

A estrutura fundiária de Itabaiana é formada predominantemente por minifúndios, ou seja, as propriedades possuem menos de 1 módulo fiscal. O módulo fiscal definido para o município é de 20 hectares de terra, o que equivale a aproximadamente 66 tarefas. A maioria dos camponeses são donos das suas próprias terras, mas vêm aumentando nos últimos anos o fracionamento das propriedades. Tal fracionamento pode ser explicado pela forma como o camponês adquire a terra, que na maioria das vezes é fruto de herança. Se os pais morrem, e a família é grande, aquela terra tem que ser dividida entre os herdeiros. Pode acontecer de algum dos herdeiros não querer mais a terra como condição para sua reprodução e optar por vender ou arrendar. Com isso tem aumentado o número de camponeses que arrendam terras de outros camponeses. Outra categoria que aumentou consideravelmente é a de comodatário, condição do camponês que mora e trabalha em uma propriedade que foi cedida livremente por período determinado ou não. Essa categoria não existia no censo de 2006 e foi incluída no censo de 2017. A inclusão da categoria foi importante pois separa a figura do camponês comodatário do camponês ocupante (MITIDIERO JÚNIOR, 2019).

Na tabela 03 encontram-se os dados da condição do produtor em relação as terras.

Tabela 03 – Número de estabelecimentos segundo condição do produtor em relação as terras

Número de estabelecimentos por condição legal do	2006	2017
---	-------------	-------------

produtor em Itabaiana/SE		
Total	3561	3262
Proprietário	3283	2359
Assentado	6	-
Arrendatário	23	57
Parceiro	15	76
Comodatário	-	759
Ocupante	213	11
Produtor sem terra	21	-

FONTE, IBGE, 2021.

Os dados revelam uma redução de 8,39% no total de estabelecimentos, entre 2006 e 2017, consequentemente o número de proprietários também reduziu. Mas o que chama a atenção é o número de camponeses que não possuem a propriedade da terra, os números mais que triplicaram em 10 anos, com relevância para o número de comodatários. Isso pode significar algumas possibilidades: os camponeses venderam suas terras e por algum motivo passaram a trabalhar em sítios de outros camponeses; ou com o aumento da família e posterior desmembramento (casamento) passaram a trabalhar em sítios de familiares na condição de comodatários. O número de camponeses arrendatários e parceiros também aumentou o que indica que o tamanho de suas terras pode ser insuficiente.

O tamanho da terra é um fator que contribui para que o camponês recorra a outras atividades para conseguir manter seu modo de vida. Com o aumento da sujeição da renda da terra pelo capital, o camponês precisa cada vez mais mesclar atividades fora e dentro da terra para continuar existindo. Mas para o Estado, só é considerado “agricultor familiar” aquele que tiver como maior parte da renda o trabalho no campo. Concordamos com Mitidiero Júnior (2019) que o montante da renda, não importa de onde ela venha, não pode ser um dado que desqualifique o pequeno agricultor. O camponês é o que ele é, independentemente de onde venha a maior parte da renda. A não inclusão dos camponeses que possuem outras formas de renda nessa categoria pode ter reduzido o número do pessoal ocupado no campo.

Na tabela 04 estão os dados do pessoal ocupado no campo em Itabaiana durante o período de referência dos Censos, que possuíam laços de parentesco com o dono da terra e os que não possuíam laços de parentesco.

Tabela 04 – Pessoal ocupado no campo (pessoas)

Pessoal ocupado no campo (pessoas)	2006	2017
Total	10.293	9.581
Com laços de parentesco com o produtor	8.879	7.261
Sem laços de parentesco com o produtor	1.414	2.320

FONTE, IBGE, 2021.

Nota-se uma diminuição de 7,47% do total do pessoal ocupado e um aumento de 65,5% de trabalhadores sem laços de parentesco com o proprietário da terra. Em 2017, Dos 2320 trabalhadores rurais sem laços de parentesco, 324 eram empregados permanentes, 1854 eram temporários e 142 eram parceiros.

Quando comparamos esses dados, com aqueles do tipo de pessoal ocupado com a variável “unidades” (ver tabela 05) de estabelecimentos percebemos que dos 3.262 estabelecimentos apenas um (1) não emprega força de trabalho familiar. Isso significa dizer que os 1.336 estabelecimentos que empregam força de trabalho não familiar mesclam as duas formas, ou seja, contrata trabalhadores, sejam temporários ou permanentes.

Tabela 05 – Número de estabelecimentos por tipo de pessoal ocupado (unidades)

Número de estabelecimentos por tipo de pessoal ocupado (unidades)	2006	2017
Total	3.561	3.262
Com laços de parentesco com o produtor	3.561	3.261
Sem laços de parentesco com o produtor	698	1.336

FONTE: IBGE, 2021.

Portanto, apesar de todas as dificuldades impostas ao camponês, como o tamanho da terra; a sujeição de sua renda por meio da compra de insumos que lhe deixam dependente e lhe são vendidos por preços abusivos, junto aos preços de seus produtos desvalorizados, a presença camponesa no campo é um fato concreto. Esses sujeitos a quem o Estado classifica de agricultores familiares continuam produzindo alimentos e são a maioria da força de trabalho ocupada no campo. Para reproduzir o seu modo de vida eles são forçados a procurar alternativas para superar as crises e por isso a sua relação com a cidade está cada vez maior, o que gera o fenômeno da mobilidade do trabalho, que será analisada no próximo capítulo.

CAPITULO III - Relação campo cidade e a mobilidade do trabalho camponês em Itabaiana

O campo e a cidade são resultados de transformações ocorridas ao longo do tempo histórico para atender aos objetivos do modo de produção. A princípio aparecem como se estivessem separados, mas na verdade possuem uma relação de interdependência. Inicialmente, o campo era o espaço principal da base da economia, de onde se extraía o indispensável para a vida, o alimento; a medida que o capitalismo avança, o campo vai sendo transformado de forma a atender a lógica do capital no decorrer do processo histórico. Gradativamente a cidade vai ocupando lugar de destaque a partir do papel do Estado que passa a investir em serviços públicos e infraestrutura, ação motivada pela crescente necessidade e pressão de parte da sociedade, mas sobretudo, pela dinâmica imposta pelo capital, com vistas a atrair empreendimentos privados a fim de atender aos anseios do modo de produção capitalista. Importante ressaltar que essa relação precisa ser vista para além da produção. Como analisa Lefebvre (2001, p.74) a relação campo cidade se transforma em um processo de mutação, onde a cidade centro de acumulação do Capital, “ataca o campo” dando lugar a formas de dominação e exploração.

Em sua forma mais desenvolvida o referido sistema vê na cidade o lócus para a extração de mais valia a partir da exploração da força de trabalho. Inicia-se um acelerado processo de urbanização e para sua consolidação foi fundamental a construção de estereótipos relacionados ao campo e aos seus sujeitos associados a local de atraso e distantes da modernização, respectivamente. Paralelo a esse processo, a agricultura passa por profundas transformações em sua base técnica, com o objetivo de intensificar a produtividade do trabalho, ou seja, era necessário se “modernizar”. Por conseguinte, de certa forma é imposto ao camponês a incorporação de algumas das inovações utilizadas pelos capitalistas em sua produção, de acordo com os recursos materiais que dispõe. Com isso, sujeita sua renda ao ficar refém dos insumos ao investir parte significativa de seus recursos para produzir. Logo, a subordinação do campesinato aumenta e como resultado, muitos são impelidos

a procurar outras atividades na cidade e passam a protagonizar o fenômeno da mobilidade do trabalho que nesse estudo aparece de forma central ao trazer para reflexão e análise o que está por trás dessa mobilidade. Nesse último capítulo objetivamos analisar as causas que levam o camponês a migrar para a cidade, seja como local de moradia, ou de trabalho. Para isso é necessário compreender o papel da renda da terra que é extraída dos camponeses, como também da concentração fundiária a qual resulta em um processo de fragmentação das propriedades camponesas.

4.1 – A renda da terra e a subordinação do campesinato

Segundo Botelho (2016) a propriedade de um pedaço da superfície terrestre por determinado indivíduo lhe garante direitos de uso que são exclusivos. Dado que um indivíduo passa a ser dono de uma porção da terra, então o uso dessa parcela por parte de outros indivíduos se torna passível de cobrança. É possível cobrar pelo uso periódico dessa propriedade, um aluguel ou pelo uso definitivo, quando o proprietário vende a terra. Mas tal fato só é possível porque existe uma escassez desse bem. Por isso a história inicial da sociedade burguesa, sua base histórica, reside na concentração das terras, seu cercamento e privatização. Pois se houvesse abundância natural de terrenos disponíveis para uso comum, inviabilizaria a própria renda fundiária. Haja vista que ninguém pagaria pelo uso de terrenos que são propriedades alheias se ao lado estivessem disponíveis terras desprovidas de dono (BOTELHO, 2016).

A renda decorre portanto desse caráter exclusivo da propriedade imobiliária. Entender como se desenvolve essa renda é importante para compreendermos o processo de produção do espaço e as relações contraditórias do capitalismo. Essa renda tem por base fundamental a propriedade privada da terra, trata-se de um lucro suplementar obtido por quem possui o monopólio da terra (no campo ou na cidade), que por ser privada, tornou-se um bem inacessível para muitos. A terra que é um bem necessário e indispensável para constituição da vida, se torna mercadoria a partir da constituição da propriedade privada, dessa forma, torna-se um bem monopolizável e alienável (CHAVES, SOUZA, 2020).

De acordo com Oliveira Júnior (2012) a terra valoriza-se seguindo o desenvolvimento da sociedade, de maneira mais atrativa e interessante que o juro do dinheiro investido na produção industrial, o que faz aumentar sua procura. A renda é calculada a partir de uma média socialmente determinada entre os distintos tipos de solo e condições objetivas de produção, ou seja, não é determinada pelo desejo de cada indivíduo. Os terrenos que produzem alimentos para o homem são os reguladores da renda. Então, um terreno que não precisa de melhorias do solo, e que reduz os gastos com a produção, eleva sua renda.

Mesmo o pior terreno disponível ainda é capaz de auferir renda, trata-se da renda absoluta, que é inerente as propriedades. Mas esse tipo de renda só pode existir em condições históricas em que a concorrência e a produtividade estão limitadas. Pois com o desenvolvimento da produtividade agrícola, a renda absoluta pode ser eliminada com a igualação do valor do produto agrícola com seus preços de mercado. Isso elimina a extração da renda por parte dos proprietários apenas pelo fato de possuírem a propriedade. Contudo, a única maneira de extrair renda é através da produção num valor abaixo do preço de mercado, aquele estabelecido pela média dos demais produtores (BOTELHO, 2016).

O lucro médio é o valor que o produtor busca ao investir seu capital-dinheiro no processo de produção capitalista; realizados os custos de produção com a compra de meios de produção e força de trabalho resta-lhe o lucro (o trabalho excedente não pago aos trabalhadores materializado em mercadorias). Esse lucro é equilibrado pela concorrência que possui um papel importante no modo de produção capitalista (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

Esse autor considera o fato de ao mesmo tempo que um produtor busca desenvolver técnicas que aumentam a produtividade do trabalho, proporcionando um lucro superior ao conseguido por seus concorrentes, estes produtores, por sua vez, também buscarão desenvolver e aperfeiçoar a produção. Com isso há um equilíbrio do lucro no setor da produção que atuam, pois buscam produzir sob as mesmas condições sociais médias de produção. Estabelece-se assim uma taxa de lucro média, socialmente determinada pela livre concorrência.

De tal forma, para conseguirem ter “lucro”, ou seja, conseguir sobreviver e não serem engolidos pela concorrência, os camponeses acabam sendo obrigados a ampliar sua produtividade utilizando técnicas dos grandes produtores capitalistas, pois:

A corrida pela acumulação da riqueza leva os produtores a aperfeiçoar as condições em que produzem, aperfeiçoamentos que passam a ser utilizados pelos demais produtores do setor produtivo. Dessa forma, a conquista por um produtor individual em sua técnica de produção, proporciona maior produtividade e maior acúmulo de mais-valor; e em curto tempo passa a ser utilizada pelos demais produtores que são seus concorrentes – o que acarreta na perda do mais-valor diferencial que o produtor precursor do desenvolvimento técnico obtinha (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p.177).

Com a concorrência cada vez maior entre os produtores, para se obter um ganho extra é preciso conseguir uma ampliação da produtividade, que se converte, por isso, em renda diferencial. Essa produtividade extra é conseguida pelo uso de terrenos mais férteis. Mas, com a inserção da indústria na agricultura, uma maior fertilidade do solo pode ser obtida a partir do uso de insumos, como adubos e fertilizantes. A diferença é que um terreno fértil oferece ganhos gratuitos, diferentemente de um terreno que precisa de investimentos em produtividade na qual é preciso ter dinheiro para investir (BOTELHO, 2016).

É nesse fato que reside a sujeição da renda camponesa ao capital. Pois mesmo em uma sociedade que necessita cada vez mais de terra e de seus produtos, os produtores camponeses têm e veem suas possibilidades na melhoria das condições de vida ser apropriadas por aqueles que nenhum suor derramou para a produção (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

A medida que o capitalismo se desenvolve, envolve também os produtores camponeses e cria entre esses uma necessidade intensa e regular de consumo de produtos industrializados. Isso faz com que as mercadorias industrializadas se valorizem e se desvalorizem os produtos da agricultura (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012). A inserção da unidade produtiva camponesa em um consumo regular aumenta a necessidade de produzir sempre mais para obter mais dinheiro e realizar o consumo necessário à produção e à reprodução da

família. Essa realidade é vivenciada por milhares de sujeitos com as respectivas peculiaridades.

No trabalho de campo realizado no município de Itabaiana, Agreste do estado de Sergipe, foi possível identificar a materialização desse processo através das falas de alguns camponeses(as) ao serem motivados a partilhar de suas experiências no tocante à reprodução social e por conseguinte às dificuldades inerentes à permanência no campo:

“No sítio tudo é gasto. Precisa fazer cerca, tem despesa com o gado, e com a plantação. Tudo agora é caro, as pragas estão aumentando e precisa de veneno. Antigamente não tinha essas pragas de lagarta como agora” **(Entrevistada A, 49 anos).**

“É difícil por que agora tá tudo caro. Aí quando vende a plantação, sobra pouco dinheiro.” **(Entrevistada B, 39 anos).**

“A vida do lavrador é sofrida porque a lavoura não tem preço certo como no supermercado, uma hora tá bom de vender, outra hora ninguém quer... e assim é complicado, porquê tudo tá caro, menos o quê a gente planta que não tem valor” **(Entrevistado C, 57 anos).**

“Os custos pra trabalhar são muitos... quando é tempo de plantar gasta com esterco, com veneno, adubo... no tempo de colher gasta com trabalhador, e assim o dinheiro vai embora” **(Entrevistado D, 30 anos).**

A partir dos relatos é possível observar que os camponeses estão cada vez mais necessitando consumir produtos industrializados, seja na produção ou para consumo próprio, fato que leva a monetarização da unidade de produção familiar camponesa. Essa realidade associada à área reduzida de terra sob posse da família tem acarretado no uso de técnicas mais intensivas de produção. Para produzir cada vez mais rápido o camponês tem utilizado cada vez mais agrotóxicos para combater pragas e agilizar a produção, se tornando reféns das indústrias que lhes vende produtos caros e sujeita sua renda.

Ao ficar refém dos agrotóxicos o camponês muitas vezes acha que é impossível produzir sem utilizá-los. De acordo com os seus relatos, as pragas só aumentam, não sabendo que é justamente por causa do agrotóxico que a

produção fica mais suscetível as pragas. Ao serem perguntados sobre o uso de agrotóxicos 100% dos entrevistados afirmaram utilizar:

“Sim, por causa das pragas. Antigamente não tinha essas pragas como agora. Mas também antigamente a gente plantava maniba de mandioca, maniba de aipim, inhame e batatinha. Depois é que a gente passou a plantar batata doce e outras verduras pra vender, por que essas outras plantações são mais rápidas. A batata com 4 meses já tá boa de arrancar e a mandioca só tá boa com 2 anos, o inhame só arranca com 1 ano, aí demora muito (Entrevistada A, 49 anos).”

A seguir, transcrevemos justificativas para o uso de agrotóxicos por diversos camponeses.

“Sim, porque dá menos trabalho. Não precisa limpar de enxada, aí já adianta” (Entrevistada B, 39 anos).

Essa e outras referências dizem respeito à utilização de veneno para limpar o mato e para combater pragas. Evidencia-se a resistência das mesmas e da crescente dependência desses camponeses.

“Sim, para matar mato e matar as pragas” (Entrevistado C, 57 anos).

“Sim, porque é necessário para matar as pragas” (Entrevistado D, 30 anos).

“Sim, para livrar das pragas” (Entrevistada E, 33 anos).

“Sim, por que tem muitas pragas agora” (Entrevistada F, 34 anos).

“Sim, por causa das pragas e por que dá mais facilidade pra não limpar mato. Com o tempo passei a usar mais porque as pragas ficaram mais resistentes” (Entrevistada G, 41 anos).

“Sim, por causa das pragas, antigamente não tinha essas pragas como agora, hoje se não passar veneno não sai” (Entrevistada H, 51 anos).

Na fala da **Entrevistada A**, fica explícito que o uso de agrotóxicos surgiu quando houve uma mudança nos gêneros alimentícios produzidos com destino ao mercado, a fim de aumentar a produtividade. O uso dos agrotóxicos passa a

ser uma constante no campo, apoiado no discurso de modernização da agricultura, que busca criar as condições para o desenvolvimento de novas formas de produzir. O intuito era aumentar a produção e a produtividade do trabalho, incentivada pela revolução verde norte-americana. Dessa forma foram forjadas as possibilidades de forte dependência frente às indústrias produtoras dos insumos, que ficam com boa parte da renda extraída dos camponeses (SOUZA, 2009).

Além dos efeitos colaterais que os agrotóxicos causam a saúde, outros problemas com a aplicação dos agrotóxicos incluem o desenvolvimento de resistência nas pragas e a sua inevitável ressurgência. Esse ciclo significa que o número de indivíduos da praga por planta aumentará em algum período ainda que seja verificada a sua redução (temporária) pelo uso dos agrotóxicos. Após várias gerações das pragas, esta ressurgência pode resultar até mesmo em uma maior densidade, ou seja, maior número de indivíduos por planta, devido a aplicação de agrotóxicos, do que sem esta aplicação (ARNE JANSSEN, 2021).

Um exemplo de recorrência de pragas são as lagartas, que segundo relatos dos camponeses, tem aumentado muito nos últimos anos no período que antecede as chuvas. Mesmo com o uso dos venenos, os camponeses relatam que nenhum tipo consegue evitar o alastramento delas, como é possível observar nas figuras 06 e 07:

Figura 06 – Couve com folhas estragadas por lagartas



Fonte: COSTA, 2021.

Figura 07 – Pimentão estragado por pragas



Fonte: COSTA, 2021.

Além do consumo cada vez maior dos produtos industrializados, e sua dependência aos insumos e agrotóxicos, uma outra forma de sujeição da renda da terra se dá no momento da comercialização da produção. Todos os camponeses entrevistados afirmaram que vendem sua produção a atravessadores. Esses atravessadores compram os produtos por um preço abaixo do valor de mercado, para depois revender a feirantes, donos de supermercados, ou levar para fora do estado. O produto mais cultivado com destino a comercialização pelos camponeses entrevistados é a batata doce. Aqueles que não possuem meio de transporte para levar a produção até ao “mercado” (Mercado de Hortifrutigranjeiros de Itabaiana) onde são comercializados os produtos, optam por vender “para caminhão” e eles vão buscar na propriedade. Os que possuem carroça ou carro, levam a produção

para o mercadão para ser vendida na feira das terças, quintas e sextas onde se reúnem os camponeses, atravessadores, atacadistas, feirantes e donos de supermercado para a comercialização em atacado dos mais variados alimentos produzidos no campo itabaianense e de outros locais até mesmo de fora do estado. Por conseguinte o atravessador é um sujeito que extrai parte da renda da terra dos camponeses e contribui para a exploração do trabalho camponês ao pagar valores irrisórios pelos seus produtos. De um modo geral:

Na comercialização da produção camponesa, o atravessador representa função de destaque e é a parte mais importante da comercialização, mas se sem o atravessador a comercialização da produção camponesa é dificultada, pela falta de condições para transportar a produção, dialeticamente o atravessador acarreta a subordinação do produtor, que tem sua renda apropriada. A partir da relação de troca que estabelece com os camponeses, o atravessador contribui à sujeição da renda da terra: pelo preço pago ao produtor, às vezes menor que 50% daquele praticado no mercado, na intermediação da comercialização os atravessadores explora e provoca a ruína dos produtores camponeses constituindo-se em uma forma perversa de mediação para a sujeição da renda camponesa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012, p. 191).

Como não ocorre o entesouramento na unidade de produção familiar, que proporciona a garantia da satisfação das necessidades familiares para além daquilo que é suficiente, os camponeses tem que trabalhar cada vez mais para garantir as mínimas condições de reprodução para a família. E além disso, precisam estar preparados para perdas que possam ocorrer na produção causadas por condições climáticas. Tudo isso faz com que o camponês trabalhe mais do que ele gostaria para sobreviver, tornando o trabalho ainda mais exaustivo. E assim fica evidente em suas falas, a justificada preocupação em não ter condições objetivas para enfrentar e superar possíveis crises pois estão sempre no limite,

A vida no sítio é difícil... a gente depende da chuva, o povo da cidade ganha dinheiro que faça chuva ou faça sol, eles não se preocupam com isso. A gente depende da água pra plantação ir pra frente, se o inverno der fraco a plantação não rende e aí a gente não tem ganho e precisa gastar o que já tinha feito. Mas não é todo mundo que tem uma reserva de dinheiro, é por isso que tem tanta pobreza no sítio. Quando uma plantação dá errado

*a gente quebra a cabeça pra arrumar dinheiro. Se toda plantação que a gente fizesse desse certo era bom demais, eu acho que se fosse assim o sítio não tava esvaziando tanto. Porque ninguém ia querer trabalhar na rua pra ser mandado e levar xinga de patrão (**Entrevistada A, 49 anos**).*

A fala da camponesa entrevistada, reflete, de certa forma dramática, sua preocupação em não conseguir reproduzir seu modo de vida devido as dificuldades que lhe são impostas.

O fetiche da mercadoria é também uma forma de subordinar a renda do campesinato, pois vai invadindo a unidade de produção camponesa e com a taxa de depreciação do valor de uso das mercadorias em ascensão ocorre uma intensificação desse processo. A unidade produtiva camponesa é tomada pela mercadoria, não no sentido de destruir o campesinato, mas no sentido de criar crescente dependência ao mercado, de obter maior abertura da unidade camponesa aos avanços do capital com a contínua sujeição da renda da terra. Sujeição do valor-de-uso ao valor-de-troca com implicações na aquisição de bens para a satisfação das necessidades da família. As particularidades da produção/reprodução camponesa são subjugadas pela universalidade da sociedade do trabalho abstrato e do fetiche da mercadoria (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

Com a ampliação do consumo de novos objetos e utensílios que antes não estavam presentes no cotidiano do camponês e dos trabalhadores em geral, a visão que muitas pessoas têm é que o trabalho no campo não dá para se manter. Por causa das dificuldades como falta de água, pouca terra, e falta de dinheiro para investir na produção, muitos camponeses acabam recorrendo a outras formas de conseguir o sustento além do trabalho no campo. Mas isso não o descaracteriza como camponês, pois trata-se de meios que os mesmos encontram para superar as crises e conseguir reproduzir seu modo de vida no campo.

Ao serem perguntados se o trabalho no campo é a única fonte de renda, 70% dos entrevistados responderam negativamente porque mesclam com outras atividades não agrícolas. Os 20% que afirmaram ter a terra como única

fonte de renda, disseram que dá para conseguir o sustento apesar das dificuldades.

“Dá, mas passa apertado. Se for pra comprar móveis pra deixar a casa arrumada igual ao povo da rua quer, não dá não, mas dá pra fazer a feira. E quando dá sorte com uma plantação dá pra juntar um dinheirinho pra quando precisar” (Entrevistada A, 49 anos).

“Dá, mas não pode gastar todo” (Entrevistada B, 39 anos).

“Passa apertado, mas dá” (Entrevistado C, 57 anos).

Ao afirmar que “passa apertado” e que “não pode gastar o dinheiro todo” deixa claro o fato do camponês sempre precisar retirar uma certa quantia do que conseguiu com a venda de seus produtos para reinvestir em uma nova produção, ou para estar preparado para alguma adversidade, já que sua renda não é fixa. Em virtude dessa realidade não há o entesouramento de dinheiro na unidade de produção familiar, pois o dinheiro que conseguem é sempre para a satisfação das necessidades.

O fetiche da mercadoria numa sociedade que julga o outro pelo que possui e não pelo que é, suscita na maioria, a necessidade de consumir mercadorias não pelo seu valor de uso, e sim para não se sentir inferior aos outros. Esse fator, associado à subordinação da renda ao capital, juntamente com a falta de terra para trabalhar para si próprio, tem contribuído para o processo de esvaziamento do campo, particularmente com a mobilidade do trabalho no grupo daqueles incluídos na faixa etária considerada de jovens que buscam alternativas na cidade.

Ao perguntar aos camponeses o porquê de seus filhos não continuarem com o trabalho no campo, registramos relatos que ilustram a existência do referido processo e as motivações mais aparentes.

“porque não dava renda pra ele, o ganho era pouco.” (Entrevistado C, 57 anos).

“porque não tem dinheiro certo todo mês. Se ele pega 2 mil reais ele gasta os 2 mil reais, e no sítio não pode ser assim” (Entrevistada B, 39 anos).

“porque o trabalho é muito cansativo” (Entrevistada G, 41 anos).

Nessa mesma direção, um dos jovens entrevistados também expressou justificativa para a impossibilidade de continuar trabalhando no campo:

“porque queria ter um dinheiro certo todo mês, com carteira assinada, férias e não trabalhar no feriado” (Entrevistado I, 20 anos).

Apesar de buscar emprego na cidade na tentativa de conseguir uma renda melhor, o jovem reconhece o quanto é explorado no trabalho assalariado na cidade:

Eu fui procurar emprego na cidade porque eu não tinha um dinheiro só pra mim no sítio, não tinha uma renda certa todo mês. Nessa questão o trabalho na cidade valeu a pena pra mim. Mas também é muito cansativo... a gente não tem horário certo pra sair. No papel eles dizem que a gente entra 8 horas e sai 18 horas. Mas na verdade a gente entra 7;40 e pra ir almoçar as vezes a gente trabalha até 40 min a mais, já sai perto de 13 horas para ir almoçar e ter que voltar as 14 horas. E de noite é que não tem horário certo mesmo... já teve dias de eu sair 10 horas da noite e sem ganhar nada a mais por isso. Se a gente for reclamar eles dizem que pagam 1200 e que é mais que um salário e também dizem que não descontam do salário quando a gente chega atrasado ou quando precisa faltar algum dia. E se pedir pra sair eles também não acham ruim porque tá sempre cheio de gente precisando de emprego. A própria patroa mesmo fica dizendo que quem tiver insatisfeito é só sair. Eu não pretendo ficar nesse emprego muito tempo, por enquanto estou ficando pra conseguir juntar um dinheiro. Mas vou pedir pra sair quando minhas aulas da universidade começarem porque não tem como estudar e trabalhar desse jeito. Vou tentar procurar outro que tenha um horário que dê pra estudar pelo menos. Por esse lado trabalhar no sítio tem essa vantagem, não tem patrão e você faz seu horário... se o trabalho fosse valorizado e pagassem preços justos e também a gente tivesse muita terra, compensava muito mais trabalhar no sítio (Entrevistado I, 20 anos)

Na fala do Entrevistado fica nítido o caráter da exploração do sobretrabalho garantidor de mais valia absoluta obtido a partir da crescente ampliação da jornada, para além do que está no contrato de trabalho. Pois “para o capitalista o dia de trabalho deve ser o mais longo possível afim de permitir o uso máximo da força de trabalho que compra” GAUDEMAR, 1977, p. 216). Logo a jornada de trabalho possui um significado diferente para o capitalista e para o

trabalhador, pois, se o capitalista tende a prolongar o dia de trabalho, o trabalhador tende a querer limitar o uso máximo de sua mercadoria (a força de trabalho) que reproduz cotidianamente graças ao que obtém em troca. Disso surge uma relação de forças entre capitalistas e operários. O capitalista quer fazer valer seu direito como comprador tentando transformar um dia em dois, e o trabalhador defende o seu direito enquanto vendedor requerendo uma jornada de trabalho normalmente determinada. Nessa luta de “direito contra direito” vence quem tem mais força. E com a classe trabalhadora fragmentada, nesse caso quem tem vencido a luta é o capitalista que dispõe de um enorme exército de reserva a seu favor (GAUDEMAR, 1977, p. 217).

É importante destacar nessa fala o quanto o trabalho “braçal” na cidade é cansativo e explorado, pois a imagem que muitas pessoas têm é que só o trabalho no campo é exaustivo. E isso é usado como motivo para a busca de “melhorias” na cidade, mas, ao chegar lá, encontram uma realidade completamente diferente.

Mesmo que o trabalho no campo seja cansativo, ou que a “renda” seja “pouca”, a partir de observações e relatos obtidos em trabalho de campo constatamos que os jovens que migram para a cidade são influenciados diretamente pelo tamanho da propriedade da terra da família. Quando a terra é “grande”, isso é, quando dá para a família plantar para o sustento e ainda sobra terra, o jovem consegue trabalhar para si próprio para ter sua renda. Mas, quando a terra é muito pequena e só dá para satisfazer as necessidades básicas dessa família, os filhos recorrem ao trabalho fora da unidade de produção. Pois como relata a camponesa entrevistada: *“todo jovem hoje quer ter uma moto ou um carro e poder juntar dinheiro pra comprar sua casa, ninguém quer trabalhar só para comer”* (Entrevistada A, 49 anos).

A estrutura agrária de Itabaiana é predominantemente formada por minifúndios. O módulo fiscal do município é de 20 ha, mas a grande maioria das terras produtivas do município não chegam a 10 ha. Essa minifundização é fruto de uma fragmentação da terra camponesa, resultante da negação do acesso à terra a esses sujeitos. Em estudo sobre a estrutura fundiária do estado de Sergipe, Lisboa Santos analisa os desafios e obstáculos que perpassam a condição da terra camponesa e de sua fragmentação e nesse contexto, aponta

como central a reprodução das famílias no campo. A reflexão/questionamento da autora vão nesse sentido.

“...como evitar a mobilidade do trabalho dos territórios camponeses com a reprodução desse campesinato se realizando em minifúndios em grande parte a partir da divisão da unidade de produção inicial, de propriedade do pai? Como evitar a mobilidade dos jovens do campo nesse quadro em que 49,2% das propriedades têm menos de 2 hectares ou 7 tarefas de terras?” (2019, p. 246).

Com base nos resultados preliminares do Censo de 2017 que indicam o crescimento do número de minifúndios, a análise da referida autora no tocante ao fenômeno da intensa fragmentação da pequena propriedade, ressalta o conteúdo na forma de obtenção da terra, na qual sobressai o acesso através da herança ou doação. “Em Sergipe, são 29.294 unidades de estabelecimentos informadas nessa categoria. Em 2017, dos 93.333 levantados, 31,38% são produto de herança, mostrando que a fragmentação é sobretudo, da unidade de produção familiar” (SANTOS, 2019, p. 246). O aumento dos minifúndios também encontra explicação em outras formas de acesso à terra que excluem a compra, a exemplos do arrendamento, parceria e comodato. Santos (2019) afirma que a quase totalidade dos produtores incluídos nessas categorias estão em estabelecimentos com área inferior a 200 hectares.

De fato, constatamos que o acesso à terra pelos camponeses em Itabaiana se dá principalmente por meio de herança e pelo comodato, que é o empréstimo/doação da terra. Em conversa com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itabaiana, foi revelado que dos trabalhadores que procuram o sindicato para fazer o pedido de aposentadoria, 80% trabalham na terra na condição de comodatário, ou seja, não possuem a propriedade da terra.

Entre os camponeses entrevistados, os tamanhos das propriedades em que trabalham variam entre 2 a 10 tarefas, ou seja área inferior a 3 hectares. Sendo que 50% deles trabalham em mais de uma propriedade. Uma que foi adquirida por compra e outra adquirida por doação ou herança. Além disso, 30%

dos camponeses afirmaram que recorrem a meia e ao arrendamento como complemento pelo fato da terra que possuem ser insuficiente.

A ausência da propriedade da terra tem sido dificultada pelo preço das terras que sofreram uma extrema valorização nos últimos anos. A partir do desenvolvimento da renda a propriedade fundiária se valoriza, e com isso regula-se o preço da terra que é calculado com base na renda que dela pode ser extraída. Portanto, apesar do preço e da renda não serem sinônimos, eles possuem uma relação direta (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

4.1.2 – Renda da terra e Capital Fictício

Segundo Harvey (2015) a teoria da renda da terra explica como a terra, que não é produto do trabalho humano pode ter um preço e ser trocada como uma mercadoria. Segundo o autor, o que constitui o preço da terra é a renda capitalizada, como os juros sobre um capital imaginário. Logo, o que é comprado e vendido não é a terra, mas o título da renda da terra gerado por ele. O dinheiro gasto é equivalente a um investimento que produza juros. O comprador adquire um direito sobre receitas futuras previstas, um direito sobre os frutos do trabalho. Título de terra torna-se então, segundo o referido autor, uma forma de capital fictício.

Por conseguinte, o título da renda da terra converte-se em uma forma do capital fictício, em detrimento do seu conteúdo autêntico de ser condição de realização do trabalho, bem como suporte das atividades de produção e reprodução humana. A apropriação da renda da terra, seja em ambientes urbanos ou rurais, é uma das marcas do capitalismo contemporâneo, haja vista a propriedade privada moderna garantir ao proprietário privado rendimentos futuros decorrentes do trabalho social realizado (RIBEIRO JÚNIOR, 2013).

Por remeter à antecipação de ganhos de longo prazo que podem vir a ser produzidos ou nunca ser realizados, a propriedade da terra possui a mesma base do capital fictício (BOTELHO, 2016). Entendendo o capital fictício como a materialização monetária no presente de recursos, valores, que sequer existem

ainda, amparado apenas na expectativa de sua realização futura. Sendo esta materialização monetária acumulação de dinheiro e não de capital real, ainda que o título da terra apareça nas mãos de seu detentor como seu verdadeiro capital, mas, para a sociedade como um todo, não passa de um capital ilusório, de um capital fictício (CARCANHOLO, NAKATANI, 1999). Isto porque a terra não pode ser considerada capital pois não possui valor (e sim preço), haja vista que não é fruto do trabalho, e portanto não pode ser submetida as leis do Capital (OLIVEIRA, 2007).

De tal modo, a terra não gera lucro, como faz o capital, e sim renda. A renda da terra aparece como um adiantamento estabelecido para que futuramente aquela propriedade possa ser utilizada. Na verdade, dado que a renda é determinada pelo potencial das características intrínsecas da propriedade, seja suas qualidades físicas ou sua localização, então a renda caracteriza-se como uma forma de capital a juros na forma especulativa mais precisa de todas, isto é, o adiantamento de ganhos futuros (BOTELHO, 2016).

Pensando nos ganhos futuros, o capitalista que detém uma concentração e centralização do mais valor em grandes proporções, destina parte do seu capital a aquisição de parcelas de terra e nada produz nesta propriedade. Obtém assim, renda absoluta em terra improdutiva. Ou seja, valoriza sua propriedade sem nada investir na terra (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

Nesse sentido, o autor analisa que verifica-se a elevação do preço dos produtos da terra diante do aumento das necessidades desses produtos por parte de uma sociedade concentrada em centros urbanos, o que provoca o aumento e valorização do preço da terra e da renda. Por isso a compra de terras somente para especular tem se tornado uma constante. Fato que prejudica o campesinato que não consegue adquirir ou aumentar a sua propriedade por causa do preço muito alto das terras. Em suma, a renda do solo aumenta com o progresso das forças produtivas, o aumento da população e a necessidade de terras.

Segundo Oliveira (2007) o preço da terra no modo capitalista de produção aparece como juro do capital com que compra a terra e, por conseguinte, o direito

à renda. Como resultado, o preço da terra é regulado, de um lado, pelo montante da renda da terra e, de outro, pela taxa média de juro no mercado de capitais.

Desta maneira, o preço da terra varia com as oscilações da taxa de juro no mercado. “Quando esta taxa sobe, o preço da terra baixa, quando, ao contrário, a taxa baixa, o preço da terra eleva-se. Dessa forma, o comportamento do preço da terra é inversamente proporcional à taxa de juro” (OLIVEIRA, 2007, p. 63).

Porém existem diferenças entre os preços dos diferentes tipos de solo que são resultado dos valores diferenciados entre os montantes das rendas. Pois quando se diz no mercado de terras que esta terra tem um preço “X” e a outra um preço “Y” mesmo possuindo tamanhos iguais, é porque uma é considerada melhor que a outra, no sentido de que uma terra produz mais renda da terra que a outra (OLIVEIRA, 2007).

As oscilações nos preços da terra ocorrem em relação às oscilações da taxa de juros. Quando a taxa de juros baixa o preço da terra sobe, quando a taxa sobe, o preço da terra baixa. Segundo Oliveira (2007) isso explica a corrida na venda das terras quando a taxa de juros sobe no mercado de capitais. Pois, com a taxa alta é mais vantajoso transformar a terra em capital-dinheiro e aplicá-lo no mercado de capitais. Ao contrário, quando a taxa de juros começa a baixar, os capitalistas correm para vender seus papéis e comprar terras.

Para o referido autor esse comportamento se dá porque:

A terra, particularmente no Brasil, adquiriu o caráter de reserva de valor, reserva patrimonial, ou seja, a terra é apropriada principalmente com fins especulativos e não para produzir. Ou seja, os capitalistas, em decorrência da inflação quase permanente que durante muito tempo existiu na economia brasileira, vêem na terra um “investimento seguro”, que não se “desvaloriza”. É assim que se retêm terrenos urbanos vazios e latifúndios improdutivos. Dessa forma, pode-se observar que o preço da terra, decorrente da apropriação privada da terra, ou seja, da propriedade privada da terra, tem um caráter irracional no processo capitalista de produção, pois, como se viu anteriormente, a terra mesmo sem produzir “valoriza-se”. Este é um dos muitos aspectos dessa irracionalidade. (OLIVEIRA, 2007, p. 64).

Desse modo, por causa das oscilações nos preços da terra muitos camponeses que não tinham somente a terra como fonte de renda acabaram cedendo às investidas de compra de suas terras e a venderam para comprar terrenos na cidade, na esperança de que os terrenos da cidade se valorizassem mais. Contudo, com o crescimento urbano e a necessidade cada vez maior de produtos do campo, a procura por terras na zona rural cresceu, significando que a renda da terra no campo no município de Itabaiana, atualmente está maior em relação à renda da terra na cidade. Ao entrevistar os camponeses do recorte da pesquisa, 30% deles relataram conhecer pessoas que venderam seus sítios e se arrependeram porque posteriormente à venda, viram uma valorização significativa que se refletiu nos preços da terra.

É também por causa do preço alto da terra que jovens camponeses ao pensar em constituir sua família compram um “chão de casa” na cidade para construir sua casa, tendo em vista que hoje é relativamente mais barato comprar terra na cidade do que no campo. Em conversa com alguns camponeses, (Junho, 2021) foi confirmada essa dinâmica; o preço de 1 (uma) tarefa de terra está custando em média 30.000 reais. De acordo com esses camponeses, a terra mais “ruim”, isto é, aquela que não é fértil e que não possui nenhum investimento fixado, chega a custar 20.000 reais. E a terra fértil e que possui em seu interior poço artesiano com boa quantidade de água, pode chegar a custar 35.000 reais.

Esses valores representam um aumento substancial em comparação com os valores dos anos anteriores. Segundo dados da EMDAGRO (ver figura 06) no ano de 2017, 1 (um) hectare de terra de lavoura custava 15.000 reais. Dado que 1 (um) hectare corresponde a 3,3 tarefas, logo, 1 (uma) tarefa de terra em 2017 custava mais ou menos 4.550 reais. Então, de 2017 para 2021 o valor de (1) uma tarefa de terra em Itabaiana sofreu um aumento de 559%. Se o preço da terra aumentou, consequentemente a quantia cobrada para trabalhar na terra (arrendamentos) também aumentou. Segundo dados da EMDAGRO, em 2017 o preço para arrendar 1 (um) hectare de terra era 600 reais, convertendo em tarefas tem-se 182 reais por tarefa. Hoje, o preço médio cobrado para arrendar 1 (uma) tarefa de terra está custando em média 500 reais.

Figura 08 – Preços médios de arrendamentos e venda de terras no município de Itabaiana

Município de Itabaiana
Preços Médios de Arrendamento e Venda de Terras – 2015 a 2020

Discriminação	Unidade	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Arrendamento agrícola							
Lavouras	R\$/ha/ano	1.700,00	800,00	600,00	...	...	...
Explorações Animais	R\$/ha/ano	...	...	...	...	...	...
Engorda ou Estada de Animais	R\$/cab/mes	55,00	75,00	70,00	50,00	...	...
Venda de terra agrícola							
Lavouras	R\$/ha	19.000,00	...	15.000,00	...	...	...
Campos	R\$/ha	12.000,00	...	9.000,00	8.000,00	...	...
Pastagens	R\$/ha	16.000,00	...	15.000,00	10.000,00	...	...
Matas	R\$/ha	10.000,00	...	9.000,00	8.500,00	...	...

Fonte: Escritório local da EMDAGRO em Itabaiana. Elaboração e cálculos: ASPLAN/EMDAGRO
(...) sem informação. Observação: em valores correntes

O trabalho social é o principal meio de valorização econômica da propriedade fundiária. Como analisado anteriormente, é a partir do progresso das forças produtivas, do aumento da população e da necessidade de terras que a renda do solo aumenta. Mesmo com os custos de produção altos a renda mantém uma tendência de aumento. Valoriza-se ao ponto de o pior solo, aquele que é regulador dos preços e que não dá renda, a partir de certas condições sociais e econômicas, passar também a possuir lucro suplementar, a renda da terra (OLIVEIRA JUNIOR, 2012).

Se a renda aumenta, e com isso o preço da terra, pressupõe-se que a sujeição da renda da terra camponesa também aumente, levando a uma exploração do camponês que se vê obrigado a ter que trabalhar cada vez mais para sobreviver. Com o tamanho da sua propriedade reduzido, sem dinheiro para arrendar terras ou investir em poços artesianos para conseguir trabalhar durante o verão, muitos camponeses acabam indo para a cidade. Geralmente um membro da família acaba procurando um trabalho na cidade, seja os filhos, ou um dos cônjuges.

Logo, os camponeses movem sua força de trabalho, porque não há como garantir a sobrevivência apenas com o produto de sua terra trabalho. Tal situação é resultado do processo de sujeição da renda da terra ao capital

(SOUZA, FERNANDES, 2020). Mas isso não representa uma ruptura com o trabalho no campo, é apenas mais uma forma que estes sujeitos encontraram para continuar se reproduzindo. É nesse fato que reside a mobilidade do trabalho analisada nessa pesquisa, e que será aprofundada no próximo item.

4.2 - Os camponeses e a mobilidade do trabalho

O processo de apropriação do trabalho pelo capital é caracterizado como condição essencial da sua existência. Como afirma Marx, o capital é o próprio trabalho acumulado a partir do prolongamento de horas trabalhadas, a partir da exploração do sobretrabalho, garantidor da expansão capitalista. Porém, para que isso ocorresse foi necessário que o capital transformasse essa força de trabalho em mercadoria, garantindo assim ao trabalhador uma pseudo liberdade para vender sua força de trabalho (SOUZA, 2011).

Todavia, a condição existencial do capital é a negação do trabalho livre, da liberdade produtiva dos homens. Ele precisa encontrar no mercado a mercadoria força de trabalho para ser vendida, para ser controlada e apropriada no seu processo de valorização. O trabalho enquanto agente principal da produção precisa ser livre apenas para o capital. O trabalhador precisa estar desprovido de qualquer possibilidade de realização da sua força de trabalho (SOUZA, 2011).

Outrossim, o que distingue o capitalismo dos outros modos de produção é a produção do mais valor, que é obtido a partir da exploração da força de trabalho. O conceito de força de trabalho surge quando o possuidor de dinheiro se dá conta que existe uma mercadoria cujo valor de uso possui a virtude de ser fonte de valor de troca, de modo que consumi-la seria realizar trabalho e consequentemente criar valor. Para que essa força de trabalho possa ser adquirida o trabalhador tem que ser livre em um duplo sentido (GAUDEMAR, 1977).

Livre para vender a sua força de trabalho como a mercadoria que lhe pertence, e livre de todos os meios de produção. Portanto a liberdade possui uma conotação positiva quando passa a ideia de que o trabalhador é livre para

vender a mercadoria que lhe pertence (força de trabalho), e um lado negativo quando entende-se que o trabalhador não tem outra alternativa que não seja vender a sua força de trabalho para viver (GAUDEMAR, 1977).

Em suma, a força de trabalho é a mercadoria cuja virtude específica transforma dinheiro em Capital. “É o conjunto de faculdades psíquicas, físicas e intelectuais que existem no corpo de um homem, na sua personalidade viva, que ele tem de pôr em movimento para produzir coisas úteis” GAUDEMAR, 1977, p.189). Por ser “livre” o trabalhador necessita ser móvel, desse modo, a mobilidade da força de trabalho é assim apresentada “como a condição de exercício da sua liberdade de se deixar sujeitar ao capital, de se tornar a mercadoria cujo consumo criará o valor e assim produzirá o Capital” (GAUDEMAR, 1977, p. 190).

A mobilidade, representa então um falseamento da liberdade. Ela interfere na dinâmica que ocorre no espaço geográfico, pois o mesmo passa por transformações para possibilitar a materialização das condições de produção, como: instalações de equipamentos, fábricas, estradas, comércio, dentre outras, criadas para que se estabeleça o processo produtivo, o que implica na localização geográfica. Assim, campo e cidade são também resultantes das demandas da sociedade na qual está inserida e vão apresentar características que convenham a forma de organização (LIMA, 2019).

Portanto, o movimento do trabalhador não é consequência do seu desejo individual, mas sim das condições impostas pela forma como a sociedade está estruturada no capitalismo. Ir e vir não dependem unicamente do interesse do trabalhador, mas do que lhe é apresentado (LIMA, 2019).

Nessa perspectiva a mobilidade do trabalho não se configura apenas como um mero deslocamento de uma massa de trabalhadores a procura de trabalho, mas sim como parte da estratégia do capital de tornar o próprio trabalho móvel e assim modificá-lo. Dessa forma, a mobilidade não parte da vontade do trabalhador, mas do capital, visando atender as demandas de sua condição sociometabólica (SOUZA, FERNANDES, 2020).

Neste sentido, a análise da mobilidade da força de trabalho camponesa está para além da questão dicotômica entre campo e cidade, é parte do processo

de reordenamento das forças produtivas para assegurar a divisão territorial do trabalho (SOUZA, FERNANDES, 2020).

A relação capital/trabalho se revela como ampliação do trabalho assalariado e a subordinação cada vez mais acentuada das relações não capitalistas de produção. Posto isso, o campesinato, em sua trajetória de reprodução contraditória, vem lutando contra a hegemonia capitalista para assegurar seu modo de vida. Esses sujeitos históricos que são subordinados pelo Capital se tornam móveis dadas as condições que lhe são impostas para continuar existindo.

De tal modo, é crescente o número de camponeses que deixou o campo para morar ou trabalhar na cidade. Importante registrar que em Sergipe, (a exemplo de outros estados brasileiros), como ressalta Santos, o contingente de trabalhadores sem terra vai além dos que são considerados pelo IBGE.

Além daqueles que estão nas roças, nas condições observadas pelo IBGE/2017, outros tantos estão nas diversas formas de trabalho tradicionais e recém criadas, a maioria na informalidade, outros, nas frentes de luta dos movimentos, nas ocupações, ou ocupando empregos nas cidades enquanto não conseguem recursos para adquirir a própria terra e retornar ao campo (SANTOS, 2019, p. 247).

No caso desta pesquisa analisamos o processo de mobilidade de camponeses que não foram expropriados de suas terras e ainda permanecem trabalhando nelas, mas que por algum motivo foram morar na cidade.

Para elucidar os motivos que levaram a essa mobilidade perguntamos aos camponeses entrevistados do recorte da pesquisa o porquê decidiram morar na cidade mesmo tendo o trabalho no campo como fonte de renda:

Eu me mudei porque minha casa não era boa, e a gente tinha medo de invadirem a casa. Eu não tinha terreno e morava no sítio de meu pai, aí a gente não queria construir no terreno dos outros, como já tinha uma casa na cidade a gente foi morar lá. Não tentei procurar emprego na cidade por que tinha os filhos pequenos aí não dava certo, então continuei trabalhando no

sítio. (Entrevistada B, 39 anos, reside na cidade há 15 anos).

Fui morar na cidade porque pegava frete no mercadão na quarta e no sábado, eu ia de madrugada e fui roubado 4 vezes na estrada. Minha família ficava dizendo que não dava certo sair de madrugada e deixar a mulher sozinha em casa, então a gente resolveu comprar uma casa na cidade e foi morar **(Entrevistado C, 57 anos, reside na cidade há 18 anos).**

“Moro na cidade porque os terrenos são caros, a terra que eu trabalho é muito pequena, então comprei uma casa pra morar na cidade” **(Entrevistado D, 30 anos, reside na cidade há 6 anos).**

“Meu marido arrumou um emprego em um supermercado e foi morar lá. Aí quando me casei fomos morar na cidade. Mas eu nunca tentei procurar emprego na cidade por que não sei fazer outra coisa.” **(Entrevistada E, 33 anos, reside na cidade há 13 anos).**

“Eu morava na cidade e casei com meu marido que era do sítio. Ele tinha uma casa aqui então veio pra cá. Eu passei a trabalhar com ele no sítio. Não tentei procurar emprego, só trabalhava na quarta e no sábado em uma banca de roupas na feira, mas sai, porque ganhava pouco e a dona dava muita xinga.” **Entrevistada F, 33 anos, reside na cidade desde criança).**

“Porque meu marido trabalhava na cidade em uma renovadora de pneus e eu tinha medo de ficar no sítio, aí fomos morar na cidade.” **Entrevistada G, 41 anos, reside na cidade há 23 anos**

Fui morar na cidade por que vivia com medo no sítio, eu ficava sozinha alguns dias de noite por que meu marido ia trabalhar pegando frete no mercadão de madrugada. Como minha casa era velha eu tinha medo dos ladrões arrombar a casa, eles roubavam as galinhas. A gente não podia construir uma casa no terreno por que o terreno tem outros herdeiros, então resolvemos se mudar pra cidade. **(Entrevistada H, 51 anos, reside na cidade há 18 anos).**

Quando casei fui morar no sítio de meu cunhado, ele era solteiro e deu a casa pra gente morar. Mas depois ele arrumou uma namorada e queria casar, então a gente precisou sair. A gente tinha um chão na cidade, aí fizemos a casa e fomos morar na cidade. Meu marido também era pedreiro então na cidade podia arrumar mais serviço. (Entrevistada I, 55 anos, reside na cidade há 32 anos).

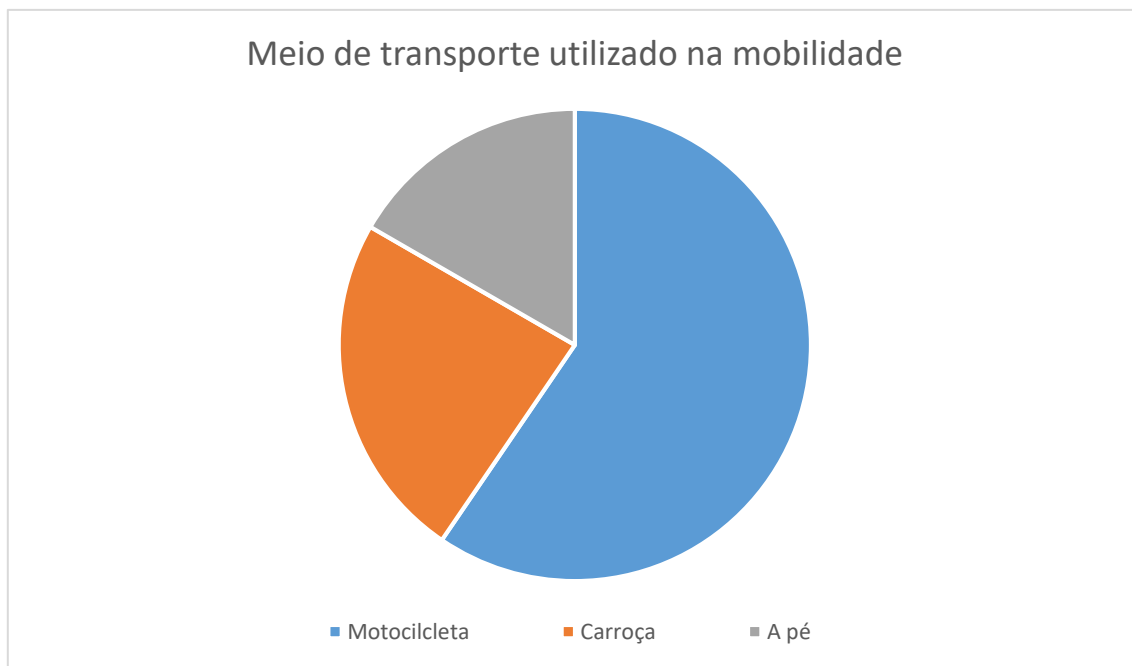
A partir das falas dos camponeses pode-se concluir que os motivos predominantes que levaram a ida para a cidade foram: A falta da propriedade da terra que impossibilitou a construção de uma casa mais segura, pois o terreno em que trabalham ou é pequeno e não sobra espaço para construir, ou possui outros herdeiros; e o trabalho acessório na cidade.

O trabalho acessório é uma das estratégias utilizadas pelo camponês, para conseguir resistir a diferentes pressões e agressões provenientes da territorialização ou da monopolização do capital no campo. Essa estratégia pode representar a permanência na terra que se dá através da realização de trabalho agrícola e/ou trabalho não agrícola fora da sua unidade de produção (NASCIMENTO, 2011).

A transformação do camponês em trabalhador assalariado possibilita o acesso a uma fonte de renda que suplementa o rendimento obtido com o trabalho na unidade de produção familiar, rendimento este que, segundo os relatos dos camponeses, é pouco e as vezes insuficiente. Desse modo, recorrem ao trabalho acessório para compensar os rendimentos negativos, o que explica a constância desse trabalho em muitas famílias (NASCIMENTO, 2011).

Dos camponeses entrevistados 80% afirmaram que vão trabalhar no campo todos os dias, e dependendo da quantidade de afazeres que tiverem para realizar, chegam por volta das 5:30 – 6:00 horas da manhã e retornam pra casa por volta das 5:00 da tarde. Os 20% que não vão todos os dias afirmaram que só plantam no inverno por causa da falta de água em suas propriedades, e nesse período afirmaram ir todos os dias. Os meios de transporte utilizados no ir e vir, são: moto e carroça, mas há também aqueles que vão a pé e pegam carona na estrada.

Gráfico 11 – Meios de transporte utilizados na mobilidade campo-cidade



Elaboração: COSTA, 2021.

A partir da análise dessa dinâmica, ficou constatado que o “ir” para a cidade se dá pelas condições que lhes são impostas, mas o “vir” representa a resistência. Assim, o campesinato se utiliza da própria estratégia do capital, a mobilidade, para continuar trabalhando em sua terra. A mobilidade torna-se, portanto, uma forma de resistência e de sujeição ao capital, formando uma unidade contraditória (SOUZA, FERNANDES, 2020).

A mobilidade do trabalho de camponeses não expropriados, não pode ser reduzida ao simples deslocamento de trabalhadores a procura de complementação de renda, ou uma forma de êxodo rural. Pois como afirma Sousa, Fernandes (2020) reduzir tal processo a esta questão, parte da lógica burguesa de negar a existência do campesinato e torná-lo invisível. Tais camponeses não estão apenas complementando a renda, estão resistindo ao intenso processo de expropriação no campo motivado pela sujeição da renda da terra e assegurando a sua permanência.

Compreende-se que a mobilidade do trabalho camponês é, sobretudo, uma estratégia de resistência, uma unidade dialética, na qual o camponês fica temporariamente a serviço do capital, move e vende sua força de trabalho, geralmente, para não deixar sua terra completamente, pois a classe camponesa,

essencialmente, almeja retornar para sua terra de trabalho (SOUZA, FERNANDES, 2020).

Contudo, podemos afirmar que o campo está sofrendo um processo de esvaziamento, ou seja, os índices de população rural estão diminuindo progressivamente. Mas não tem ocorrido um “desenraizamento” do camponês de sua base produtiva. Os camponeses apesar de terem a cidade como local de moradia, ou de possuírem outro trabalho não agrícola, nesse caso, não foram totalmente expropriados e mantêm vínculos com o campo, não só de trabalho, como também culturais.

4.3 – “Desenraizamento” ou esvaziamento do campo?

Segundo Marx e Engels (2015) a burguesia submeteu o campo ao domínio da cidade. Criou cidades, aumentou extraordinariamente a população urbana em relação a rural, e desse modo arrancou parte significativa da população da vida rural tornando dependente o campo da cidade com alterações profundas em suas relações. Cada vez mais a burguesia eliminou a dispersão dos meios de produção, da propriedade e da população. Aglomerou a população, centralizou os meios de produção e concentrou a propriedade em poucas mãos.

Esta separação entre a cidade e o campo, entre trabalho industrial e comercial de um lado e o trabalho agrícola de outro, ocorre por causa da divisão do trabalho que leva a oposição dos interesses entre as classes (MARX, ENGELS, 2015).

Lefebvre (2008) explica a cidade num movimento dialético como obra e como produto. Como obra em que o espaço é modelado, apropriado segundo suas exigências. Por outro lado, a indústria surgiu resultando em mudanças na estrutura da cidade tradicional. Com o fenômeno da implosão-explosão e da generalização da troca, “o solo tornou-se mercadoria, o espaço indispensável para a vida cotidiana, se vende e se compra. Tudo o que constitui a vitalidade da cidade como obra desapareceu frente à generalização do produto”. (Ibidem, p. 83).

A existência da cidade demanda ao mesmo tempo a necessidade da administração, da polícia, dos impostos, ou seja, de uma organização comunitária e, portanto, da política em geral. Foi então que surgiu pela primeira vez a divisão da população entre duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente sobre a divisão do trabalho e os instrumentos de produção (MARX, ENGELS, 2001).

A cidade constitui o espaço da concentração, seja da população, dos instrumentos de produção, do capital, do lazer e do consumo. Ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão. Segundo Marx e Engels (2001) a oposição entre a cidade e o campo só pode existir no âmbito da propriedade privada, pois é a partir da consolidação da propriedade privada que ocorre a subordinação do indivíduo e a divisão do trabalho a uma determinada atividade que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um indivíduo “um animal das cidades e do outro um animal dos campos, tanto um quanto o outro limitados, e faz renascer a cada dia a oposição de interesses entre as duas partes” (MARX, ENGELS, 2001, p.56).

Mas essa separação entre campo e cidade nem sempre esteve aparente. Como analisa Santos (2012, p. 49) para que se propagasse a ideia de separação foram criados valores em torno destes dois territórios. O campo, tornou-se o lugar do atraso, “e de um purismo arraigado à pecha de uma tradição com rótulos, sobretudo, para os seus habitantes e extremamente útil à manutenção das diversas desigualdades sociais e culturais”. Nesse sentido o campo devia ser superado pelo mito do progresso da cidade (SANTOS, 2012).

A divisão e oposição entre cidade e campo, indústria e agricultura, em suas formas modernas, representa o ponto máximo atingido do processo de divisão e especialização do trabalho que, embora não tivesse início com o capitalismo, foi desenvolvido dentro do capitalismo a um grau extraordinário e transformador (MARX, ENGELS, 2001). Essa divisão fundamental se manifesta sob outras formas, dentre elas a separação entre trabalho mental e trabalho braçal, entre administração e execução, entre política e vida social (MARX, ENGELS, 2001).

Portanto, sob o capitalismo cidade e campo passaram a ser definidos discursivamente, e também na prática, “como espaços aparentemente distintos e, em muitos casos, cruelmente separados de forma a garantir os territórios para o funcionamento do sistema capitalista” (SANTOS, 2012, p. 51). Esses espaços são, com efeito, resultado do movimento das relações sociais produtivo/reprodutivas e das classes que foram produzidas dialeticamente no interior do projeto de acumulação do Capital (LIMA, 2019).

O novo padrão de acumulação do capital pressupõe uma tendência expansiva das relações sociais e produtivas na zona urbana. Isso pressupõe cada vez mais a concentração espacial do capital e do trabalho nessa área para extrair vantagens lucrativas, a partir da exploração do trabalho assalariado que é predominante na cidade, como também manter o exército de reserva. Logo, o campo torna-se uma área de expulsão dos trabalhadores resultante do modelo produtivo atrelado à modernização da agricultura e à pecuarização. Enquanto que o urbano centraliza indústrias, serviços, comércio, e equipamentos coletivos direcionando os sujeitos “supérfluos” do campo para pressionar o aumento do valor do uso do solo, e para serem subordinados as mais perversas e aviltantes condições de precarização do trabalho (LIMA, 2012, p. 119).

O autor chama a atenção para o destaque e a ênfase atribuídos ao êxodo rural como forma de melhoria de vida na cidade, relacionando-o à tese do dualismo produzido pelo desenvolvimento do capitalismo, que mascara o processo de exploração da mais-valia e encobre o redirecionamento da divisão internacional do trabalho.

Para compreender a dualidade campo-cidade utilizamos a teoria do desenvolvimento geográfico desigual do capitalismo como uma ferramenta fundamental para a interpretação dos processos e relações analisados, e apreensão do movimento geral que está na base da modernização desigual e contraditória que caracteriza a sociedade brasileira (MARQUES, 2002). Partindo de uma análise historicista por meio da funcionalidade do capital e de seus espaços produzidos de modo que a cidade passa a representar crescimento econômico, desenvolvimento, progresso como relação polarizadora e de atração, enquanto que o campo passa a significar o atraso e a perda (LIMA, 2012).

Apesar da propagação da ideia que associa o campo ao atraso, contraditoriamente a industrialização brasileira ocorre a partir da exportação em larga escala, de gêneros agrícolas que subsidia os juros da dívida, fazendo com que as demandas de produção e produtividade sejam intensificadas, além de ter que atender as demandas da população nos centros urbanos (SOUZA, 2009). Assim, o campo deixa de ser visto como o “atrasado”, e o discurso passa a ser que é necessário “modernizá-lo” para atender as demandas do modelo produtivo. O campo passa a ser visto como um contínuo do processo de urbanização.

A presença do Estado torna-se fundamental para a criação das condições de “desenvolvimento” do campo criando projetos que visam oferecer crédito aos produtores (SOUZA, 2009). Por outro lado, fecham-se escolas do campo e deixam de agir no sentido de oferecer estradas melhores, segurança, atendimento médico, iluminação e abastecimento de água, que são as principais reivindicações da população do campo. Com isso a cidade passa a ser caracterizada como tudo aquilo que o campo não possui: saneamento básico, vias públicas calçadas e asfaltadas, escolas, farmácias e comércio em geral.

Com isso cria-se um contraste entre o campo e a cidade que reforça e incentiva a ida da população do campo para a cidade, ainda que sua fonte de renda seja o campo. Ao entrevistar os camponeses que residem na cidade perguntamos se eles gostam de morar na cidade e se sentem falta de alguma coisa. Dentre os entrevistados, apenas 2 (dois) afirmaram não gostar de residir na cidade:

“Gosto, mas só pra dormir, porque não tenho medo. Mas pelo dia gosto mesmo de vir pro sítio, se não vier um dia já fico doente.” (Entrevistada B, 39 anos).

“Não gosto por que a cidade só é bom pra quem vive subindo e descendo e eu só gosto de ficar em casa. Já pensei em voltar pro sítio, mas hoje a mulher não volta mais” (Entrevistado C, 57 anos).

“Não, por que trabalho no sítio.” (Entrevistado D, 30 anos).

“Hoje gosto, mas no começo não gostava. Sentia falta do sítio. Hoje eu gosto porque tem mais facilidade. Hoje não sinto mais falta de nada, me mudei para uma casa maior, agora tenho mais espaço. Eu gosto porque tudo é mais fácil, as coisas são mais perto, pra ir pro médico, pra igreja, pra comprar alguma coisa quando precisa.” **Entrevistada E, 33 anos.**

“Sim, porque tem mais segurança, tem muitos vizinhos, mas sinto falta de sossego.” **(Entrevistada F, 34 anos).**

“Gosto por que tudo é mais fácil, é mais perto” **(Entrevistada G, 41 anos).**

“Gosto, tem mais tranquilidade a noite, no sítio não tem casas” **(Entrevistada H 51 anos).**

Gosto, por que tem mais facilidade. Pra ir pra feira, pra um médico, e supermercado” **(Entrevistada I, 55 anos).**

Nota-se que a maioria dos entrevistados afirmou gostar de morar na cidade, pelo fato de estar mais próximo de locais como supermercados, feira, clínicas médicas e espaços de lazer, como também por se sentirem mais “seguros” a noite; não para poder sair na rua, mas, para dormirem sem medo de terem suas casas arrombadas ou invadidas, fato que já aconteceu e ainda acontece com muitos camponeses que residem no campo, dada a dispersão das casas e o esvaziamento do campo que os deixam mais susceptível ao crescimento da violência.

Observa-se também que os camponeses afirmaram sentir falta de “sossego” na cidade. Na fala do Entrevistado C, ele afirma que “a cidade só é bom pra quem vive subindo e descendo”, isso representa o movimento diário das pessoas no comércio, ou em espaços de lazer, tais como restaurantes, shoppings etc, que faz parte do cotidiano da vida urbana da qual o campesinato não faz parte.

É evidente que existem ideias conflitantes sobre a cidade e o campo. A medida que um representa o “sossego” o outro logicamente é representado pelo barulho, pela aglomeração. Mas todos afirmam que a cidade oferece mais “praticidade”, por dispor de tudo a poucos metros de distância. Tais

representações se dão em decorrência da diversidade de experiências vivenciadas por cada grupo ou classe social em contextos sócio espaciais e históricos distintos (WILLIAMS, 1990). Esses contrastes serão sempre reforçados pois essa divisão contribui para a alienação da classe trabalhadora, e para a divisão social do trabalho. Essas divisões servem para fragmentar os trabalhadores, que se diferenciam de acordo com o tipo de trabalho que realizam.

Williams (1990) afirma que o capitalismo, enquanto modo de produção é o processo básico por trás da maior parte da história do campo e da cidade que conhecemos. Ao longo de séculos, seus impulsos econômicos abstratos, suas prioridades fundamentais no campo das relações sociais, seus critérios de crescimento, lucro e prejuízo vêm alterando nosso campo e criando os tipos de cidades que conhecemos.

A partir desses pressupostos, o capital se utiliza de todos os discursos para conseguir extrair lucro em ambos os espaços. Não se trata de um domínio da cidade sobre o campo. Em alguns momentos, é o campo que é valorizado, sob a perspectiva da especulação, fato que pode ser observado atualmente, onde tem se vendido o campo como lugar de refúgio e para onde se incentiva a ida de habitantes da cidade. Cria-se hoje o mito de que a vida no campo é melhor, mais saudável e, nisso é incentivada a construção de condomínios e imóveis em áreas rurais, ou apenas casas de veraneio e chácaras para passar os fins de semana. Contudo, campo e cidade formam uma unidade dialética, são espaços necessários para a acumulação do capital e se inserem na divisão do trabalho. Em diferentes momentos valoriza-se um em detrimento de outro, no entanto, não existe oposição porque ambos estão no mesmo processo e neles se reproduz a propriedade privada (LIMA, 2012).

A separação de um em detrimento do outro é intermediada pelo trabalho num forte descompasso entre as forças produtivas sociais e as relações de produção, entre os espaços de vida material e a consciência.

Diante da perda das condições materiais de existência como a garantia da lógica da economia camponesa, a força da ideologia do urbano entra no

espaço rural através dos meios de comunicação impondo os valores da urbanidade como parte do processo de modernização (LIMA, 2012).

Enquanto a ruralidade tem se caracterizado tradicionalmente pela predominância de relações pessoais e de forte inscrição local, a urbanidade, ao contrário, é marcada pela alienação, separação, exterioridade e abstração. Na urbanidade, a lógica de mercado tende a englobar todas as esferas sociais, mediando a relação entre as pessoas e entre elas e a materialidade, fundando o sentido de universalidade a partir da abstração da forma mercadoria. (MARQUES, 2002, p.172)

A cidade passou a não apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também a transformá-la e a ela agregar valor, de modo que o campo passou a depender das ferramentas e implementos aos bens de consumo básicos e alimentos. A indústria impõe à cidade sua lógica centrada na produção transformando o valor de uso coletivo em valor de troca (LIMA, 2019).

Campo e cidade enquanto unidade dialética se inscrevem no movimento de territorialização e monopolização do capital, tornando-se espaços de acumulação no processo de divisão do trabalho. Em diferentes momentos valoriza-se um em detrimento de outro. No entanto, o que se nota são formas mais sutis de apropriação dos espaços pelo capital para sua produção e reprodução, a cada nova reestruturação (LIMA, 2019).

A eliminação dessa oposição entre a cidade e o campo é uma das primeiras condições para viver em comunidade, e essa condição depende por sua vez de um conjunto de condições materiais prévias, que a simples vontade não é suficiente para concretizar (MARX, ENGELS, 2001).

No início dessa dissertação discutimos sobre o papel do capitalismo ao “desenraizar” as pessoas. Ou seja, expropriar os camponeses de sua terra, destruir as relações não capitalistas de produção e torná-los sujeitos livres para vender a única coisa que lhe pertenciam, a sua força de trabalho. Ao longo da nossa pesquisa mostramos como o campesinato tem resistido às investidas do Capital e se recria mesmo sendo subordinado, numa relação contraditória. O

campo mesmo sofrendo um processo de esvaziamento continua sendo o espaço de realização do trabalho de muitas famílias.

Lênin via a migração para a cidade como impulsionadora da desintegração do campesinato. Porém o que tem se constatado é que o campesinato não se desintegrou e continuará a se reproduzir, seja vivendo em ambientes urbanos ou rurais. Observa-se que valores e tradições do modo de vida camponês são reinterpretados e recriados no contexto urbano, tais como o princípio da solidariedade camponesa refletindo-se, de diferentes formas, nas práticas e estratégias por eles adotadas em seu dia-a-dia.

No campo, terra e trabalho não se separam. Dialeticamente, a terra é para o trabalho e vice versa, tem um sentido humano (SOUZA, CONCEIÇÃO, 2010). Como fica explícito na fala a seguir de uma camponesa, ao ser perguntada se pretende ir morar na cidade:

Sim, quando eu me aposentar. Porque eu quero ter uma vida mais descansada, se eu ficar no sítio não consigo parar de trabalhar, não vou conseguir ver a chuva caindo e eu não ir plantar nada. Mas se eu tiver com saúde mesmo morando na cidade quero vir plantar umas carreirinhas de feijão pra comer, posso até plantar alguma coisa pra vender, mas vai ser mais pouco. (Entrevistada A, 49 anos).

Ela afirma querer ir morar na cidade quando se aposentar pois se continuar no campo não irá conseguir parar de trabalhar, ou seja, terra e trabalho não se dissociam. A aposentadoria entra como uma garantia de que não precisará se preocupar com dinheiro ao fim do mês, e com isso não precisa se submeter a níveis cada vez maiores de auto exploração do trabalho causado pela extração de sua renda pelo Capital. Porém mesmo se estiver residindo na cidade pretende continuar plantando alimentos para o consumo próprio, ou até vender algum excedente, e é nisso que reside a essência do trabalho camponês, como atividade vital para continuar existindo e produzindo diretamente seus meios de vida (MARTINS, 2002)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A natureza do sistema capitalista é o capital subordinar a seu interesse todo seguimento produtivo. Em seu ímpeto por acumular, o capitalista se apropria do trabalho não pago dando origem a produção de mais-valor. Segundo Marx (2019), ela se estabelece de duas formas: na produção de mais-valor absoluto e relativo. Ambas fundam a exploração do trabalho que é concretizado no excedente de valor. A distinção entre as duas está no fato de a primeira se estabelecer com o prolongamento da jornada do trabalho e a segunda corresponder à redução do tempo de trabalho necessário à produção com base de investimento em capital constante, como exemplo as modificações das técnicas empregadas no processo de produção.

Para se apropriar de todos os espaços o fetiche desempenhado pela mercadoria possui um importante papel. Pois é a mercadoria que abre os caminhos à espacialização do capital. Para Marx o mundo capitalista configura-se em uma “imensa acumulação de mercadorias”. Essas mercadorias são objetos que satisfazem necessidades humanas, “seja qual for a natureza e a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia” (MARX, 2019, p. 57).

No campo, entre os produtores camponeses, é a necessidade de mercadorias para garantir a sobrevivência familiar que impulsiona o campesinato a integrar-se ao mercado, o que acarreta na monopolização do território. O campesinato entra num ciclo de ter que plantar para consumir, ainda que seja somente o essencial. E com a desvalorização de seus produtos e valorização dos produtos industrializados que consomem, a necessidade do dinheiro intensifica-se, acarretando transformações na unidade familiar de produção.

Dentre essas transformações é possível notar um aumento do tempo de trabalho realizado pelo camponês, que precisa trabalhar mais do que gostaria, e até do que a sua capacidade física permite, acarretando em problemas de saúde. Intensifica-se o uso de insumos e agrotóxicos com o objetivo de aumentar a produtividade do trabalho, e como possuem pouca terra, o solo é usado

exaustivamente, diminuindo assim a qualidade e a quantidade dos cultivos produzidos. Essa inclusive é uma das principais preocupações dos camponeses, “plantar e não ter o que vender”, pois se não tiverem o que vender não terão dinheiro para arcar com os custos de uma nova produção e nem para satisfazer suas necessidades básicas.

Além disso, a especulação e a valorização dos preços das terras têm dificultado o campesinato em adquirir novas terras para outros membros da família, ou até mesmo para aumentar sua produção. Esses fatores têm influenciado na ida dos filhos de camponeses para o trabalho na cidade. Ou até mesmo de outros membros da família, seja a esposa ou marido, que buscam outros meios para complementar a renda, seja vendendo na feira, pegando frete no mercadão, fazendo faxina, ou até mesmo em um trabalho assalariado. Logo, a cidade tem se tornado o local de moradia desses camponeses, pois com o esvaziamento do campo segundo os seus relatos, se torna perigoso para quem fica em casa esperando o retorno dos demais.

Esta dissertação propôs analisar a mobilidade do trabalho camponês no município de Itabaiana/SE, tendo como recorte espacial os povoados Pé do Veado e Flexas. Como a realidade não é estática, e a sociedade está em constante movimento transformando as relações no tempo/espço, não podemos apresentar conclusões mas algumas considerações, tendo presente as singularidades encontradas no referido recorte e de igual forma, a análise do fenômeno estudado em sua totalidade, na qual se insere a pesquisa.

A partir das entrevistas realizadas, compreendemos que os fatores que motivam os camponeses a deixar o campo e ter a cidade como local de moradia/trabalho são diversos, pois o campesinato é uma classe repleta de diferenciações. Mas destacam-se a desvalorização da produção camponesa, a exiguidade da propriedade que implica na necessidade de se buscar o trabalho acessório na cidade, seja dos filhos ou de qualquer outro membro da família; e a crescente dificuldade de acesso à terra, pois a maioria dos camponeses entrevistados relataram que trabalham nas terras que são fruto de herança, ou que foram emprestadas em regime de comodato.

A busca por um trabalho acessório se dá sobretudo pelo processo de sujeição da renda da terra ao Capital. Trata-se de uma estratégia de reprodução e isso não pode ser usado como motivo para descaracterizá-lo como camponês. Isto porque na essência o que eles querem é somente sobreviver. Esse trabalho acessório nasce da necessidade do camponês buscar uma renda capaz de mantê-lo na terra. Renda essa que em muitos casos existe também para dar suporte a toda família, e isso pôde ser constatado na fala dos entrevistados. A terra para esses sujeitos representa a possibilidade de garantia de sustento, onde se materializa a vida, a terra para eles não é mera mercadoria. Tanto que muitos camponeses aposentados que residem na cidade ainda retornam para seus sítios para plantar e cultivar seus produtos para consumo próprio e vender algum excedente.

Como bem analisa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012), a renda na unidade produtiva camponesa é uma abstração teórica, pois se a renda é calculada a partir dos custos de produção, realização de taxa de lucro médio mais o lucro suplementar, essas são categorias econômicas que inexistem para os produtores camponeses. Pois a maioria destes não calcula quanto gastam em sua produção e nem quanto ganharam após a comercialização dos produtos.

Para os camponeses, é a lógica da reprodução da vida o que determina a produção. Estarem vivos e trabalhando na terra é a única materialização de que tiveram “lucro” na safra anterior. Se o dinheiro que conseguem dá para pagar a energia, os gastos na produção, sobrar para comprar os valores de uso que assumem a forma mercadoria, e poder fazer uma nova plantação, eles conseguem se manter na terra. Mas quando isso não é possível, eles buscam um trabalho acessório como alternativa.

Logo, é difícil estabelecer com exatidão a taxa de renda diferencial de uma unidade camponesa. Porém a renda absoluta existe, pelo simples fato de ter a propriedade privada de uma parcela de terra. Somente através da existência da propriedade da terra, com o direito do proprietário receber renda por esta, é que podemos falar em sujeição da renda da terra camponesa, mas não renda no sentido restrito de um estabelecimento capitalista, haja vista que não é possível definir o que é lucro suplementar ou lucro médio em uma unidade de produção camponesa (OLIVEIRA JÚNIOR, 2012).

Contudo, a alta no preço das terras supõe que é possível auferir renda e lucro nessas propriedades. Isso é o que tem atraído os capitalistas que buscam comprar terras somente para especular, e valorizam suas propriedades sem nada produzir. Essa valorização no preço das terras dificulta o campesinato que quer adquirir terra para produzir e continuar existindo. Ao questionar os camponeses com a pergunta “por que você decidiu morar na cidade se continua trabalhando no campo?” Inicialmente 90% deles afirmaram que foram com medo dos ladrões invadirem suas casas. Então surge outro questionamento. Mas também não é perigoso ir e vir todos os dias e ser assaltado no caminho? Logo era melhor construir uma casa mais segura e permanecer aqui. Aí é que conseguimos entender o real motivo, pois eles não construíram uma casa mais segura porque a propriedade da terra não era só deles, isto é, em sua maioria é fruto de herança que ainda não foi dividida, ou a terra foi doada, ou emprestada em regime de comodato. Esses dados revelam que o campesinato se reproduz em terras que são passadas de geração para geração e que eles não têm conseguido adquirir mais terras, e quando conseguem, o tamanho delas é muito reduzido.

Desse modo é crescente o número de camponeses que arrendam terras de outros camponeses para conseguir aumentar sua produção, e logicamente, conseguir permanecer no campo. Isso reflete a minifundização ou fracionamento da terra camponesa. Como aponta Santos (2019) ao colocar como questão central a intensa fragmentação da terra no campo sergipano, fica evidenciado como esse aspecto é fundamental no processo de mobilidade do trabalho que envolve o campesinato. Logo, sem terra suficiente e com a produção subordinada aos mecanismos de extração de lucro, atrelada à disseminação do discurso de um campo que necessita ‘modernizar-se’, e que a cidade oferece melhores condições de vida, o camponês se encontra entre um intenso ir e vir entre a cidade e o campo.

Constatamos que a ida para a cidade não se deu por livre vontade, mas sim por condições que lhes foram impostas. Porém a volta para o trabalho no campo representa uma resistência em permanecer na terra. O camponês tem se utilizado da estratégia do Capital, a mobilidade, para retornar para a terra ou para não sair definitivamente dela. E ele retorna não apenas pelo fato de não ter

encontrado emprego na cidade, fato que em suas falas relatam não saber fazer outra coisa e que gostam de trabalhar na terra apesar de todas as dificuldades. Dentre os motivos de gostar de trabalhar no campo está o fato de não possuir patrão, e de ver a materialização do seu trabalho em forma de alimento para o consumo e conseguir vender o excedente.

Importante lembrar que o recorte analisado faz parte de um processo geral analisando pelo princípio da totalidade das relações. Por isso, na mobilidade dos camponeses perpassa o processo de sujeição da renda da terra que se dá pelos mais variados mecanismos, seja pela especulação das terras, no caso em estudo, relacionada ao setor imobiliário, seja pela monopolização da produção. Podemos afirmar que não há um destino predefinido para o campesinato, pois esses sujeitos são delineados a partir das contradições presentes no processo histórico.

Falar de camponês no modo de produção capitalista é falar de um sujeito que resiste, apesar de estar inserido no sistema. Porque seu modo de vida não é central neste sistema, e ao mesmo tempo, são criadas estratégias para possibilitar a produção e reprodução do capital, mas também de sua (re)existência. A busca pela sobrevivência diária que inclui o trabalho na terra é a condição para continuar existindo, não obstante o crescente desafio que se interpõe para tal.

O campesinato é um modo de vida singular, mas é também uma classe, por conseguinte, a luta não pode ser isolada. Aparentemente a questão da escassez de terra não é central em Itabaiana. Entretanto, a pesquisa mostrou que a falta de condições para ter acesso a esse bem é essencial no processo que configura a mobilidade do trabalho, por isso a luta por terra e por reforma agrária deve interessar a todos. Esse desafio é amplificado no bojo das estratégias engendradas após o golpe que depôs em 2016, a presidente eleita Dilma Rousseff. O processo de desmonte das políticas públicas e de desregulamentação de diversas leis que atingem o mundo do trabalho, teve início com o golpe e segue assumindo dimensões gravíssimas em todos os aspectos da vida, atingindo de morte, a natureza e a maior parte da sociedade brasileira, suas relações de produção e de trabalho profundamente precarizadas nos mais diversos setores. Portanto, ao campo e aos seus sujeitos também

impõem-se desafios ainda maiores para resistirem e continuar seguindo na luta cotidiana para garantir a sua reprodução em patamares que respeitem a dignidade humana.

REFERÊNCIAS

ANDAKU, Cesar Augusto. BUENO, Fabio Marvulle. Capital Fictício em duas interpretações do capitalismo contemporâneo. 6º COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX E ENGELS. Unicamp: Campinas. 3-6 novembro 2009. Disponível em: < [Marx e o Capital Fictício \(marxismo21.org\)](http://marxismo21.org)> Acesso em 01 de jul. 2021.

ANDERSON, Perry. **Passagens da Antiguidade ao Feudalismo**. São Paulo: Brasiliense, 2007. p. 143-191

ANTUNES, Ricardo. Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2003.

ARAÚJO, José Danilo Santos Cavalcanti de. **A mobilidade do capital como marca da acumulação capitalista na mineração**. Dissertação (Mestrado em Geografia) – São Cristóvão, SE, 2018. 270 f.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. A questão camponesa na teoria Marxista clássica. P 65-73. In: CHEVITARESE, André Leonardo. O campesinato na História. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ARNE JANSSEN, Paul C.J. van Rijn: 'Pesticides do not significantly reduce arthropod pest densities in the presence of natural enemies,' in *Ecology Letters*. Disponível em:< <https://doi.org/10.1111/ele.13819>> Acesso em: 20 de jun. 2021.

BORGES, Fragmon Carlos. Origens Históricas da Propriedade da Terra – 1958. p.259-293. In: STEDILE, João Pedro (org). **A Questão agrária no Brasil**: O debate tradicional 1500-1960. 2 ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2011.

BOTELHO, Maurilio Lima. **Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária**. Espaço e Economia [Online], 8 2016. Disponível em: < <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/2273>> Acesso em: 01 de jun. 2021.

BRASIL. **LEI Nº 11.326, DE 24 DE JULHO DE 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em<[DECRETO Nº 3 \(camara.leg.br\)](http://camara.leg.br)> Acesso em mai. 2021.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Do Estado patrimonial ao Estado gerencial. In In PINHEIRO, Wilhelm e SACHS, Ignacy (orgs.), **Brasil: Um Século de Transformações**. São Paulo: Cia. das Letras, 2001: 222-259. Disponível em <http://www.bresserpereira.org.br/papers/2000/00-73estadopatrimonial-gerencial.pdf> acesso em 01-10-2018 545, 2011.

_____. O conceito histórico de desenvolvimento. **Texto para discussão**, n. 157. São Paulo, FGV, 2006. Disponível em <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/1973/TD157.pdf?sequence=1&isAllowed=y> acesso em 01-10-2018.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. A territorialização do agronegócio no Brasil. p. 101-132. In: CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **A face feminina da pobreza em meio a riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de cruz alta/RS**. 1 ed. Buenos Aires: Clacso, 2011. 208p.

CAMPOS, Christiane; CASTILHOS, Clarisse; CAMPOS, Rosana. Estado mínimo para que e para quem? In CONCEIÇÃO, Alexandrina e SANTOS, Fabrícia (org.). **A natureza imperialista do capital e a falácia do fim da crise**. São Cristóvão, UFS, 2015.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANI, Paulo. O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização. Porto Alegre: **Ensaio FEE**, nº 1, vol. 20, p. 284-304, 1999.

CARCANHOLO, Reinaldo A.; SABADINI, Mauricio de S. Capital fictício e lucros fictícios. Rio de Janeiro: **REVISTA Soc. Bras. Economia Política**, nº 24, p. 41-65, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 5. Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

CARVALHO, Vladimir Souza. **Santas almas de Itabaiana Grande**. Itabaiana: edições "o serrano" 1973. Disponível em: <www.guiadeitabaiana.com.br/artigos>. Acesso em: 20 de fev. 2020.

CARVALHO, Diana Mendonça de. **Comercialização de hortifrutigranjeiros em Itabaiana/SE**. São Cristóvão, 2010, 229 f. Dissertação - Mestrado em Geografia. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/5619>> Acesso em: 15 de fev. 2020.

CHAVES, Marília Faria; SOUZA, Joelma Miranda Coutinho de. A visão em paralaxe sobre a renda fundiária. p 52-69. In: SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz; MENEZES, Sócrates Oliveira (org). **Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **A Questão Camponesa: o olhar sob o signo dialético**. 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 1991.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. **Estado, Capital, Trabalho e a farsa da expansão do agronegócio**. Geografia Meridiano, n. 2, 2013. Disponível em <<http://www.revistameridiano.org/n2/05>> acesso em 20 de Dez. 2020.

_____. **Jovens Andarilhos no Curto Ciclo do Capital**. OKARA: Geografia em Debate. v.1 n.1 p 77-100, 2007. Disponível em<<https://periodicos.ufpb.br/index.php/okara/article/view/1247>> acesso em 10 de Dez. 2020.

COSTA, Juliana Lima da. Trabalho de Campo. 2021.

DELGADO, Guilherme C. A Questão Agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005. p. 51-90. Disponível em:

<http://www.ipea.gov.br/porta/index.php?option=com_content&view=article&id=5491>. Acesso em: 10 de jan. 2020.

_____. **Capital Financeiro e Agricultura no Brasil**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 1985..

DOURADO, José Aparecido Lima. Reflexões paradigmáticas sobre a questão agrária no brasil: dissídios e consensos. **CAMPO-TERRITÓRIO**: revista de geografia agrária, v. 5, n. 9, p. 33-50, fev. 2010. Disponível em:< [reflexões paradigmáticas sobre a questão agrária no brasil: dissídios e consensos / paradigmatics reflections on the agrarian question: dissonants and consensus \(globethics.net\)](http://reflexõesparadigmaticas.sobre.a.questão.agrária.no.brasil:dissídios.e.consenso/globethics.net)> Acesso em: 10 de fev. 2021.

EMDAGRO. **Informações Básicas Municipais**. Município de Itabaiana. 2008 disponível em: <<https://www.emdagro.se.gov.br/>> Acesso em: 20 de Mar.2020.

FORMAN, S. **Camponeses**: sua participação no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. Bibliografia. 309 p. ISBN: 978-85-7982-002-1.Disponível em:< [SciELO Books | Camponeses: sua participação no Brasil](http://SciELOBooks/Camponeses:sua.participação.no.Brasil)> Acesso em abril 2021.

GAUDEMAR, Jean Paul. Mobilidade do Trabalho e Acumulação do Capital. ,Trad. Maria do Rosário Quintela. Lisboa: editora Estampa, 1977.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GORENDER, Jacob. Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo Brasileiro. p. 19-53. *In*: STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: o debate na década de 1990. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013, 384 p.

_____. Regime territorial no Brasil escravista. p. 177-216. *In*: STEDILE, João Pedro (org). **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Formação da pequena propriedade: intrusos e posseiros p. 45-56. *In*: WELCH, Clifford Andrew. **Camponeses brasileiros**: Leituras e interpretações clássicas, v.1. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005, 252 p.

_____. **Os limites do Capital**. Boitempo editorial, 2015. Disponível em:< [Os Limites Do Capital – eBookClub](http://OsLimitesDoCapital-eBookClub)> Acesso em: 20 jun. 2021.

IBGE- Censo Demográfico. Disponível em <<https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1288#resultado>> Acesso em 12 de mar. 2020.

KAUTSKY, Karl. **A questão agrária**. 3 ed. São Paulo: Proposta Editorial, 1980.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. (Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio). Rio de Janeiro: paz e terra, 2010.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). 2006

_____. **Espaço e Política**. Tradução Margarida Maria de Andrade e Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: contexto, 2001.

LENCIONI, Sandra. Acumulação primitiva: um processo atuante na sociedade contemporânea, **Confins** [Online], n. 4 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/confins/7424>> Acesso em mai. 2020.

LIMA, Eliany Dionizio. **Campo-cidade**: unidade dialética na relação desigual da lógica do capital. 2019. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2019. 280 f.

LIMA, José Renato de. **Do torrão da vida à marcha forçada rumo ao apito das gaiolas de pedra**: mobilidade do trabalho e a dialética campo-cidade no município de Ribeirópolis/SE. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012. 282 f.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 11, nº. 12 pp. 57-67 Jan.-jun./2008. Disponível em: < Microsoft Word - 9_Marques_12.doc (unesp.br) > Acesso em 01 de jul. 2021.

_____. Entre o campo e a cidade: formação e reprodução social da classe trabalhadora brasileira. **Agrária**. São Paulo, Nº 5, p.170-185, 2006. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/agraria/article/view/111> > acesso em: 10 de fev. 2020.

_____. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**. São Paulo, ano 18. N. 19. P. 95-112, jul/dez de 2002. Disponível em:< [MARTA.pdf \(unesp.br\)](#)> Acesso em 30 Jun. 2021.

MARTINS, José de Souza. **A sociedade Vista do Abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza, e classes sociais. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

_____. **O cativo da terra**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004, 157, p.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARX, Karl. **O capital**: Crítica da Economia Política, O processo de produção do Capital. Livro 1, vol. 2. Trad. Reginaldo Sant'anna. 33º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

_____. **O capital**: Crítica da Economia Política, O processo de produção do Capital. Livro 1, vol. 1. Trad. Reginaldo Sant'anna. 36º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

MOREIRA, Ruy. A relação campo-cidade e os eixos nada ocultos da produção e organização do espaço brasileiro cap. 8. P 143-155. In: MOREIRA, Ruy. **A formação espacial brasileira**. Contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: consequência, 2014, 2ª ed. 320p.

MOURA, Margarida Maria. **Camponeses**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva. LOCATEL, Celso Donizete. A reprodução social campesina no município de Itabaiana/SE. **Revista Geográfica de América Central**. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 p. 1-12 disponível em <<https://www.revistas.una.ac.cr/index.php/geografica/article/view/2435>> Acesso em: 10 de março, 2020.

NASCIMENTO, Adelli Carla Silva. **Exploração do trabalho camponês: Reestruturação produtiva do capital e trabalho não-agrícola no município de Itabaiana – SE**. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2011, 132 f.

NUNES, Maria Thetis. A Ocupação Territorial da Vila de Itabaiana: a disputa entre lavradores e criadores. In: **SIMPÓSIO NACIONAL DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DE HISTÓRIA – ANPUH**. Aracaju, setembro 1976. Disponível em: <www.anais.anpuh.org/ANPUH.S08.19.pdf> acesso em: 19 de jun. 2021.

_____. **Sergipe Provincial I**. 2 ed. São Cristóvão: Editora da UFS, Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184 p.

_____. **Transformações territoriais recentes no campo brasileiro**. Prova para provimento de Professor Titular. Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo, 1998.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. Boitempo editorial, São Paulo, 2003.

_____. **Elegia para uma re(li)gião**. 6ª edição. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1981.

OLIVEIRA JUNIOR, Manoel Pedro de. **A sujeição da renda da terra camponesa**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012. 273p.

PAULINO, Eliane Tomiasi; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Terra e território: A questão camponesa no capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 1 ed. 112p.

_____. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000. Disponível em: <www.uel.br/laboratorios/latec/arquivos/artigos_eliane/27_fundamentos_teoricos_para_o_entendimento_da_questao_agraria.pdf> Acesso em: 13 de abr. 2021.

PITTA, Fábio Teixeira; MENDONÇA, Maria Luisa Rocha Ferreira de. O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil. **Mural Internacional** V. 5, N. 1. jan-jun 2014. DOI 10.12957/rmi.2014.11304. Disponível em:<[Rede Social de](#)

[Justiça e Direitos Humanos - O capital financeiro e a especulação com terras no Brasil](#)> Acesso em mar. 2021.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil**. 31. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

RIBEIRO, Bruno Andrade. **A condição camponesa sob o espectro da informalidade**. 2020. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020. 175 f.

RIBEIRO JÚNIOR, José Arnaldo dos Santos. Acumulação primitiva, capital fictício e acumulação por espoliação: Introdução a uma leitura geográfica da economia capitalista contemporânea. **Rev. Tamoios**, São Gonçalo (RJ), ano 10, n. 1, págs. 55-66, jan/jun. 2014. Disponível em: < [acumulação primitiva, capital fictício e acumulação por espoliação: introdução a uma leitura geográfica da economia capitalista contemporânea | ribeiro junior | revista tamoios \(uerj.br\)](#) > Acesso em 05 de maio 2021.

SANTOS, Fabrícia de Oliveira. **A “Revista Agrícola, órgão da sociedade sergipana de agricultura” e a estratégia da produção e organização do campo em Sergipe, 1905-1908**: "Por em Commum as 'Luzes' e experiências". 2012. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2012. 414p.

_____. Das minas de prata à vocação agrícola: rastros sobre a formação territorial de Itabaiana, Sergipe (séculos XVII-XIX). **Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT**. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG 08 a 11 de outubro de 2014. ISBN: 978-85-62707-62-9.

SANTOS, Josefa de Lisboa. Estrutura fundiária de Sergipe: o fracionamento da unidade de produção familiar camponesa. p. 218-250. In: SANTOS, Josefa de Lisboa; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; SANTOS, Laiany Rone Souza (org.). **Ajuste espacial do capital no campo**: questões conceituais e r-existências. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2019. Coleção Universitária. 320 p.

SHANIN, Teodor. A definição do Camponês: conceituações e desconceituações, o Velho e o Novo em uma Discussão Marxista. **REVISTA NERA**. Ano 8, n. 7 – julho/dezembro 2005. ISSN 1806-6755 Disponível em:< [Microsoft Word - 6. Teodor Shanin.doc \(unesp.br\)](#) > Acesso em mai. 2021.

_____. Lições camponesas. In: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, José Edmilson. **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SILVA José Danilo Santana. **A trama faustiana do capital financeiro na captura da unidade de produção familiar**. 2014. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe– São Cristóvão, 2014. 115 f.

SOUZA, Raimunda Áurea Dias de. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. O camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social. **Revista Pegada**. vol. 11 n.1. Junho 2010. Disponível em:< [o camponês e o trabalho: analisando a importância do excedente social | sousa | pegada - a revista da geografia do trabalho \(unesp.br\)](#) > Acesso em Jul. 2021.

SOUZA, Dayse Maria; FERNANDES Gislane Barbosa. A ampliação da força de trabalho “supérflua” e a intensificação da mobilidade do trabalho no campo e na cidade. p. 71-82. In: SOUZA, Suzane Tosta; SANTOS, Jânio Roberto Diniz; MENEZES, Sócrates Oliveira (org). **Trabalho, mobilidade e produção do espaço na relação campo-cidade**. Vitória da Conquista: Edições Uesb, 2020.

SOUZA, Dayse Maria. **Do chão da terra ao chão da fábrica**: as formas contraditórias da apropriação do capital no espaço agrário. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão. 2011.

SOUZA, Suzane Tosta. CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Avanço do Capital e a barbárie societal no campo brasileiro. **Geopauta**. Volume 3, nº. 3, 2019. ISSN: 2594-5033. Disponível em < <http://periodicos2.uesb.br/index.php/geo>> Acesso em 01 de fev. 2020.

SOUZA, Suzane Tosta. As investidas do capital no campo através das ideologias do “desenvolvimento” e da “modernização”. **Para onde!?** Revista do Programa de Pós Graduação em Geografia UFRGS. V. 3. N. 1. 2009. Disponível em:<[As Investidas Do Capital No Campo Através Das Ideologias Do “Desenvolvimento” E Da “Modernização” | Souza | Para Onde!?](http://www.ufrgs.br/revista/para-onde) (ufrgs.br)> Acesso em 20 de jun. 2021.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**, Florianópolis v. 23, n. 1, p. 7-69, mai.2005. Disponível em: < <https://cadernosgeograficos.ufsc.br/files/2016/02/Cadernos-Geogr%C3%A1ficos-UFSC-N%C2%BA-12-Notas-sobre-a-Epistemologia-da-Geografia.-Maio-de-2005.pdf>>. Acesso em 10 de abr. 2020.

STÉDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: O debate na esquerda – 1960-1980. João Pedro Stedile (org). 2. ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2012. 320 p.

_____. **História e natureza das ligas camponesas**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. **Colonos do vinho**, São Paulo: Hucitec, 1978.

TONET, Ivo. **Método Científico**: uma abordagem ontológica. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

VERGOPOULOS, Kostas. O lugar da questão camponesa na teoria do capitalismo. P.135-156. In: AMIN, Samir. **A questão Agrária e o Capitalismo**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1977.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O campesinato Brasileiro: uma História de resistência. **RESR**. Piracicaba-SP, vol. 52, supl. 1. p.25-44. 2014.

WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. Tradução Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA APLICADA COM CAMPONESES

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome _____

Idade _____

Sexo M () F ()

Estado Civil _____

Escolaridade _____

Local de residência _____

Quanto tempo reside na localidade? _____

2. IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA

Número de membros da família _____

Qual a relação de parentesco? _____

Faixa etária dos membros da família _____

Onde trabalham? _____

Contribuem de alguma forma com o sustento da

família? _____

Os filhos que ainda não trabalham pretendem continuar com o trabalho no campo? Por quê?

3. MOBILIDADE

Por quê decidiu morar na cidade e continuar trabalhando no campo? Tentou conseguir emprego na cidade?

Gosta de morar na cidade?

Porquê? _____

O que mais sente falta e o que mais gosta na cidade?

Você vai para o campo todos os dias?

Como se dá a mobilidade, qual o meio de transporte
utilizado? _____

Qual o horário que você chega e volta para a casa?

Se residir no campo, é difícil permanecer no campo? Pretende ir morar na
cidade? _____

4. PROPRIEDADE

Como se deu o acesso à terra? _____

Qual o tamanho aproximado da propriedade? _____

O tamanho da terra é suficiente? Necessita realizar arrendamento ou meia como
complemento? _____

Já teve proposta de venda da terra? O que achou disso, se teve por que não
vendeu?

Conhece alguém que já vendeu, sabe se valeu a pena? _____

Você tem vontade de vender? E se vender pretende viver de que?

5. TRABALHO

Quantas pessoas trabalham na propriedade? _____

Contrata alguém? _____

Como se dá o contrato? Por quanto tempo?

O que é produzido e o que mais se destaca?

Como faz para vender a produção?

Na propriedade possui casa de farinha? Como é o funcionamento da casa de farinha? Quem produz a farinha?

Na propriedade possui sistema de irrigação?

Quais os instrumentos utilizados no trabalho? _____

Utiliza algum equipamento mecanizado no trabalho? _____

Utiliza agrotóxicos? Por quê? _____

Quais as dificuldades para continuar produzindo ou aumentar a produção? _____

Já fez uso de empréstimo? Qual a instituição? Sempre consegue pagar? Que garantia entrega? Se nunca pegou, por qual motivo?

Possui alguma orientação técnica do Estado, ou

Município? _____

A terra é a única fonte de renda? Qual a outra fonte de renda? _____

O trabalho no campo dá para se manter?

Como você enxerga o trabalho no campo? Você gosta de

trabalhar? _____